



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

**KARINE DE MEDEIROS RIBEIRO**

**PERIGOS E PRAZERES: DISCURSOS SOBRE A  
PROSTITUIÇÃO NA LITERATURA OITOCENTISTA DO  
RIO DE JANEIRO**

**CAMPINAS,  
2016**

**KARINE DE MEDEIROS RIBEIRO**

**PERIGOS E PRAZERES: DISCURSOS SOBRE A PROSTITUIÇÃO  
NA LITERATURA OITOCENTISTA DO RIO DE JANEIRO**

**Dissertação de mestrado apresentada ao  
Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas para  
obtenção do título de Mestra em Linguística.**

**Orientadora: Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer**

**Este exemplar corresponde à versão final da  
Dissertação defendida pela aluna Karine de  
Medeiros Ribeiro e orientada pela Profa. Dra.  
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer.**

**CAMPINAS,  
2016**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** CNPq, 161339/2014-0

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem  
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

R354p Ribeiro, Karine de Medeiros, 1985-  
Perigos e prazeres : discursos sobre a prostituição na literatura oitocentista do Rio de Janeiro / Karine de Medeiros Ribeiro. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Claudia Regina Castellanos Pfeiffer.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Espaços públicos - Rio de Janeiro (RJ). 3. Literatura brasileira - Séc. XIX. 4. Prostituição na literatura. 5. Prostitutas na literatura. 6. Sexualidade. I. Pfeiffer, Cláudia Regina Castellanos, 1970-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

#### Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Dangers and pleasures : discourses about the prostitution in the 19th century literature of Rio de Janeiro

**Palavras-chave em inglês:**

Discourse analysis

Public spaces - Rio de Janeiro (RJ)

Brazilian literature - 19th century

Prostitution in literature

Prostitutes in literature

Sexuality

**Área de concentração:** Linguística

**Titulação:** Mestra em Linguística

**Banca examinadora:**

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer [Orientador]

Lauro José Siqueira Baldini

Vanise Gomes de Medeiros

**Data de defesa:** 06-04-2016

**Programa de Pós-Graduação:** Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Lauro José Siqueira Baldini

Vanise Gomes de Medeiros

Suzy Maria Lagazzi

Giovanna Gertrudes Benedetto Flores

IEL/UNICAMP  
2016

**Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.**

Às três pessoas mais presentes na minha vida:  
meu irmão, minha mãe e meu amigo  
Leonardo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que fizeram parte desse trajeto e que me apoiaram no constante processo que é construir, destruir e reconstruir uma dissertação.

Ao meu irmão, pela amizade, pelo companheirismo e pela troca intelectual. Hoje e sempre serei grata a você.

À minha mãe, por sempre acreditar em mim, pelo apoio incondicional, pelo carinho, pelo amor e pelas constantes conversas virtuais em que sempre se mostra tão afetuosa e paciente comigo.

Ao meu amigo Leonardo pela paciência, amizade e convívio diário que faz com que eu o admire cada dia mais.

À minha orientadora Claudia Pfeiffer, por todo processo da dissertação, acredito firmemente que essa dissertação também é resultado de seu rigoroso trabalho. Sou grata a sua força, delicadeza e sensibilidade nas orientações. Obrigada por ter sido tão calma quando eu me desesperei achando que havia perdido boa parte do trabalho na reta final.

Ao meu pai, pelo pontapé inicial, fundamental ao início de meu percurso. Sou grata às acolhidas de férias e ao carinho com que sempre me recebe em sua casa.

Aos meus familiares, em especial, à minha avó Miriam, ao meu “avôdrasto” Thomaz de Aquino e ao meu padrinho Júlio. Obrigada pelo constante apoio e amor de vocês.

À Alice, pela antiga e duradoura amizade, pelos conselhos, pelas risadas, pelos bons momentos do(s) grupo(s) do teatro. Sou grata sua lealdade a mim e a minha família.

Aos amigos-professores da Fepi, Alba, Celso, Cibele, Giuliana e Jacinta, pela torcida, pelas trocas intelectuais e por sempre acreditarem em mim.

À Tyara, pela amizade, pelas conversas, pelos passeios e pelos encontros (“góticos”, “helênicos”, “althusserianos”, “argentinos”, etc.), pela agradável companhia e pela profícua troca intelectual. Sou grata por ter conhecido você.

Aos amigos e colegas que fiz no IEL, em especial, ao grupo de leitura dos “textos de Pêcheux”, Aline, Bruno, Laise, Patricia e Valéria. Sou muito grata pela amizade que formamos, pela companhia, pelos encontros, pela confiança e pelo apoio de vocês durante esses dois anos.

Ao professor Lauro, pela amizade, pela agradável companhia, pelas conversas e também por você ter me recebido em seu grupo de pesquisa.

Aos membros e colegas do PHIM, pelas reuniões e proveitosas discussões intelectuais.

A todos os professores que eu tive oportunidade de assistir às aulas: Claudia Pfeiffer, Durval Muniz Albuquerque Jr, José Horta Nunes, Margareth Rago, Sírio Possenti, Sheila Elias de Oliveira e Suzy Lagazzi. Seus ensinamentos ecoam na minha dissertação.

Aos professores da minha banca de qualificação, pelos preciosos e apurados apontamentos que contribuíram bastante para o meu trabalho.

Aos professores Lauro Baldini e Vanise Gomes de Medeiros, por aceitarem participar em minha defesa, pela oportunidade de debates e enriquecimento acadêmico.

A CAPES, pelo financiamento desta pesquisa entre os meses de abril e agosto de 2014.

Ao CNPq, pelo financiamento desta pesquisa entre os meses de setembro de 2014 e março de 2016.

## RESUMO

Neste trabalho, analisamos o funcionamento dos discursos sobre a prostituição na literatura do Rio de Janeiro do século XIX, particularmente nos romances: *Lucíola* (1862), *O Cortiço* (1890) e *Bom-Crioulo* (1895). Visamos explorar o movimento tenso e contraditório entre a dominação ideológica e a produção de efeitos discursivos nos romances estudados. A partir do quadro teórico e analítico da Análise de Discurso, buscamos estabelecer nosso arquivo de leitura mobilizando a relação da literatura com outros domínios de saber (discursos médico e jurídico). A articulação contraditória entre os discursos do direito penal e os discursos da medicina higienista constituem um ponto central na leitura dos romances analisados. Em outros termos, nosso objetivo central é discutir o investimento do saber moderno oitocentista sobre as formas como a prostituta e a prostituição são significadas na literatura. Observamos uma dupla regularidade nesse arquivo: a oposição entre “mulheres honestas” e “mulheres públicas” inscreve a “mulher” em um universo semanticamente normal; a prostituição em sua relação com a sexualidade dita “desviante” é significada como degenerescência física e moral, isto é, uma “doença social”. Em ambos os casos, há a construção de um imaginário social que delimita o espaço de circulação da mulher na cidade.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Espaço Urbano (Rio de Janeiro). Literatura Brasileira (século XIX). Prostituição. Sexualidade.

## ABSTRACT

In this dissertation, we analyze the functioning of the discourses about the prostitution in the literature produced in Rio de Janeiro during the second half of the 19<sup>th</sup> century, particularly in *Lucíola* (1862), *O Cortiço* (1890) and *Bom-Crioulo* (1895). We aim to explore the tense and contradictory movement between ideological domination and productions of discursive effects on those novels. Based on the theoretical and the analytical framework of the materialistic Discourse Analysis, we intend to establish our archive mobilizing the relation of the literature with other knowledge domains (medical and juridical discourses). The contradictory articulation between discourses of penal law and discourses of hygienic medicine constitutes a focus on our reading of novels analyzed. In other words, we discuss how the modern knowledge of 19<sup>th</sup> century invested the meaning of prostitute and prostitution in the literature. We examine a double regularity in that archive: the opposition between “honest women” and “public women” (prostitutes) inscribes the “woman” in a semantically normal universe; the political framing of the prostitution in its relation with the called “abnormal” sexuality is meant as a physical and moral degeneracy, i.e., a “social malady”. In both cases there is an imaginary socially constructed that bound the transit and the space of the woman in the city.

**Keywords:** Discourse Analysis. Urban Space. Brazilian Literature (19<sup>th</sup> century). Prostitution. Sexuality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 - Lombroso e Ferrero, « portraits de prostituées russes », 1986</b>	<b>10</b>
<b>Figura 2 – Revista <i>Careta</i>, 1928</b>	<b>19</b>
<b>Figura 3 – A Rabeca: <i>Periodico Caricato, Satyrico e Popular</i>, 1870</b>	<b>61</b>
<b>Figura 4 – Ferraz de Macedo, mapa classificativo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, 1873</b>	<b>82</b>
<b>Figura 5 – Jornal <i>A Noite</i>, A ostentação cynica do vicio, 1910</b>	<b>94</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 “A CIDADE SE NARRA” (OU O DUPLO FLAGRANTE): A FESTA E O PORTO.....</b>	<b>16</b>
2.1 Arquivo sobre a prostituição.....	22
2.2 A literatura entre o desejo de representação e o impossível: efeito de real, autoria e leitura.....	28
2.2.1 O efeito de real.....	32
2.2.2 Autoria.....	39
2.2.3 Leitura.....	41
<b>3 MULHERES E MULHERES: UMA DIVISÃO LÓGICO-JURÍDICA ENTRE MULHERES HONESTAS E PROSTITUTAS.....</b>	<b>52</b>
3.1 Classificar, fiscalizar e regulamentar: prostituição pública e clandestina.....	76
<b>4 A CIDADE ESTÁ DOENTE.....</b>	<b>93</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>

## 1 INTRODUÇÃO



Fig. 1 — C. Lombroso e G. Ferrero, *la femme criminelle et la prostituée*, 1896, fragmento da figura VII « portraits de prostituées russes »

O racismo procede por determinação das variações de desvianças, em função do rosto Homem branco que pretende integrar em ondas cada vez mais excêntricas e retardadas os traços que não são conformes, ora para tolerá-los em determinado lugar e em determinadas condições, em certo gueto, ora para apagá-los no muro que jamais suporta a alteridade (é um judeu, é um árabe, é um negro, é um louco..., etc). Do ponto de vista do racismo, não existe exterior, não existe as pessoas de fora. Só existem pessoas que deveriam ser como nós, e cujo crime é não o serem. [...] O racismo jamais detecta as partículas do outro, ele propaga as ondas do mesmo até à extinção daquilo que não se deixa identificar (ou que só se deixa identificar a partir de tal ou qual desvio). Sua crueldade só se iguala a sua incompetência ou a sua ingenuidade. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 50-51).

Neste trabalho, com o objetivo de analisar o funcionamento dos discursos sobre a prostituição na literatura do Rio de Janeiro do século XIX, tomamos um posicionamento teórico específico sobre a língua e a história (MAZIÈRE, 2007). Problematicando a “inscrição de efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 2010, p. 58) como nó central de um trabalho de leitura de arquivo, os enunciados aqui analisados não são lidos como “fonte de informação” histórica, mas como lugar tenso e contraditório de luta ideológica nos efeitos discursivos: “o discursivo representa no interior do funcionamento da língua os efeitos da luta ideológica, e inversamente, ele manifesta a existência da materialidade linguística no interior

da ideologia” (PÊCHEUX, 2014a, p. 136). Visando explorar essa relação tensa e contraditória entre a dominação ideológica e a produção de efeitos discursivos nos romances *Lucíola* (1862), de José de Alencar, *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo e *Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha em sua relação com a exterioridade, esta dissertação está inserida no quadro materialista da Análise de Discurso, fundada e desenvolvida por Michel Pêcheux e pelo grupo de pesquisadores a ele relacionado a partir do final da década de 1960 na França.

Começamos nossa dissertação com uma imagem- epígrafe que nos põe diante de um aspecto perverso<sup>1</sup> da modernização: a organização de saberes para a segregação e normatização dos sujeitos. A figura composta de uma série de quadros de mulheres identificadas como “as prostitutas russas” materializam a tentativa de classificar, enquadrar e “decifrar” a alteridade: “os rostos anônimos agrupados num quadro representam tipos na média anatômica dos seus traços: o degenerado, o melancólico, o matreiro, a prostituta, o criminoso nato ou ainda o gênio. Trata-se presentemente de identificar indivíduos. Os retratos já não têm um nome, mas um número” (COURTINE; HAROCHE, 1988, p. 223).

Diante da imagem, deparamo-nos com um efeito de evidência historicamente posto, essas mulheres seriam prostitutas. No entanto, é no interior mesmo dessa afirmação que nos encontramos diante de uma problemática: o que é classificado como prostituição? Ao lermos os discursos sobre a prostituição em documentos médicos e jurídicos do século XIX, observamos um gesto sistemático em nomear como prostituição tudo aquilo que escapa aos padrões impostos às mulheres da época. O perfil da prostituta ia se construído em torno de uma oposição de aparência semanticamente estável: de um lado, as mulheres públicas, de outro a “mulher honesta”. Contudo, essa distinção era ainda mais delimitada e detalhada nos higienistas, em que a exemplo das borboletas e mariposas, a prostituição é dividida e subdividida em classes, gêneros e espécies (RAGO, 1985). Para além da prostituição pública, havia segundo o imaginário oitocentista, uma prostituição invisível, ou melhor, segundo os termos do período, uma “prostituição clandestina”. Os médicos e juristas consideravam como prostituição não somente as cocotes, as prostitutas dos cabarés e das casas abertas, mas também as “floristas”, as “atrizes”, as “tribades”, as “adúlteras” e a “prostituição masculina”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> “A noção de ‘perversão’, de um lado, que permite costurar uma na outra a série de conceitos médicos e a série de conceitos jurídicos; e, de outro lado, a noção de ‘perigo’, que permite justificar e fundar em teoria a existência de uma cadeia ininterrupta de instituições médico-judiciárias. Perigo e perversão: é isso que, na minha opinião, constitui a espécie de núcleo essencial, o núcleo teórico do exame médico-legal” (FOUCAULT, 2001, p. 43).

<sup>2</sup> O sintagma “prostituição masculina” nos coloca diante de uma deriva interessante a ser analisada, pois mostra que os modos de enquadramento da sexualidade dita “desviante” como prostituição, não somente capturaram e buscaram apreender a sexualidade “feminina” (apesar dela, no caso da prostituição, ser o principal foco de “observação” dos estudos higienistas), mas também a sexualidade “masculina”. Além disso, a equivalência

relacionada, particularmente aos “onanistas” e aos “pederastas”. Conforme veremos ao longo de nossa dissertação, há uma tentativa de enquadramento da sexualidade dita “desviante” como prostituição.

Aparentemente um impasse, esse modo de enquadramento da prostituição tornou-se, para nós, uma forma de não tomarmos esses discursos enquanto evidência, de não acreditarmos na transparência do arquivo analisado. Partindo dessa premissa, observamos que o higienismo construiu e sedimentou a prostituição enquanto um “objeto” científico, uma “doença” ou “mazela” a ser controlada ou erradicada. Isto é, o incompreensível, o “desviante” era também o que potencialmente se ligava à “perversão” e ao “perigo”.

Ao tratar especificadamente da questão do exame médico-legal, Foucault (2001) afirma que o núcleo dessa prática é o perigo e a perversão se dando como costura (ou uma junção adulterada dos saber médico e do jurídico) a partir de categorias elementares da moralidade Segundo o autor,

na junção do médico com o judiciário, no exame médico legal, entra em funcionamento a parelha perversão-perigo, que de acordo com o autor, se baseia em categorias elementares da moralidade, “que vêm se distribuir em torno da noção de perversidade e que são, por exemplo, as categorias de ‘orgulho’, de ‘obstinação’, de ‘maldade’, etc. Em outras palavras, a junção do médico com o judiciário implica e só pode ser efetuada pela reativação de um discurso essencialmente parental-pueril, parental-infantil, que é o discurso dos pais com os filhos, que é o discurso da moralização mesma da criança. Discurso infantil, ou antes, discurso essencialmente dirigido às crianças, discurso necessariamente em forma de bê-á-bá. E, de outro lado, é o discurso que não apenas se organiza em torno do campo da perversidade, mas igualmente em torno do problema do perigo social: isto é, ele será também o discurso do medo, um discurso que terá por função detectar o perigo e opor-se a ele. É, pois, um discurso do medo e um discurso da moralização, é um discurso infantil, é um discurso cuja organização epistemológica, toda ela comandada pelo medo e pela moralização, não pode deixar de ser ridícula. (FOUCAULT, 2001, p. 44, grifo nosso).

No caso da prostituição, a ligação entre a noção de “perversão” e “perigo” era textualizada no imaginário de que a circulação livre das prostitutas na cidade fosse um “atentado ao pudor” à sociedade do século XIX. Vistas como “ameaça” potencial à organização da cidade, há inscrito nos discursos oitocentistas sobre a prostituição uma relação contraditória entre “perigo” e “prazer”, pois é no risco *lucífero*<sup>3</sup>— de sua “beleza”,

---

entre “prostituição masculina” com “onanismo” e “pederastia” textualiza uma deriva profundamente equívoca. Cf., nesta dissertação, o tópico “Classificar, fiscalizar, regulamentar: prostituição pública e clandestina”

<sup>3</sup> Aludimos, a obra *Luciola* de José de Alencar, em que a personagem central Lucia, é associada a personagem bíblica Lucífer, anjo de luz decaído descrito por sua beleza. Citemos um trecho em que há essa comparação: “Esta mulher ou é um demonio de malicia, ou um anjo que passou pelo mundo sem roçar as suas azas brancas!” (ALENCAR, 1862, p. 176).

“liberdade” e “luxo desmedido”— que a prostituta poderia acarretar a “destruição” de lares, e o “desvirtuamento” de “moças de família” e de “mulheres honestas”.

Considerando que a prostituição é tomada como objeto de observação dos médicos higienistas e dos juristas, em nossa dissertação, nos interrogamos se há um atravessamento desses saberes na literatura, uma vez que diferentemente dos médicos, dos juristas e dos administradores da cidade, os literatos se situam em lugar específico e ocupam um lugar singular na sociedade.

No nosso quadro teórico e analítico, consideramos impossível conceber a literatura como um “domingo do pensamento”, pois essa prática simbólica dispõe de uma “inteligência política e teórica” (PÊCHEUX, 2008, p. 53) constituída pelas relações de forças que se dão em outros discursos, anteriores e independentes. O que não implica que a literatura seja independente dos discursos sobre uma questão que circulam em uma conjuntura dada. Da mesma maneira, a formação e a circulação dos discursos sobre a prostituição, no projeto de higienização da cidade do Rio de Janeiro tem uma especificidade, não coincidindo com outros processos históricos de “modernização” da cidade e “regulamentação” da prostituição, como ocorreu em Buenos Aires, por exemplo. Nesse direcionamento, buscamos estabelecer nossa leitura mobilizando a relação da literatura com outros discursos sobre a prostituição, especialmente os produzidos nos espaços do direito e da medicina higienista. Desse modo, trabalhamos, de um lado, pelo viés da divisão lógico-jurídica entre mulheres honestas e mulheres públicas (prostitutas) que circula em enunciados do direito e da medicina-penal; e, de outro, trabalhamos com as classificações dos higienistas que separavam a prostituição em pública e clandestina. Ressaltamos, contudo, que o nosso eixo norteador do trabalho é constituído pelos romances citados.

Para analisar o funcionamento e o estatuto dos discursos sobre a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX, procuramos não separar a descrição e a interpretação em dois momentos, colocando a teoria e a análise em batimento. Nessa orientação, a partir das considerações de Pêcheux (2008) sobre as formas de leitura na Análise de Discurso, destacamos que descrever e interpretar não são duas fases sucessivas, mas também não podem ser condenadas a se entremisturar no indiscernível, como em uma leitura espontânea.

Além disso, para fundamentar a construção do nosso arquivo, recorreremos a trabalhos de historiadores como Engel (2004) e Rago (1985; 1991). Ressaltamos que não propomos uma “articulação” dos dispositivos teóricos e analíticos e dos conceitos da Análise de Discurso com os da História. Nesse sentido, a arqueologia foucaultiana é pertinente à nossa análise, pois problematiza as condições históricas de existência e a emersão dos discursos.

Pêcheux (2014b, p. 228, *italico do autor, negrito nosso*) afirma que a Análise de Discurso compartilha “com a *perspectiva arqueológica foucaultiana*, a tarefa de levar em conta as condições históricas de existência de discursos na sua heterogeneidade, **mas ela visa reintroduzir, explicitamente nesse campo, a problemática da língua**”. Além disso, a reflexão sobre a relação Direito/Vida é um objeto recorrente no trabalho teórico de Foucault. Assim, Gadet e Pêcheux (2010, p. 39) afirmam que “o impressionante trabalho histórico e filosófico desse autor, que deliberadamente desenvolveu-se ao largo do pensamento marxista, traz para o interior deste último uma reação da qual é urgente saber tirar partido”. Desse modo, a referência que fazemos aos historiadores brasileiros e aos trabalhos de Foucault sobre a medicina e a sexualidade tem o papel específico de problematizar as condições históricas de existência e de emersão dos discursos sobre a prostituição.

A complementaridade contraditória entre os discursos penais (Direito) e médico-higienistas (Vida) constituem um ponto central na leitura dos textos literários no arquivo sobre a prostituição. Em outros termos, nosso objetivo central foi olhar discursivamente para o investimento do saber moderno oitocentista (do direito e da vida) sobre as formas de significar a prostituta e a prostituição na literatura. Esse investimento se sedimenta em uma dupla regularidade nesse campo de documentos: pelo atravessamento do jurídico, a oposição entre “mulheres honestas” e “mulheres públicas” inscreve a “mulher” em um universo semanticamente normal, conferindo-lhe a aparência de ser um “objeto” logicamente estável. Pelo atravessamento de discursos médico-higienista, a prostituição em sua relação com a sexualidade dita “desviante” é significada como lugar de degenerescência física e moral, isto é, uma “doença social” passível, como outras doenças, de “classificação”, “profilaxia” e “cura”. O efeito de complementaridade entre os dois direcionamentos de sentidos que se sustentam reciprocamente se dá em discursos sobre a cidade, isto é, a prostituição é tomada ao mesmo tempo, enquanto um “mal necessário” à sociedade moderna — por isso sua circulação deve ser controlada na cidade — e um “perigo” crescente que deve ser extirpado de uma cidade em modernização.

Ao definirmos nossa filiação teórica, esclarecemos que não fazemos nem uma história da prostituição e nem uma análise de crítica ou historiografia literárias.

Dividimos a dissertação em três capítulos.

No primeiro capítulo, no tópico “‘A cidade se narra’ (ou duplo flagrante): a festa e o porto”, partimos de dois flagrantes urbanos (ORLANDI, 2004) para mostrar a multiplicidade dos discursos sobre a prostituição que emergem e circulam na Capital Federal durante o século XIX. No segundo tópico “arquivo sobre a prostituição”, observamos que no

arquivo de leitura analisado, a inexistência de documentos escritos por prostitutas abre espaço à interpretação: só conhecemos o discurso sobre a prostituição pelas “vozes autorizadas” dos gestores técnico-administrativos da cidade. No terceiro tópico deste capítulo, “A literatura entre o desejo de representação e o impossível: efeito de real, autoria e leitura”, conceituamos as noções *efeito de real*, *autoria* e *leitura* para pensarmos as condições materiais da imprensa e a circulação dos romances estudados.

No segundo capítulo, no tópico “Mulheres e mulheres: uma divisão lógico-jurídica entre mulheres honestas e prostitutas”, analisamos como a divisão “implícita” de longa duração histórica entre mulheres e mulheres é atualizada sob a forma de uma divisão lógico-jurídica entre “mulheres honestas” e “prostitutas (mulheres públicas)” e como essa disjunção é textualizada no direito, na medicina-penal e na literatura. Enfatizamos que essa disjunção lógico-jurídica tem sua especificidade e constituição no discurso científico, produzindo, no século XIX, um discurso novo sobre a prostituição e a sexualidade, com a tendência de naturalizá-lo e universalizá-lo (como se sempre a prostituição fosse um “objeto” unívoco e sempre já-dado na história). Além disso, analisamos como os imaginários de “mulher honesta” e de “mulher pública” são delimitados e estabilizados em contraposição, por meio das formas de descrições das personagens ditas prostitutas. No segundo tópico deste capítulo, “Classificar, fiscalizar, regulamentar: prostituição pública e clandestina”, analisamos como o efeito de evidência de uma divisão entre prostituição pública e clandestina é materializado de forma específica na multiplicidade de discursos sobre a prostituição produzidos pela medicina higienista do século XIX, sendo que essa coerção disjuntiva de aparência logicamente estável é marcada nos romances literários em questão. Discutimos nesse tópico como a prostituição foi construída enquanto um “objeto científico” na tentativa higienista de administrar e enquadrar a “sexualidade desviante” e de descrever o “perfil” do “antifísico”.

No terceiro capítulo, “A cidade está doente”, problematizamos como a prostituição foi significada como doença social (ENGEL, 2004) e o Rio de Janeiro descrito enquanto uma “cidade doente”. Nesse sentido, atando cidade e sujeitos, forma-se na literatura um efeito discursivo de degenerescência física e moral da sociedade.

## 2 “A CIDADE SE NARRA” (OU O DUPLO FLAGRANTE): A FESTA E O PORTO

Na vida social, as classes sociais enfrentam-se pelo olhar: cada um investiga o desconhecido no outro. Na multidão das ruas, é preciso saber a quem se fala. Estamos a lidar com um burguês ou com um proletário? Com um cidadão pacífico ou com um homem perigoso? Com alguém com quem nos podemos dar, ou com alguém que devemos evitar? E se acontece ao burguês analisar o homem do povo com a distância do desdém, este último encara-o por sua vez: as classes sociais observam-se, julgam-se e defrontam-se a partir de suas aparências físicas, dos traços inscritos nos seus corpos e nos seus rostos como se se tratasse de caracteres raciais, em que o olhar procura adivinhar o vestígio dos caracteres morais (COURTINE; HAROCHE, 1988, p. 223).

Rio de Janeiro. Segunda metade do século XIX. Paulo, recém-chegado à corte da Capital Federal, é conduzido por seu amigo de infância, o Dr. Sá, à “festa da Glória”. Relata-se que é “uma das poucas festas populares da corte” em que “uma parte da população desta grande cidade” *divide o mesmo espaço*:

Todas as raças, desde o caucasiano sem mescla até o africano puro; todas as posições, desde as ilustrações da política, da fortuna ou do talento até o proletário humilde e desconhecido; todas as profissões, desde o banqueiro até o mendigo; finalmente, todos os typos grotescos da sociedade brasileira, desde a arrogante nullidade até a vil lisonja, desfilarão em face de mim, roçando a seda e a casimira pela baeta ou pelo algodão; misturando os perfumes delicados às impuras exalações; o fumo aromático do havana às acres baforadas do cigarro de palha. [...].

A lua vinha assomando pelo cimo das montanhas fronteiras; e descobri nessa ocasião, a alguns passos de mim, uma linda moça, que parára um instante para contemplar no horizonte as nuvens brancas esgarçadas sobre o céu azul e estrelado. Admirei-lhe do primeiro olhar um talhe esbelto e de suprema elegancia. O vestido que o moldava era cinzento com orlas de veludo castanho, e dava exqu岸ito realce a um desses rostos suaves, puros e diáfanos que parecem vão desfazer-se ao menor sopro, como os tenues vapores da alvorada. Ressumbrava na sua muda contemplação doce melancolia, e não sei que laivos de tão ingenua castidade, que o meu olhar repousou calmo e sereno na mimosa aparição. [...]

— Quem é a senhora? Perguntei a Sá.

A resposta foi o sorriso inexprimível, mistura de sarcasmo, de bonhomia e fatuidade, que desperta nos elegantes da cõrte a ignorancia de um amigo, profano na difficil sciencia das banalidades sociaes.

— **Não é uma senhora, Paulo! É uma mulher bonita.** Queres conhecê-la?...

Compreendi e corei de minha simplicidade provinciana, que confundira a mascara hypocrita do vicio com o modesto recato da innocencia. Só então notei que aquella moça estava só; e que a ausencia de um pai, de um marido, ou de um irmão, devia-me ter feito suspeitar a verdade. (ALENCAR, 1862, p. 7-9, grifo nosso)<sup>4</sup>.

Na cena de Alencar, a descrição da festa traça um “retrato” imaginário da sociedade carioca, colocando em jogo a “coexistência” das diferenças sociais no mesmo espaço: a rua. Há, nesse “quadro”, uma tendência à absorção de tais diferenças por meio de

<sup>4</sup> Mantivemos a ortografia e a pontuação dos documentos oitocentistas analisados.

um efeito imaginário de igualdade e unidade. Esse efeito é engendrado pelo pronome “todas/todos” — “**todas as** raças/posições/profissões; **todos os** typos grotescos da sociedade brasileira” —, funcionando como um ponto de encontro do linguístico com o ideológico. Assim, “o banqueiro” coabitaria “no mesmo espaço” que “o mendigo”. Entretanto, a desigualdade real entre os sujeitos irrompe no interior mesmo dessa sedimentação. Poderíamos tomar como exemplo a representação imaginária da divisão de classes na descrição dos transeuntes: “[todos] desfilarão em face de mim, roçando a seda e a casimira pela baeta ou pelo algodão; misturando **os perfumes delicados às impuras exalações; o fumo aromático do havana às acres baforadas do cigarro de palha**”.

No artigo “Delimitações, inversões, deslocamentos”, ao tratar da especificidade da divisão de classes no modo de produção capitalista a partir do corte com o modo de produção feudal, Pêcheux afirma que o jogo entre dominação e resistência, após a Revolução Francesa, se dá a partir de uma divisão no interior das lutas ideológicas constituída por uma *barreira política invisível* e não necessariamente pela separação dos sujeitos em dois “mundos”:

O importante aqui é que esta nova barreira, invisível, não separa dois “mundos”; ela atravessa a sociedade como uma linha móvel, sensível às relações de força, resistente e elástica, sendo que, de um e outro de seus lados, as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo “sentido”. (PÊCHEUX, 1990, p. 11).

Para o autor, a luta de classes não se dá sob a forma de um choque entre dois mundos paralelos. Dessa forma, o processo ideológico de dissimulação da desigualdade real na unidade imaginária é uma questão que produz efeitos na linguagem:

O duplo caráter dos processos ideológicos<sup>5</sup> (caráter regional e caráter de classe) permite compreender como as formações ideológicas se referem aos ‘objetos’ (como a Liberdade, a Justiça etc.), ao mesmo tempo *idênticos e diferentes*, isto é, cuja unidade está submetida a uma divisão: o próprio da luta ideológica de classes é se desenvolver *num* mundo que, de fato, não termina nunca de se *dividir em dois*. (PÊCHEUX, 2015, p. 7, grifo do autor).

Ao tomarmos o termo “mulher” como um “objeto” paradoxal (idêntico e diferente de si mesmo) e considerarmos que as palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua valem diferentemente de acordo com a posição do sujeito que enuncia, o enunciado “[Lucia] não é uma senhora, Paulo! É uma mulher bonita” pode ser lido em sua profunda opacidade. O

---

<sup>5</sup> Sob o risco idealista de acreditar que as posições de classe existiriam abstratamente e que se aplicariam, em seguida, aos diferentes “objetos” ideológicos regionais de situações concretas, faz-se necessário considerar que as formações ideológicas comportam *ao mesmo tempo* (isto é, sem relação de causalidade) um caráter “regional” e posições de classe (PÊCHEUX, 2015).

termo “mulher bonita” não é um sinônimo de prostituta em si mesmo, contudo, no enunciado, o termo equivale a prostituta em contraposição intradiscursiva com senhora. Isso aponta para a consideração de que as palavras não têm uma significação unívoca, um sentido único, mas que é por meio da eficácia imaginária (ideológica) que se produz tal efeito.

O sintagma “mulher bonita” é posto como estado-de-coisas antagônico à “senhora”, referindo-se a “prostituta Lucia”, por um efeito imaginário de transparência da língua e por um efeito de evidência lógico-jurídica (é X e não Y). A não-transparência do dizer é apreensível na série de formulações intradiscursivas em torno dos efeitos de pré-construído<sup>6</sup> de “senhora” e de “mulher bonita”: no texto, a) senhora é associado a: “linda moça/talhe esbelto/suprema elegância/rostos suaves, puros e diáfanos/ingênua castidade/mimosa aparição/modesto recanto da inocência”; b) mulher bonita é associado a: “mascara hipócrita do vício/moça só [ausência de pai, marido ou irmão]”.

Esse movimento de sentidos não é exclusivo do texto de Alencar. Consideramos que a cena materializa, sobretudo, um jogo de forças tenso e contraditório entre a regularização dos implícitos (que surgem como o efeito de uma série) *sobre* a prostituta pré-existent na memória e a desregulação que perturba tais implícitos (PÊCHEUX, 1999). Assim, enfatizamos que as formas linguísticas de significar a prostituta e a prostituição são produzidas historicamente.

Por outro viés teórico, Del Priore (2011) analisa essa cena do romance. Segundo a autora:

Ao afirmar que Lúcia não é uma senhora, Sá a desqualifica moral e socialmente; mas, ao dizer que é uma mulher bonita, está sugerindo que beleza, erotismo e prazer encontram-se apenas em mulheres perdidas. Prazer e instituição não podem ser encontrados juntos nesse universo de convenções e repressões que se chama a “boa sociedade”. A beleza vista na prostituta era a das mulheres dos salões. Ela reforça o preconceito e o cinismo dos jovens aristocratas e burgueses: com moças pobres canalizavam desejos, divertiam-se e davam escapadelas rápidas. Com sinhas de salão, postavam-se de joelhos, recitavam versos de amor cortês e respeitoso até que se consolidasse um bom casamento. A representação é típica de um período em que se coage a vida conjugal e se promove o bordel; em que se persegue a nudez das “senhoras” e se olha pelo buraco da fechadura as “mulheres bonitas” (DEL PRIORE, 2011, p. 84).

---

<sup>6</sup> Em *Semântica e Discurso*, Michel Pêcheux (1995, p. 156, grifo do autor) afirma que o pré-construído consiste “numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar’, independentemente”; o efeito de pré-construído é definido pelo autor como “*modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito...* ao mesmo tempo em que é “sempre-já sujeito”, destacando que essa discrepância (*entre* a estranheza familiar desse fora situado antes, em outro lugar independentemente, e o sujeito identificável, responsável, que dá conta de seus atos) funciona ‘por contradição’”.

Ao analisar a cena da festa da Glória, a historiadora indica a fala de Sá como significativa dos discursos do período sobre a família, a mulher e a sexualidade. Discursivamente, podemos notar que a beleza atribuída às prostitutas, mais do que apontar para a beleza estética da personagem, coloca em jogo um não-dito sobre as senhoras, associando-as imaginariamente à ausência de prazer. Assim, o adjetivo “bonita” torna-se a forma material que condensa um trilhar metafórico de sentidos em torno do uso do corpo e do prazer. Apesar de a citação de Del Priore apontar para a construção histórica de um imaginário sobre a família, a mulher e a sexualidade (uso do corpo e do prazer) a partir da distinção entre “mulher bonita” e “senhora”, a perspectiva materialista afirma a impossibilidade de um discurso ser “típico de um período”, tomando essas relações, ao mesmo tempo, linguísticas e ideológicas, como uma disputa tensa e contraditória de sentidos. Em outros termos, haja vista a multiplicidade e heterogeneidade de discursos sobre uma questão em uma conjuntura determinada, mais do que uma forma de representação de um período que promoveria o bordel e coagiria a vida conjugal, estaríamos diante de um modo específico de significar a prostituta e a prostituição, a partir de um atravessamento ideológico que produz marcas linguísticas no fio discursivo.

Rio de Janeiro. Início do século XX. O fotógrafo Augusto Malta flagra marinheiros americanos em frente a um bordel próximo ao porto. “E os marinheiros norte-americanos ameaçam o fotógrafo, quando descobrem que este os surpreende usufruindo o ‘lazer’ pobre que a Capital Federal oferece” (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 28).



Fig. 2 — Augusto Malta, *Revista Careta*, 1928 apud NOSSO SÉCULO, 1980, p. 28.

Nessa cena, as três fotografias, conjugadas por um efeito de linearização, capturam outros movimentos de sentidos sobre as prostitutas e a prostituição, significando-as por meio do “relato”, da “denúncia”, da “pequena narrativa foto-jornalística”<sup>7</sup>. O que se denuncia e se relata na opacidade e na mudez dessa materialidade significativa? O que se dá

<sup>7</sup> Nas primeiras décadas da República, a prática policial de “combate” ao lenocínio e à sífilis é amplamente aliada ao relato jornalístico (PEREIRA, 2002).

como evidente ao olhar pelo *enquadramento político* da(s) fotografia(s)? A partir das leituras de Orlandi (2004) e Foucault (2009b), em relação ao termo *enquadramento*<sup>8</sup> e da noção discursiva de político<sup>9</sup> de Lagazzi-Rodriguez (1998), refletimos sobre um *enquadramento político*, isto é, um modo de enquadrar e olhar atravessado político e ideologicamente para o que é recortado, delimitado, colocado em “quadros”.

No caso, das fotografias, o próprio modo de enquadrar é sustentado por um efeito de evidência, um sentido posto: os marinheiros uniformizados são denunciados pela “indisciplina” à luz do dia.

Do outro lado da cena, nada se vê através das frestas. Não há um corpo ou um rosto? Rostos que, apesar de invisíveis, não cessam de significar a cidade. Entra em funcionamento um processo de exclusão das prostitutas à *zona de reclusão*, marginalizando-as nos limites, “nas bordas” das instâncias “morais/normais” da sociedade carioca higienista. Quando afirmamos que a prostituta está inscrita na “margem” dessas instâncias morais, compreendemos a noção mesma de “margem” a partir de um lugar teórico específico. Isto é, a questão da prostituição é referida no funcionamento paradoxal da forma de produção capitalista que tenta, pelas vias jurídicas e administrativas, institucionalizar e regulamentar a prostituição e, ao mesmo tempo, interdita-la e proibi-la. A prostituição se torna um “objeto” cuja inscrição no espaço urbano é radicalmente paradoxal, tomando as formas do proibido e do tolerado, do central e do periférico.

Deslocando a proposição de Maingueneau<sup>10</sup> sobre a inserção radicalmente problemática do discurso pornográfico no espaço social à questão da prostituição, poderíamos apontar que a prática da prostituição é inscrita na impossibilidade de sua inexistência na cidade, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista da moralidade e da norma dominantes, a

<sup>8</sup> A partir de Paul Henry, mas deslocando-o para problematizar em relação ao discurso (do) urbano, Orlandi (2004) se pergunta: “o que sabemos disso afinal que chamamos de espaço, este espaço que concebemos como *quadro de todos os fenômenos*? Que, em nosso caso seria glosado assim: o que e como entendemos esse espaço quando se trata de espaço urbano? Voltemos ao que eu disse sobre a janela, o *enquadramento*, o gesto, o lembrete. E nos situemos, pensando o sentido público no espaço urbano, em relação à “janela” para o simbólico que esse espaço constitui, enquadrando o fenômeno “cidade” e os que a povoam.” (ORLANDI, 2004, p. 32). Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2009b, p. 126) se refere às microfísica do poder, as formas políticas (a anatomia política) de controle, das normas, dos gestos e das condutas. Trata-se de uma ortopedia moral, enquanto “funcionamento compacto do poder de punir: ocupação meticulosa do corpo e do tempo do culpado, *enquadramento* de seus gestos, de suas condutas por um sistema de autoridade e de saber”.

<sup>9</sup> Em sua tese *A discussão do sujeito no movimento do discurso*, Lagazzi-Rodrigues (1998) rejeita a ideia de tipologização do discurso, ou seja, autora recusa a ideia de que haja um discurso político. Lagazzi-Rodrigues (1998, p. 47) ainda distingue a *política* do *político* e sustenta que “nos termos da Análise do Discurso tal como a concebo neste trabalho, o espaço de relações que constitui o político é sempre pensado quanto às posições de sujeito: o político como o domínio de possibilidades na relação entre posições sujeito”.

<sup>10</sup> Maingueneau afirma que a pornografia é “uma produção tolerada, clandestina, noturna... o julgamento de ‘pornografia’ supõe a fronteira que separa as práticas dignas da civilização de pleno direito e as práticas que se situam aquém disso” (MAINGUENEAU, 2010, p. 22).

sua existência se torna não tolerada ou tolerada em espaços “periféricos” específicos (o bordel, por exemplo.).

Os dois recortes, a formulação literária e a série fotográfica, são trabalhados aqui enquanto irrupção de um duplo *flagrante* que recorta os trajetos e percursos da linguagem sobre a prostituta e a prostituição no espaço urbano moderno. Segundo Orlandi, “atravessando os efeitos imaginários, que são da instância da *organização*, e procurando atingir o *real da cidade*, isso é, a *ordem cidadina*, vamos procurar compreender *flagrantes da cidade*. Modos seus próprios de aparição” (ORLANDI, 2004, p. 29-30, grifo nosso). Sendo parte da cenografia urbana (o aqui, o agora, a cena), o *flagrante* aparece como lugar da cidade se narrar. Em *Cidade dos sentidos*, Orlandi afirma:

À diferença da discursividade que faz o elogio do “fragmentário” da modernidade, pensamos que a cidade põe o “olhar” em movimento. O que se toma como fragmentário são flagrantes (flashes), vitrines, sentidos em trânsito. A sensação de fragmentário é efeito da vontade de totalidade dada pela impressão (imaginária) de arredondamento da “paisagem”: totalidade abrangida e abrangente do olhar. De um olhar organizado e organizador (do urbano) que é totalitário (ORLANDI, 2004, p. 29).

Orlandi (2004) ainda considera que a narratividade urbana é o modo como a cidade se inscreve e se narra ao relatar os seus *flagrantes*, estes compreendidos como *fulgurações* e iluminações em que a narratividade urbana se estampa. Para a autora não existe uma forma de se “relatar de fora” como se houvesse um narrador “neutro” e “onisciente”, pois a própria cidade se narra, à revelia das tentativas administrativas e políticas de organizá-la, de enquadrá-la. Desse modo, “a cidade não tem um seu narrador, um seu contador de histórias [...]. A narratividade urbana tem vários pontos de materialização. Moventes. Fulgurações. Materialidade dispersa. E nas suas relações que podemos compreender esses seus sentidos” (ORLANDI, 2004, p. 31).

A partir desses apontamentos, podemos afirmar que os dois *flagrantes* recortados da narratividade urbana textualizam movimentos de sentidos diferentes *sobre* as prostitutas na cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo, em que lhes confere um estatuto igualmente distinto. Enquanto a personagem Lucia circula pela cidade, a série fotográfica inscreve a prostituta em uma *zona de reclusão*. Apesar das diferenças, em ambos os casos, há um investimento político na construção de sentidos sobre a prostituição. E é sobre esse ponto que nos ateremos a seguir.

## 2.1. Arquivo sobre a prostituição

Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo (ORLANDI, 2007, p. 27).

Para além da oposição linguística profundamente opaca entre “mulher bonita” e “senhora”, e para além da opacidade dos muros brancos, por que a prostituta é tomada enquanto um “objeto” evidente? Em outras palavras, como funciona, discursivamente, a relação entre o imaginário social e os modos específicos de significar as prostitutas e a prostituição?

Nas duas materialidades significantes, compreendendo este termo tal como desenvolvido por Lagazzi (2011)<sup>11</sup>, formam-se determinadas trajetórias “para a inscrição dos sujeitos e dos sentidos” (FEDATTO, 2011, p. 71), em que organização e desorganização se encontram no espaço simbólico específico da cidade (ORLANDI, 1998). Destacamos ainda que, estruturalmente, “não existe relação direta entre a linguagem e o mundo. A relação não é direta, mas *funciona* como se fosse, por causa do imaginário” (ORLANDI, 1994, p. 54).

Lembremos, sobretudo, que o lugar paradoxal de inscrição da prostituta no espaço social não ocorre de maneira homogênea na história. Na passagem do segundo império até o começo do século XX, gradativamente, foi construído um novo estatuto à prostituição e à circulação das prostitutas na cidade. Um dos fatores que podemos apontar como significativo, no Brasil, foi a relação estrita entre o movimento de higienização e modernização da cidade e o investimento médico-jurídico com pretensões de cientificidade que tomava a sexualidade “desviante” e a prostituição como novo objeto de estudo. Nesse sentido, podemos afirmar que o imaginário social sobre a prostituição é atravessado pela vontade de saber (particularmente, no espaço do direito e da medicina<sup>12</sup>), constituindo-se como um aspecto perverso da modernização da cidade<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Lagazzi (2011, p. 401) considera que a noção de materialidade significativa “permite ao analista mobilizar, na relação teoria-prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade significativa sejam desconsideradas. Importa a materialidade significativa nas relações que ela permite, no modo pelo qual ela propicia a ancoragem simbólica do sujeito em seus processos de identificação”.

<sup>12</sup> Evidentemente, essa vontade de saber emergente no século XIX no espaço da medicina e do direito não é independente de um imaginário sobre a prostituição preexistente, como, por exemplo, no aparelho ideológico de Estado (AIE) religioso (ALTHUSSER, 1974). O que questionamos, sobretudo, são os efeitos produzidos no imaginário social a partir dessa nova forma de enquadramento político da prostituição e da sexualidade autorizada pelo lugar de enunciação do médico e do jurista.

<sup>13</sup> “O estudo da prostituição, portanto, permite descortinar aspectos do processo da modernização que começaram a ser conhecidos, já que revelam as dimensões perversas de um processo que normalmente é visto como um desenvolvimento contínuo de progresso econômico, tecnológico e social” (RAGO, 2005, p. 115).

Dessa forma, defendemos que o atravessamento da vontade de saber nos sistemas de exclusão das prostitutas e, de forma geral, até mesmo da sexualidade dita “desviante”, nos anos iniciais da República, afetou não somente o modo de circulação das prostitutas na cidade do Rio de Janeiro, mas também o modo como a prostituta e a prostituição foram significadas nessa conjuntura específica.

Para além dos efeitos de evidência de uma “hipótese repressiva” (FOUCAULT, 1999b), ou seja, para além da ilusão de um mecanismo central que agruparia proibições, recusas, censuras, negações sob a forma da repressão, interrogamos como as técnicas “polimorfos do poder” (FOUCAULT, 1999b) produzem uma economia múltipla dos discursos *sobre* a prostituta no interior da sociedade carioca na segunda metade do século XIX. Nessa sociedade, como se dá a relação entre os sujeitos e os saberes (institucionalizados e cotidianos<sup>14</sup>) na produção dos discursos sobre a prostituta e sobre a prostituição? O imenso arquivo sobre a prostituta e a prática da prostituição na “Capital Federal” é constituído pelas regiões heterogêneas da medicina, do direito, do saber urbano/urbanístico, da religião, da literatura etc. Além disso, por sua heterogeneidade, o arquivo sobre a prostituição possui larga abrangência, sendo constituído para além da compreensão atual do que seja a prática da prostituição: esse arquivo abarca questões historicamente constituídas sobre a divisão e luta de classes no modo de produção capitalista (considerando a especificidade da modernização do Rio de Janeiro nos anos iniciais da República); sobre as coerções e injunções de sexo/gênero (como a “aversão” sexista à circulação das mulheres na rua e à sua entrada no mercado de trabalho); e sobre a “medicalização” da sexualidade dita “desviante” na segunda metade do século XIX (a problemática da “pederastia” e do “tribadismo” nas classificações higienistas da prostituição, por exemplo).

Para a Análise de Discurso, a noção de arquivo é entendida como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010, p. 51). Esse *campo* não é um banco de dados nem uma simples acumulação de textos institucionais (MARIANI, 2006):

Um arquivo nunca está pronto, pré-estabelecido. Ao contrário, seu modo de funcionamento é opaco. Para o analista do discurso, a exploração arquivística permite a construção de um *corpus* heterogêneo e é a partir desse *corpus* que ele vai buscar os processos discursivos. (MARIANI, 2006, p. 81).

---

<sup>14</sup> A ordem do institucional e a ordem do cotidiano não se opõem, mas se relacionam de múltiplas formas: “Se um saber se impõe sobre outros também possíveis é porque há algo da ordem do institucional que legitima a produção desse conhecimento e, simetricamente, algo da ordem do cotidiano que sustenta esse processo” (FEDATTO, 2011, p. 20).

Face à imensidão dos documentos sobre uma questão, é possível ter a ilusão de estar diante do passado (FEDATTO, 2011). Entretanto, “a permanência do documento nada mais é do que um vestígio do passado, um seu traço, produto da cultura escrita, pedaço interpretado, escolhido e institucionalizado” (FEDATTO, 2011, p. 31). Por seu funcionamento opaco, o arquivo não é um reflexo da realidade institucional, sua especificidade é “oferecer *uma leitura da história, com materialidade e memória*, ele é, pois, uma forma de fazer durar o acaso do acontecimento” (FEDATTO, 2011, p. 31, grifo nosso). Funcionando em sua opacidade e heterogeneidade, o arquivo é constituído como um “un ensemble de régions hétérogènes d’ énoncés produits dans des pratiques discursives irréductibles” (MARANDIN, 1979, p. 48)<sup>15</sup>.

Os enunciados ou sequências discursivas que constituem nosso arquivo não são consolidados em um espaço homogêneo e integrador (em uma episteme, uma visão de mundo, uma ideologia dominante, um espírito de época, um estado de cultura ou de civilização). Isto é, o campo de enunciados que constituem o interdiscurso não se sedimenta em um ponto de integração, mas se desenvolve por meio de contradições (PÊCHEUX, 2014d). Nesse sentido, retomando aspectos teóricos elaborados em *Semântica e Discurso*, Pêcheux conceitua o interdiscurso e o intradiscurso em “Leitura e memória”:

A condição essencial da produção e interpretação de uma sequência não é passível de inscrição na esfera individual do sujeito psicológico: ela reside de fato na existência de **um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constitui o espaço de memória da sequência**. O termo *interdiscurso* caracteriza esse corpo de traços como materialidade discursiva, exterior e anterior de uma sequência dada [intradiscurso], na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência. (PÊCHEUX, 2014c, p. 146, itálico do autor, negrito nosso).

A partir da noção de interdiscurso em sua relação com o arquivo e com a memória, Orlandi (2004) distingue a “memória discursiva (interdiscurso), que defino como estruturada pelo esquecimento, [d]a memória de arquivo, memória institucionalizada, que apaga o esquecimento, organizando o discurso documental” (ORLANDI, 2004, p. 125). No confronto da memória constituída pelo esquecimento e da memória que não esquece, há espaço de interpretação. Se, entre os documentos que tivemos acesso, não encontramos nenhum vestígio, nenhum traço da escrita *da prostituta*, essa “inexistência” também significa,

---

<sup>15</sup> Inserido no quadro teórico da Análise de Discurso, Marandin retoma o conceito de arquivo tal como foi problematizado por Foucault em a *Arqueologia do Saber*. Para Foucault (2008, p. 150), o arquivo é compreendido como “o sistema geral de formação e transformação dos enunciados” que não pode ser descrito em sua totalidade e é incontornável em sua atualidade.

constituindo necessariamente o nosso arquivo de leitura. Dessa forma, mesmo diante do apagamento dos sujeitos e dos sentidos, eles significam em nossa história (ORLANDI, 2007).

O arquivo sobre a prostituta e sobre a prostituição na segunda metade do século XIX coloca em funcionamento o que Orlandi designou como *circuito de significação*<sup>16</sup>. Esse arquivo retoma discursos constituídos na memória, formula enunciados sobre a questão e os coloca em circulação em espaços específicos. A literatura, assim como as teses médicas e os tratados jurídicos, é um espaço de formulação e de circulação desses sentidos.

Segundo Pêcheux, do ponto de vista discursivo, os sujeitos inseridos em um estado dado das condições de produção designam lugares imaginários determinados na estrutura de uma formação social<sup>17</sup>, sendo que esses lugares são “*representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo” (PÊCHEUX, 1997, p. 82, grifo do autor). Uma série de *formações imaginárias* entra em funcionamento nos processos discursivos designando os lugares que os sujeitos atribuem a si e aos outros.

Por esse viés, consideramos que a prostituta é significada na relação tensa e contraditória entre a *posição-sujeito* que ocupa e o funcionamento dos discursos sobre a prostituição no espaço urbano. A noção de posição-sujeito, formulada por Orlandi a partir da relação estabelecida por Pêcheux (1997) entre “situações” (objetivamente definíveis) e “posições” (representações dessas situações), se contrapõe ao indivíduo, ao sujeito epistêmico (mestre de dizer, mestre em sua morada) dado que a *posição* é regrada pela formação social e pelo interdiscurso, não sendo diretamente acessível ao sujeito que a ocupa.

Devemos [...] lembrar que o sujeito discursivo é pensado como ‘posição’ entre outras. Não é uma forma de subjetividade mas um ‘lugar’ que ocupa para ser sujeito do que diz [...]: é a posição que deve e pode ocupar todo indivíduo para ser sujeito

<sup>16</sup> Segundo Orlandi (2005, p. 9), os processos de produção do discurso (o circuito de significação) têm em seu funcionamento três momentos: “1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2. Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas 3. Sua circulação que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições”

<sup>17</sup> Uma formação social se caracteriza pelo *modo de produção* que a domina e por um estado dado pelas relações sociais de classes que a compõe. Em nossa leitura dos textos de Pêcheux, compreendemos que as relações de classes são processos estruturantes dos sujeitos e não podem ser reduzidas a uma leitura meramente economicista: as relações de classe funcionam enquanto práticas e se realizam por meio de aparelhos ideológicos. Às relações de classe “correspondem *posições* políticas e ideológicas, que não constituem indivíduos, mas que se organizam em *formações* que mantêm entre si uma relação de antagonismo, de aliança ou de dominação. Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito em relação às outras” (HAROCHE, HENRY, PÊCHEUX, 2007, p. 26, grifo dos autores). Ressaltamos ainda que todo discurso é sustentado por formações ideológicas que remetem a outras formações (o que designamos em análise de discurso como formações discursivas (FD) e pela autonomia relativa da língua, não havendo uma linha de demarcação clara entre estes dois elementos determinantes (COURTINE, 2009).

do que diz. O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma maneira, a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação pois *o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia* (ORLANDI, 2002 p. 49, grifo nosso).

Com o objetivo de pensar como a cidade constitui sentidos e sujeitos, Orlandi (1998, p. 4) considera que o habitante da cidade é uma posição-sujeito significativa, podemos, portanto, considerá-lo na perspectiva dos estudos da linguagem: “em que se afirma que é no sujeito que o mundo faz sentido e que a linguagem se diz, se realiza como discurso”. Portanto, a prostituta, o médico, o jurista e o literato são considerados como posições entre outras que se constituem no espaço simbólico da cidade. Contudo, as diferentes posições-sujeito não são simétricas em uma sociedade dividida em classes no modo de produção capitalista, tendo legitimidade, verdade, credibilidade, circulação específicos e distintos. O funcionamento dessas relações assimétricas de poder entre sujeitos é aqui compreendido a partir da noção de lugar de enunciação tal como trabalhado por Zoppi-Fontana (1999).

Inserida no campo de questões da Análise de Discurso, Zoppi-Fontana (1999) propõe a noção de lugar de enunciação e a de sua eficácia ideológica no interior do processo de interpelação dos indivíduos em sujeito<sup>18</sup> (ALTHUSSER, 1974). “A problemática que abordamos através da noção de **lugar de enunciação** poderia resumir-se como uma reflexão sobre a **divisão social do direito de enunciar e a eficácia** dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 6, grifo da autora).

É diante do processo de interpelação/identificação do sujeito do discurso que a autora define o lugar de enunciação em relação aos mecanismos institucionais de individuação/controlado do sujeito e do dizer, chegando a quatro proposições:

1. o processo de constituição do sujeito se dá pelas relações de identificação/interpelação ideológica estabelecidas com as posições de sujeito, definidas não só em relação ao domínio de saber de um FD<sup>19</sup>, mas também em relação a determinados lugares de enunciação, que, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa);
2. os lugares de enunciação devem ser considerados, dessa maneira, como uma das dimensões das posições de sujeito [...], sendo sua definição, portanto, subordinada lógica, teórica e analiticamente a esse conceito;

<sup>18</sup> “O funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificadamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificadamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece ‘a cada sujeito’ sua ‘realidade’, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

<sup>19</sup> Sobre a noção de domínio de saber de uma formação discursiva (FD), cf. infra, p. 75.

3. o funcionamento do silêncio afeta os processos de constituição do sentido e do sujeito [...], o que implica considerar a maneira pela qual as posições de sujeito são afetadas pelo silêncio. A interdição ou ausência de um lugar de enunciação definido em relação a uma determinada posição de sujeito pode ser explicada pelo funcionamento do silêncio sobre essa posição, produzindo o esvaziamento, a dessignificação ou mesmo a interdição dos sentidos produzidos a partir dela;
4. nesse sentido, os lugares de enunciação se definem em relação ao funcionamento do Estado e de suas instituições, porém consideradas as regras de projeção pelas quais as posições de sujeito, das quais esses lugares são parte integrante, se delimitam no interdiscurso, no processo contínuo de sedimentação das condições de produção. (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 23).

De acordo com as conclusões de Zoppi-Fontana, reiteramos que as posições de sujeito são definidas em relação aos lugares de enunciação. Sendo que o lugar de enunciação constitui uma das dimensões da posição do sujeito. A partir dessas considerações poderíamos destacar ainda que o arquivo institucionalizado sobre a prostituição *interditou* a posição-sujeito prostituta, enquanto lugar de enunciação (ZOPPI-FONTANA, 1999) no século XIX e no início do século XX<sup>20</sup>. Nesse quadro, é preciso interrogar-se não somente pelos lugares de enunciação que produziram discursos específicos sobre a prostituição e a sexualidade no Rio de Janeiro, mas também pelas formas discursivas de ausências dos lugares das prostitutas e dos ditos “invertidos” (enquadrado politicamente como *prostituição clandestina*<sup>21</sup> nas classificações higienistas da prostituição). Assim, enfatizamos que há um modelo de enunciação dominante que é, por sua vez, motor e efeito de silenciamento (SOUZA, 1997) de outros lugares de enunciação: o olhar da medicina e do direito centrados no “novo objeto”.

Por essa via, poderíamos acreditar que se trata de uma nova forma de coerção generalizada sobre a questão. Entretanto, há aí o risco de conceber a reprodução não somente como hegemônica, mas como um bloco compacto, unívoco, um espaço sem falhas. Insistimos, ao contrário, que há algo que falha, que escapa à reprodução e a institucionalização (irrompendo no seu próprio interior): um “saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 2008, p. 43) e um real que não se reduz à univocidade lógica, ao logicamente estabilizado e ao tecido da ordem das “coisas-a-saber” (PÊCHEUX, 2008); um real que escapa às coerções lógico-

<sup>20</sup> Uma das maiores pesquisadoras desse tema no Brasil, a historiadora foucaultiana Rago (1991, p. 28-29), por exemplo, comenta que não encontrou nenhum documento desse período histórico escrito por prostitutas: “Evidentemente, teria sido ótimo contar com cartas e memórias de (ex)-prostitutas, ou mesmo de gigolôs, mas não cheguei a encontrá-las”.

<sup>21</sup> No século XIX, na medicina higienista, houve um enquadramento da sexualidade dita “desviante” em classificações como “prostituição clandestina”, isto é, a noção de clandestinidade nesse período histórico não seria somente uma paráfrase possível para a se referir a algo ou alguém que seria/estaria fora da legalidade, mas também há um efeito de sentido que associa todos aqueles que são classificados como “pervertidos” ou “desviantes” à clandestinidade. Ressaltamos que vista como excesso e devassidão há um efeito transversal que liga a prostituição ao “excesso”, ao “desvio” e a “perversão”. Cf., particularmente, o tópico 3.1 “Classificar, fiscalizar e regulamentar: prostituição pública e clandestina”.

médico-jurídica-administrativas<sup>22</sup> e afronta-se com o imaginário sobre as prostitutas na constituição contraditória da tessitura da narrativa urbana<sup>23</sup>.

Se considerarmos o estatuto científico como dominante na “disseminação” de uma série de discursos sobre a prostituição, qual seria, então, o funcionamento e o estatuto das discursividades ditas “não-científicas”, “ficcionais”, “não-objetivas” etc? Em outros termos, como o estatuto de verdade conferido aos lugares ditos “sérios” de enunciação (seu efeito de verdade) afeta ou não o imaginário social sobre a prostituição no espaço do literário (da “coisa literária”)?

## 2.2 A literatura entre o desejo de representação e o impossível: efeito de real, autoria e leitura

Desde os tempos antigos até as tentativas da vanguarda, a literatura se afaina na representação de alguma coisa. O quê? Direi brutalmente: o real. O real não é representável, e é porque os homens querem constantemente representá-lo por palavras que há uma história da literatura. Que o real não seja representável — mas somente demonstrável — pode ser dito de vários modos: quer o definamos, com Lacan, como o *impossível*, o que não pode ser atingido e escapa ao discurso, quer se verifique, em termos topológicos, que não se pode fazer coincidir uma ordem pluridimensional (o real) e uma ordem unidimensional (a linguagem). Ora, é precisamente a essa impossibilidade topológica que a literatura não quer, nunca quer render-se. (BARTHES, 2002, p. 21-22, grifo do autor).

Em *Aula*, Barthes (2002) anuncia o lugar profundamente inquietante da literatura<sup>24</sup> em relação à problemática da representação. Apesar da impossibilidade de representação do real, a literatura nunca quer render-se à ordem do não representável. E é justamente nesse lugar limite que a literatura se situa, entre o desejo de representação e o impossível. No entanto, quando se fala em uma teoria da literatura ou em uma história da literatura, vemo-nos imediatamente sob o efeito de evidência que consiste em acreditar que há alguma coisa chamada literatura sobre a qual teorizamos (EAGLETON, 1983). Nesse sentido, retomamos as palavras de Eagleton (1983, p. 4): “se a teoria literária existe, parece óbvio que

<sup>22</sup> No terceiro capítulo, no tópico “Classificar, fiscalizar e regulamentar: prostituição pública e clandestina”, discorremos sobre as classificações opacas produzidas pela medicina higienista que sob o efeito de evidência do que seria uma prostituta tentam capturar o real, enquadrando-o. No entanto, essas classificações falham no interior de sua própria estabilização.

<sup>23</sup> “A narrativa é tomada aqui como palavras da cidade, parte da cena”. (ORLANDI, 2004, p. 30).

<sup>24</sup> “Entendo por *literatura* não um corpo ou sequência de obras, nem mesmo um setor do comércio ou do ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela visio portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro” (BARTHES, 2002, p. 15, grifo do autor). Para uma crítica do imaginário de literatura enquanto destruição da sintaxe da língua, cf. Gadet (1981).

haja alguma coisa chamada literatura, sobre a qual se teoriza. Podemos começar, então, por levantar a questão: o que é a literatura?”.

Em *Writing and Madness*, Felman teoriza sobre a “coisa literária”, ao estudar a relação entre a literatura e a loucura nas obras de Henry James, Gérard de Nerval, Gustave Flaubert e Balzac, e tomando como ponto de partida a relação entre psicanálise, linguística e filosofia<sup>25</sup>. Segundo Felman (2003), a “coisa literária” é algo que excede a literatura em sua instância institucional, algo que resiste às definições unívocas. A “coisa literária” não é localizável e apreensível, mas mantém uma ligação estrita com a loucura<sup>26</sup>:

By calling the unconscious “the Freudian thing”, Lacan undoubtedly wanted to restore to that *thing* we think we know its unexpectedness and its strangeness, emphasizing the thing’s resistance to definition. Similarly, by designating “the literary thing”, I wanted to name something that at once displaces and exceeds “literature” in the institutional sense of the term, since institutions are static, but the literary thing is, on the contrary, that which in a text moves *us*, in both senses of the word. It is that which calls out to the reader and makes the thing into a thing that *is about us* (FELMAN, 2003, p. 259, grifo da autora).

Além disso, a distinção corrente entre “fato” e “ficção” na tentativa de apreensão da “coisa literária” — o resto, o que sobra da interpretação (FELMAN, 2003) — é espúria: as tentativas de respostas sobre a definição do que seja a literatura falham. Lembremos, por exemplo, a tendência formalista de pensar a literatura como algo definível não pelo fato de ser “imaginativa” ou “ficcional”, mas porque emprega a linguagem de maneira peculiar. Essa

---

<sup>25</sup> A “coisa literária” não se confunde com a “coisa freudiana”, mas há laço entre a “coisa literária” e o inconsciente. O trabalho de Felman coloca a relação dinâmica entre a psicanálise e a literatura. Nessa relação dinâmica há, no entanto, uma diferença que reside no fato de que a transferência na clínica ocorre entre analista e analisando. Na literatura, o leitor ocuparia, ao mesmo tempo, o lugar do analista e do analisando: “Of all the concepts psychoanalysis has introduced, the one that seems to me the most important — the most suggestive and the least explored — for a theory of the literary thing is the concept of *transference*. [...] I try demonstrate this with precision — that every effect of reading (that is to say, every meaning effect) is above all an effect of transference. It seems to me that it is out of a text’s transferential incitement that one might rethink, and resituate, the literary thing. But this transferential incitement needs itself to be rethought in relation to other theoretical contexts, beyond psychoanalysis. [...] a ‘literary’ reading is one that cannot choose between the role of the analyst and the role of *analysand*. That is, on the one hand, literary analysis (or the deciphering of the signifier) resembles — at least distantly — the work of interpretation that characterizes the analyst; but on the other hand, that is analyzed — the text — far from being a ‘patient’, is quite contrarily a *Master*. One often speaks of ‘masterpieces’: the *text* has for us a particular form of authority. It occupies par excellence the rhetorical place toward which all transferential energy is directed. It is that which is ‘supposed to know’: *supposed to know the meaning*. The literary reader thus paradoxically occupies *both* the place of analyst (in the relation of interpretation) *and* the place of *analysand* (in the relation of transference)” (FELMAN, 2003, p. 261-262, grifo da autora).

<sup>26</sup> Traçamos aqui um paralelo com a ideia de Gadet e Pêcheux (2010) de que a loucura e a poesia são constitutivas à ordem da língua. Isto é, segundo os autores, o que faz irrupção nas ciências da linguagem é justamente a relação entre a ciência e a poesia (ou até a loucura). É ainda importante frisar que, desse ponto de vista, assim como textos ditos literários, os textos médicos e jurídicos também mantêm uma relação estrita com a loucura e com o desejo, dado que a substituição não é um “objeto” entre outros, é, sobretudo, o que poderíamos designar como um “objeto desejante” (RAGO, 1991).

forma particular de emprego da linguagem foi chamada pelos formalistas de estranhamento<sup>27</sup> em oposição à linguagem comum, o que poderia ser designado, em outros termos, como a linguagem poética. Na leitura de Eagleton sobre o conceito formalista de estranhamento, “o discurso literário torna estranha, aliena a fala comum; ao fazê-lo, porém, paradoxalmente nos leva a vivenciar a experiência de maneira mais íntima, mais intensa” (EAGLETON, 1983, p. 4). A linguagem se torna, portanto, estranha ao cotidiano, ao ordinário, transformando-os em algo subitamente não familiar. Dessa forma, a provocação formalista abriu uma ferida narcísica ao tratar a literatura como revolução, isto é, uma violência linguística (EAGLETON, 1983)<sup>28</sup> às coerções do poder, mas é justamente em sua surdez ao ordinário do sentido que o projeto formalista falha, dando à literatura uma espécie de lugar miraculoso ao atribuir um ponto localizável e preciso ao estranhamento<sup>29</sup>. Em outros termos, poderíamos pensar com Gadet e Pêcheux (2010) que, diferentemente das teorias que isolam o poético do conjunto da linguagem, o poético é uma propriedade da própria língua, levando à proposição de que “não há linguagem poética” (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 58).

Após defenderem a inexistência de uma linguagem poética, no capítulo “A irrupção do equívoco no real”, Gadet e Pêcheux apresentam uma relação de aliança

<sup>27</sup> Segundo a corrente formalista, a singularização dos objetos ou estranhamento não é um processo exclusivo à literatura, mas às artes em geral: “para devolver a sensação de vida, para sentir os objetos, para provar que pedra é pedra, existe o que se chama arte. O objeto da arte é dar a sensação do objeto como visão e não como reconhecimento; o procedimento da arte é o procedimento da singularização dos objetos [desfamiliarização ou estranhamento {остранение, ostranenie}] e o procedimento que consiste em obscurecer a forma, aumentar a dificuldade e a duração da percepção” (CHKLOVSKY, 1971, p.45). É necessário enfatizarmos a distinção entre o estranhamento dos formalistas e o *estranho* de Freud, pois o que este autor rechaça, sobretudo, é o estranho enquanto questão da estética entendida como “teoria das qualidades do sentir”. Para Freud (2007, p. 246), “del origen de lo ominoso desde lo entrañable reprimido”; “la naturaleza secreta de lo ominoso, comprendemos que los usos de la lengua ‘*Heimliche*’ (lo ‘familiar’) para a su opuesto, lo ‘*Unheimliche*’ [o que provocava medo, angústia, suspeita]; pues esto ominoso no es efectivamente algo nuevo o ajeno, sino algo familiar de antiguo a la vida anímica, sólo enajenado de ella por el proceso de la represión. Esse nexo con la represión nos ilumina ahora también la definición de Schelling, según la cual lo ominoso es algo que, destinado a permanecer en lo oculto, ha salido a la luz” (FREUD, 2007, p. 241).

<sup>28</sup> Em *Língua inatingível*, Gadet e Pêcheux tratam centralmente da conjuntura pós-revolução de outubro de 1917 na Rússia, em que o trabalho de linguistas, poetas e escritores não é abordado como separável das questões políticas do Estado. O trabalho de poetas, linguistas e escritores é marcado pela crescente surdez política a partir do stalinismo nascente: “O encontro da linguística nascente com a *modernidade política* se produz na Rússia de outubro de 1917. O princípio do valor encontra-se desenvolvido ‘em estado prático’ nesse imenso trabalho de massa que afeta, nesse momento, as línguas da futura União. Fazendo parte da *intelligentsia* revolucionária, os formalistas (linguistas, poetas e escritores) começam a pensar nesse processo e tentam administrar seus efeitos. O encontro acaba mal: pouco a pouco, passam a ser evitados, são condenados, excluídos, liquidados. Surdez política crescente com relação à ordem da linguagem e à do inconsciente? Os trabalhadores da língua serão as primeiras vítimas do stalinismo nascente, enquanto a ‘linguística marxista’ de Nicolas Marr vem se instalar no lugar do mestre” (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 22, grifo dos autores). Cf. também o ensaio de Jakobson (2006) sobre o suicídio de Maiakovski em *A geração que esbanjou seus poetas*.

<sup>29</sup> “Em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos da sobrevivência; trata-se, para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido. (PÊCHEUX, 2008, p. 48).

contraditória à abordagem de Milner sobre a poesia em *O amor da língua*. Os autores questionam o lugar da poesia, enquanto ponto privilegiado de cessação. Pela tese saussuriana do valor, os autores sustentam que “a poesia não tem lugar determinado na língua porque é literalmente coextensiva a esta última, do mesmo modo que o equívoco: talvez ‘não haja poesia’”. Talvez não haja poesia (apenas o mito do poeta) porque o que afeta e corrompe a univocidade na língua (o equívoco) não é localizável, mas no encontro paradoxal do impossível linguístico com a contradição (histórica).

A irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua: 1789, 1870, 1917... essas datas históricas correspondem na linguagem a momentos privilegiados: a instauração do francês nacional, a “mudança da forma” da métrica francesa tradicional introduzida por Rimbaud, e o surgimento das “vanguardas” literárias, poéticas e linguísticas, no campo do Outubro russo. (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 64).

Ao considerarmos que o real da história afeta o real da língua, sem estabelecer uma relação de equivalência entre eles, estamos diante de uma tomada de posição específica da Análise de Discurso frente à literatura<sup>30</sup>. Para Orlandi (2002), o papel da Análise de Discurso é o de restituir a opacidade ao texto para poder interpretá-lo, o que implica em compreender a história como acontecimento que reclama sentidos, apreensíveis pelo e no discurso. Não separando língua e literatura, problematizamos as condições específicas de produção do discurso literário, mais particularmente, da narrativa moderna, em nosso arquivo sobre a prostituta e sobre a prostituição no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX. Para tanto, inserimo-nos em uma perspectiva discursiva não derivando nem a uma abordagem literária nem a uma abordagem historiográfica.

As obras aqui não são tomadas segundo uma concepção do “pensamento como ‘atividade criadora’” pelos autores, dado que dessa maneira, como adverte Pêcheux (1995), poderíamos correr o risco de prolongar (sob a forma de uma teoria do conhecimento e da produção estética) o idealismo inerente à forma-sujeito. A forma-sujeito, ancorada na ideologia jurídica da formação socialista capitalista, origina toda ideologia estética da

<sup>30</sup> À primeira vista, Pêcheux parece indiferente à literatura, a teoria, a crítica e a historiografia literária, assim como às correntes estéticas, com exceção de alguns trabalhos específicos como o debate sobre a estética do *Prolekult* com Henri Deluy (DELUY; PÊCHEUX, 2011). Contudo, é necessário enfatizar que Pêcheux nunca cessou de pensar o poético e a literatura, tomando como questão ética pensá-los sempre no interior do funcionamento da língua e da linguagem em sua relação com a ideologia, contra uma concepção que poderia ser designada como “poetológica”: “a decisão de não restringir, a priori, o estudo do material textual aos objetos literários consagrados, parece-me extremamente interessante e positiva: ela permite interrogar os processos de construção da referência discursiva em toda sua extensão, compreendendo tanto a *Altagsprache* (e a *Altagsfiktion*) quanto os discursos científicos, técnicos, políticos e estéticos” (PÊCHEUX, 2014d, p. 152).

“criação” e de sua recriação pela leitura, mascarando a materialidade mesma da produção estética (PÊCHEUX, 1995). Tomar os enunciados discursivamente, a partir dos textos reconhecidos e editados como literatura (canônica) implica, necessariamente, em problematizar como os discursos sobre a prostituição constituídos são construídos em tais materialidades.

### 2.2.1 O efeito de real

No quadro teórico da Análise de Discurso, Silveira (2004), ao trabalhar com representações imaginárias sobre o gaúcho, seja este herói ou não, na literatura regionalista do Sul, afirma que há a importância de se pensar a literatura (a narrativa) em sua discursividade, em que

não há relação direta entre as palavras e as coisas, mas também não há como desvincular o histórico-social do discursivo. O analista de discurso deve estar atento aos ecos das vozes que se produzem no social e que podem ser apreendidas no literário, porque elas produzem o “efeito de real”, que não é alucinatório, mas que também não corresponde à realidade social, pensada como um produto dado, pronto e acabado, pois a correspondência que existe entre o ficcional e a realidade social é da ordem da representação e não da imitação (SILVEIRA, 2004, p. 21).

Nesse sentido, não sendo nem reflexo direto de uma “realidade social” acabada, nem um campo de trabalho extraordinário do significante sobre o referente, como nos aponta Pêcheux (2008)<sup>31</sup>, a literatura é aqui compreendida como materialidade discursiva com estatuto particular (SILVEIRA, 2004), sendo essa materialidade constituída, em sua historicidade e exterioridade, enquanto uma “prática simbólica no conjunto de práticas sociais determinadas historicamente” (LUCAS, 2001, p. 175). A partir dos apontamentos de Silveira e Lucas, podemos questionar como se constrói esse espaço específico de significação em relação ao efeito de real<sup>32</sup> que funciona em seu interior.

Sobre o funcionamento da descrição na narrativa do século XIX, particularmente na leitura de textos filiados ao “realismo literário”, Barthes (1970) aponta a necessidade de tratar do detalhe indivisível, da transição fugitiva, das notações (os inventários) que não

---

<sup>31</sup> Para Pêcheux (2008, p. 53), “o humor e o poético não são o ‘domingo do pensamento’, mas pertencem aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica”.

<sup>32</sup> Não poderíamos deixar de distinguir o “efeito de real” tal como analisado por Barthes, relacionado à questão da verossimilhança na literatura dita realista e construído por regras culturais de representação, da noção de real tal como trabalhada na Análise de Discurso, como impossível específico à língua, à história e ao inconsciente. Cf., nesse sentido, a introdução do colóquio “Materialidades Discursivas” (PÊCHEUX, 1981b). Contudo, fazemos uma aproximação do efeito de real com a ideologia (enquanto eficácia imaginária).

possuem nenhuma função “evidente”. Atendo-se a esses detalhes, Barthes afirma que toda descrição tem um caráter enigmático.

A partir dessa série de questões, compreendemos que as literaturas reconhecidas por sua “exatidão” descritiva da “realidade”, por exemplo, as correntes literárias reconhecidas como realistas e naturalistas, sob o efeito de objetividade<sup>33</sup> na sua relação com o referente (sob a forma de ilusão referencial), tem um lugar paradoxal relativo à representação: “La literatura realista es, sin duda, narrativa, pero lo es porque el realismo es en ella sólo parcelario, errático, confinado a los «detalles» y porque el relato más realista que sé pueda imaginar se desarrolla según vías irrealistas” (BARTHES, 1970, p. 100).

Barthes ainda afirma que o efeito de real é produzido de acordo com a conformidade não a um modelo, mas a regras culturais da representação. Através de um deslocamento ao campo de questões da perspectiva materialista da Análise de Discurso, entendemos como uma rede de memória de filiações sócio-históricas delimita o que é ou não é verossímil, considerando a constituição histórica da própria noção do verossímil. Em sua aula inaugural do *Collège de France*, Foucault afirma que o discurso da verdade, da sinceridade e do verossímil sustenta, desde a era clássica, a constituição mesma da possibilidade do discurso literário no Ocidente:

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade - uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também - em suma, no discurso verdadeiro. Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos ou receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção; penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, e certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 1999a, p. 18-19).

Diante desse viés, o realismo literário tem sido contemporâneo do reinado da história “objetiva”, tentando agregar-se ao desenvolvimento atual das técnicas, das obras e das instituições fundadas na necessidade incessante de autenticar o real como algo dado e evidente, isto é, “todo esto dice que se considera a lo «real» como autosuficiente, que es lo bastante fuerte como para desmentir toda idea de «función», que su enunciación no tiene

---

<sup>33</sup> “Al poner el referente como real simulando seguirlo servilmente, la descripción realista evita el dejarse arrastrar a una actividad fantasiosa (precaución que se creía necesaria para la ‘objetividad’ del relato)” (BARTHES, 1970, p. 98).

ninguna necesidad de ser integrada en una estructura y que el *haber-estado-allí* es un principio suficiente de la palabra” (BARTHES, 1970, p.99, grifo do autor), de forma que as obras correntes da modernidade são sustentadas pelo efeito de real, fundamento mesmo do “verossímil”:

la que es ahora significada; dicho de otro modo, la carencia misma de lo significado en provecho sólo del referente llega a ser el significado mismo del realismo: se produce un *efecto de realidad* fundamento de ese verosímil inconfesado que constituye la estética de todas las obras corrientes de la modernidad (BARTHES, 1970, p. 99, grifo do autor).

Fedatto (2011, p. 38) desloca a noção barthesiana de “efeito de real” à discussão sobre o funcionamento do discurso da História, considerando que, como todo dizer com pretensões realistas, “o discurso histórico confunde ilusoriamente o significado e o referente. e a constatação histórica, disfarçada em uma descrição dos fatos, não é mais do que a superposição de um ato de autoridade em uma prática de discurso”.

Para a autora, o desejo de nossa civilização pelo efeito de real produz um campo de objetos simbólicos variados (o romance realista, biografias, fotografias etc.):

o real não é nunca acessível diretamente, ele é continuamente significado pelo dizer, mas resiste a ser inteiramente dito. a história, enquanto construção de um discurso, não faz mais do que repetir: isso aconteceu, sem que essa asserção possa ser entendida como uma narração. o prestígio do isso aconteceu confirma o desejo de nossa civilização pelo efeito de real. vontade atestada pelo desenvolvimento de gêneros específicos, como o romance realista, as biografias, a literatura documental, o museu histórico, as exposições de objetos antigos e, sobretudo, pela abrangência massiva da fotografia, cuja distinção mais relevante com relação ao desenho e à pintura é o fato de reafirmar a realidade do referente (FEDATTO, 2011, p. 38-39)

Essa vontade pelo efeito de real, que tenta significá-lo pelo que é dito e “exposto”, marca, pela falha, a impossibilidade de representação do real. Assim, o “efeito de real” enquanto ilusão referencial é materializada de formas diversas, atravessando, inclusive, nas práticas discursivas de escrita.

Pêcheux, no artigo “L’énonce”, argumenta a favor da hipótese de uma divisão histórica nas práticas discursivas, particularmente em relação à escrita com estatuto literário: de um lado, a “escrita de encaixe” busca a incorporação das determinações e das explicações a um mecanismo indestrutível que funciona na “eternidade da evidência lógico-jurídica. É a construção de um espaço sem descanso em que os dispositivos de produção dos nomes [...]

apreendem o real traçando suas fronteiras para enquadrá-lo e capturá-lo”<sup>34</sup> (PÊCHEUX, 1981a, p. 12). O autor destaca que essa prática discursiva da escrita é essencial ao Direito, pois o “estado de coisa” precisa ser identificado a um nome.

É essencial ao Direito que nada fique sem nome, que todo estado de coisa possa ser identificado, uma vez que é a própria razão do Direito fazer coincidir descrições definidas (por exemplo, “o assassino de x” e “o homem com casaco vermelho”, e identificá-los a um nome próprio [...]).

Nisso, o Direito imita a demonstração matemática, consistindo em construir a identidade de dois “modos de disposição” de um objeto. Paralelamente, ele faz fronteira com uma peça de teatro, em que a descrição de um personagem ausente e distante vem, ao final, colar-se à identidade de um dos protagonistas conhecido desde o começo.

O momento da jubilação lógico-matemática, teatral, ou jurídico-policial é (em modalidades bem diferentes!) o mesmo momento em que o enigma é resolvido e em que se pode dizer: “este (ou isto) que chamamos de x, não é outro (ou outra coisa) que não y!” (PÊCHEUX, 1981a, p. 12)

De outro lado, a escrita de dis-junção (ou desligamento) é entendida como uma estratégia de escrita em que os enunciados são justapostos “com conexões implícitas, de frases nominais, de frases interrompidas ou parcialmente apagadas, de acumulações e de enumerações grotescas” (PÊCHEUX, 1981a, p.12). A escrita de dis-junção (de des-ligamento) se choca à escrita de encaixe, a escrita do direito, da lei, do suspense policial, no entanto, isso não implica que a escrita de dis-junção seja restrita apenas a um espaço de estatuto literário<sup>35</sup>.

É, certamente, dentro dessa jubilação lógico-matemática que o discurso de pretensão científica sobre a prostituição e sobre a sexualidade, na medicina e no direito, começam a investir sobre uma escrita de encaixe com aparência logicamente estável. Nesse sentido, os modos de qualificar, classificar e descrever os sujeitos (e não apenas as “doenças” ou os “crimes”) pelos médicos e juristas se torna, na materialidade de seus textos, imprescindível a um projeto de higienização dos sujeitos “desviantes” na cidade em vias de modernização.

Para além do direito e da medicina, frente a essa divisão histórica na prática discursiva da escrita na modernidade e diante do mecanismo da “descrição”, como as

<sup>34</sup> As traduções do artigo “L’énonce” foram feitas por Aline Fernandes Azevedo, Bruno Molina Turra e Patricia Di Nizo na disciplina “Seminário Avançado em Análise do Discurso”, ministrada por Lauro Baldini no primeiro semestre de 2014.

<sup>35</sup> Lembremos a relação entre *Joke* e *Witz* estabelecida por Gadet e Pêcheux (2010) em *Língua Inatingível*, pois essa distinção parece sintomática no tocante à divisão da “escrita”: “pelo seu jogo, o humor anglo-saxão [*American Joke*] traça fronteiras no domínio da língua, usa o absurdo como uma ferramenta domesticadora e pedagógica, para fazer surgir a necessidade deste mundo diante da de todos os outros mundos possíveis, para organizar essa necessidade e dominá-la. Compreende-se que em tal terreno o equívoco e o incongruente sejam apenas ervas daninhas que a jardinagem lógica se empenha em fazer desaparecer. A relação do humor do judeu com o absurdo é diferente: não se entrega nunca à pura lógica, mas supõe sempre um desvio pela história, a língua, o Texto. O *Witz* é obcecado pela letra de um texto indefinidamente ambíguo, na origem, dos limites da pontuação, e das marcas modalizadoras da afirmação e da negação.

formulações intradiscursivas da literatura, que são parte de nosso arquivo, textualizam essas evidências lógico-jurídicas que procuram apreender e capturar o real, no sentido que a Análise de Discurso faz desse termo?

Para nós, o que está em jogo é que no espaço da literatura “realista” forma-se um efeito de literalidade, que, discursivamente, funciona no interior de uma formação discursiva dada. Nesse sentido, o trabalho de Pêcheux (1995) aponta para a impossibilidade de existir um sentido literal e evidente em si mesmo.

A noção de formação discursiva foi desenvolvida por Haroche, Henry e Pêcheux em “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso”, de 1971. De acordo com os autores, uma formação ideológica comporta como um de seus componentes

uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007, p. 26, grifo dos autores).

Ao considerarmos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados, isto é, a não-transparência da linguagem e a impossibilidade de que um sentido literal exista “em si mesmo”, ressaltamos que as mesmas palavras, expressões e proposições valem diferentemente de acordo com a FD em que são (re)produzidas e “‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva a outra*” (HAROCHE; HENRY; PÊCHEUX, 2007, p. 26, grifo dos autores). Além disso, no interior de uma FD, um sistema de relações de substituição (simétricas ou ancoradas), paráfrases, sinonímias etc., funciona na materialidade linguística a partir de um processo discursivo inserido em uma condição de produção dada.

Se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio” vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposição de mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. A partir de então, a expressão *processo discursivo* passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada. (PÊCHEUX, 1995, p. 161, grifo do autor).

Na tese *Análise do discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos, Courtine faz um acréscimo à definição de FD desenvolvida por Pêcheux, relacionando-a a um domínio de saber e a um princípio de aceitabilidade e de exclusão: “O domínio de saber de uma FD funciona como *um princípio de aceitabilidade discursiva* para um conjunto de formulações (determina ‘o que pode e deve ser dito’), assim como um *princípio de exclusão* (determina ‘o que não pode/não deve ser dito’)” (COURTINE, 2009, p. 99, grifo do autor). O conjunto dos elementos do saber de uma FD é instável, em razão das lutas ideológicas e das transformações da conjuntura histórica de uma formação social determinada (COURTINE, 2009).

Na literatura própria ao arquivo sobre a prostituição, a palavra “prostituta” ou “puta” muitas vezes é interdita<sup>36</sup>. A notação do “insignificante” (a descrição minuciosa na narrativa literária), que vai para além da busca conteudística da textualização de um termo-chave específico (como “prostituta” ou “puta”), também significa nesse espaço da literatura ocidental, em sua relação com o funcionamento do “efeito de real”: as descrições “realistas”, as roupas, os gestos, os costumes na sociedade, no teatro ou nas casas “abertas”, os contornos de meias e a exuberância das cores dos vestuários, o deboche, a circulação da mulher no espaço urbano, o imaginário de doença (de imundície moral, de corrupção e de degenerescência moral, física e social), tudo isso sustenta o que não pode ser dito, o que é inapreensível por ser uma palavra-tabu nessa formação discursiva, mas que existe produzindo efeitos no real, materializada na descrição e na narração.

Ao compreendermos as tipologias (os tipos) descrição/narração a partir de seu funcionamento (MOTA, 2004; NUNES, 1996), ressaltamos que “não efetuamos através desses tipos uma distinção categórica, mas explicitamos o seu modo de enunciação, cujo processo compreende uma atualização temporal e espacial do sujeito em seu discurso” (NUNES, 1996, p. 58). Nessa orientação, as “descrições realistas” não possuem uma função meramente estética de descrever detalhadamente os objetos, as personagens e os hábitos e costumes de uma sociedade em uma tentativa de representação “fidedigna” da “realidade”. Nesse sentido, ao analisar, em sua dissertação, os efeitos de sentidos produzidos em relação ao corpo da mulher na revista *Brazil*, por meio dos modos de enunciação narrativo e descritivo, Mota (2004, p. 131, grifo da autora) atenta-nos para o funcionamento desses

---

<sup>36</sup> Carola Bunda e Marcela, personagens de *O Bom-Crioulo* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, respectivamente, não são designadas em nenhum momento como prostitutas. Embora não haja uma *palavra de acesso* (como nos advertem Léon e Pêcheux (2014) quanto ao fato de que a palavra *limpeza* não deve ser pensada como uma *palavra de acesso* ao estudo da relação entre higienismo do espaço público e a construção dos esgotos), as duas foram compreendidas como prostitutas na série de comentários que se estabilizou na relação com estes textos literários.

modos de enunciação que “muito mais que ‘representar’ um certo objeto, implicam na *tomada de posição do sujeito*, e por conseguinte, na necessária relação entre língua e ideologia”.

Em “Metáfora e interdiscurso”, Pêcheux (2014d, p. 155) afirma que a distinção entre contar/descrever/argumentar é perpetuamente emaranhada na prática. “A questão da realidade da referência se encontra de fato ‘colocada em suspenso’ em uma série de efeitos discursivos, indo do boato político [...] à história-ficção, passando por diferentes formas de mitologias”. A este propósito a “ciência” produz as suas ficções, da mesma forma que a literatura faz referência ao real. Pêcheux exemplifica que

houve um cientista divertido para argumentar de maneira muito séria sobre o fato de que Napoleão nunca existiu e era apenas o personagem central de um mito solar [...] reaparecido na França no início do século XIX! No mesmo sentido, poderíamos dizer que, empiricamente falando, a existência histórica do *diabo* é estatisticamente atestada, ao longo da Idade Média, através de inumeráveis narrativas de referência real que nos são fornecidas (PÊCHEUX, 2014d, p. 155, grifo do autor).

A exemplo das narrativas de terror que também manifestam uma indecisão quanto à construção da referência, Pêcheux mostra que, de maneira geral, essa construção discursivamente opaca pode ser pensada como efeito da produção induzida pela narrativa. Essas séries de formulações na literatura ou na ciência são produzidas pelo interdiscurso, ou seja, a relação destas com outras formulações construídas antes, alhures, independentemente (PÊCHEUX, 1995).

Nesse ponto, pensamos também com Barthes que a literatura existe em relação a outros saberes, trabalhando nos interstícios das ciências. Segundo Barthes (2002, p. 17), a literatura assume vários saberes: “num romance como *Robison Crusoe*, há um saber histórico, geográfico, social (colonial), técnico, botânico, antropológico”. Para o autor, não há discurso fora do poder, isto é, da autoridade das asserções e do gregarismo das repetições, dos estereótipos, mas a literatura se forma como uma possibilidade de desvio do fascismo da língua<sup>37</sup> e do discurso da arrogância, isto é, das “vozes ‘autorizadas’, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder” (BARTHES, 2002, p.11), como, por exemplo, a autoridade dos cientistas, dos literatos, das belas-letas etc. Tocamos, assim, na relação entre a autoridade e o conceito de autoria.

<sup>37</sup> Segundo Barthes (2002, p. 13), “A língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer”. Diferentemente, Gadet (1981) mostra que esse posicionamento de Barthes leva em conta um imaginário de língua como algo a ser atacado, destruído, segundo uma posição de domínio. Na *Análise de Discurso*, ao contrário desse posicionamento de Barthes, se considera que todo discurso possibilita um deslocamento, uma deriva, podendo tornar-se outro (PÊCHEUX, 2008).

### 2.2.2 Autoria

Para Foucault (2009a), a noção de autor se constitui em um momento crucial da individualização na história das ideias e dos conhecimentos, nas literaturas e na história da filosofia e das ciências. Questionando as regras de funcionamento da autoria e da obra, Foucault (2009a, p. 269-270) afirma que “na escrita, não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer”. Assim como a noção de autor, a unidade que a palavra “obra” suscita também é problemática. Tendo um papel em relação ao discurso, o nome do autor assegura uma função classificatória, permitindo o agrupamento dos textos e conferindo um status em torno do nome do autor. “A função-autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade” (FOUCAULT, 2009a, p.277). Na modernidade, o nome do autor está entrelaçado ao conceito de punição e responsabilidade dos sujeitos pelos “seus” atos, colocando em jogo o perigo de dizer e de escrever e a ideia de propriedade da escrita. Foucault também faz uma distinção histórica entre os percursos da função-autor na “literatura” e nas “ciências”.

Nesse texto, Foucault retomou indiretamente o célebre ensaio de Barthes, “A morte do autor”, em que este se questiona sobre o modo de descrição da personagem Sarrasine de Balzac:

“Era a mulher, com os seus medos súbitos, os seus caprichos sem razão, as suas perturbações instintivas, as suas audácias sem causa, as suas bravatas e a sua deliciosa delicadeza de sentimentos.” – Quem fala assim? Será o herói da novela, interessado em ignorar o castrado que se esconde sob a mulher? Será o indivíduo Balzac, provido pela sua experiência pessoal de uma filosofia da mulher? Será o autor Balzac, professando ideias “literárias” sobre a feminilidade? Será a sabedoria universal? A psicologia romântica? Será para sempre impossível sabê-lo, pela boa razão de que a escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve. (BARTHES, 2004, p. 57).

Pensando a escrita como destruição da identidade do autor, Barthes acredita que a voz perde a sua origem, isto é, o autor “morre”. Entretanto, a noção de um autor empírico e intencional “reina ainda nos manuais de história literária, nas biografias de escritores, nas entrevistas das revistas, e na própria consciência dos literatos, preocupados em juntar, graças ao seu diário íntimo, a sua pessoa e a sua obra” (BARTHES, 2004, p. 58). A contribuição de Barthes para um descentramento do autor é fundamental, contudo, o teórico leva a sua

metáfora à radicalidade: “o nascimento do leitor tem de pagar-se com a morte do Autor”, afirmando que:

O leitor é o espaço exato em que se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que uma escrita é feita; a unidade de um texto não está na sua origem, mas no seu destino, mas este destino já não pode ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia; é apenas esse alguém que tem reunidos num mesmo campo todos os traços que constituem o escrito. É por isso que é irrisório ouvir condenar a nova escrita em nome de um humanismo que se faz hipocritamente passar por campeão dos direitos do leitor. (BARTHES, 2004, p. 64).

Sobre essa questão, não consideramos que o leitor seja um homem fora da história. O leitor, assim como o autor, também é afetado pela sua inserção no social e na história (ORLANDI, 2002), sendo a sua identidade configurada como um lugar social por meio do qual define “sua” leitura.

Debatendo a noção de autor discutida por Foucault, Orlandi (2002) problematiza a unidade do texto<sup>38</sup> enquanto efeito discursivo que deriva do princípio de *autoria*. Nessa orientação, “um texto pode até não ter um autor específico, mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele” (ORLANDI, 2002, p. 75). A função-autor está relacionada à própria produção de linguagem. Determinado pela exterioridade, a função-autor é afetada “pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade” (ORLANDI, 2002, p. 75). Essas exigências têm uma finalidade:

Elas procuram tomar o sujeito visível (enquanto autor) com suas intenções, objetivos, direção argumentativa. Um sujeito visível é calculável, identificável, controlável. Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade/exterioridade, ele “aprende” a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo, chamei [...] assunção da autoria. (ORLANDI, 2002, p. 76).

É por meio dessa assunção que o autor tem a ilusão de representar um papel na ordem em que se inscreve e assume a responsabilidade pelo que se diz. Para Orlandi, para ser autor não basta apenas falar: “A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é

---

<sup>38</sup> “Trata-se de considerar a unidade (imaginária) na dispersão (real): de um lado, a dispersão dos textos e do sujeito; de outro, a unidade do discurso e a identidade do autor. Assim, mesmo se o próprio do discurso e do sujeito é sua incompletude, sua dispersão, e que um texto seja heterogêneo pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, diferentes posições do sujeito, ele é regido pela *força do imaginário da unidade*, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com as outras, na sua constituição. Esse é mais um efeito discursivo regido pelo imaginário, o que lhe dá uma direção ideológica, uma ancoragem política” (ORLANDI, 2002, p. 74, grifo nosso).

assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor” (ORLANDI, 2002, p. 76).

De acordo com Lagazzi-Rodrigues (2010), a língua não é um instrumento de comunicação e o texto não é um sistema fechado em si mesmo: ele é aberto aos vários sentidos e às várias interpretações. Com isso, a autora recusa uma abordagem comunicacional conteudística, que vê a língua como um instrumento de comunicação. Além disso, há uma crítica do homem enquanto sujeito intencional de sua história. Lagazzi-Rodrigues afirma que o descentramento do sujeito toca a questão da autoria. “Foucault e Barthes reconhecem na relação entre as palavras, entendidas como espaços significantes, a possibilidade de o texto ir tomando sua forma, configurar-se como unidade significativa. [...] O sentido não está definido antes, como uma ideia pré-formada” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010, p. 90). A autoria está pautada no princípio da legitimação. No entanto, Foucault abre uma possibilidade que permite expandir a noção de autoria: “Trata-se de pensar o ‘princípio de agrupamento do discurso’ de maneira geral, sem segregação, ao mesmo tempo como um princípio da textualidade e um processo na textualidade” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010, p. 92).

Em síntese, para a Análise de Discurso, autor e autoria são compreendidos como funções e não como entidades empíricas. O autor e a autoria exercem autoridades e possuem estatutos específicos na sociedade (LAGAZZI-RODRIGUES, 2010).

### **2.2.3 Leitura**

Em nosso arquivo, a existência material da imprensa no Rio de Janeiro possibilita “novas” formas de leitura e circulação da literatura no Brasil oitocentista (EL FAR, 2004). El Far (2004) observa que durante as últimas décadas do século XIX, o mercado editorial do Rio de Janeiro aumentou significativamente em relação às décadas anteriores, assim como houve um crescimento do número de leitores na Capital Federal:

Publicar para uma ampla gama de leitores tornava-se, naquela época, um negócio promissor. Cientes das inovações tecnológicas de impressão, que barateavam o custo da produção em larga escala, os livreiros-editores passavam a lançar no mercado uma diversidade de obras capazes de agradar aos diferentes públicos em formação no espaço urbano. O desenvolvimento da capital federal, o contingente cada vez maior de homens livres, a vinda de imigrantes europeus, o aumento de profissionais liberais, o estabelecimento de uma população assalariada, dentre outros fatores, contribuíram para fazer do volume impresso um produto comercial lucrativo. (EL FAR, 2004, p. 11-12).

Para a autora, o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, paulatinamente, adquiria os ares de uma vida burguesa. O processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro produziu novos conjuntos de práticas sociais e novos sujeitos-leitores, fazendo funcionar a divisão discursiva contraditória entre os romances e os livros nacionais publicados pelas grandes editoras (Garnier e Laemmert) e os “livros do povo”, muitos destes ilustrados. Com o crescimento de população e com a urbanização recorreu-se às etiquetas “popular” e “do povo” para ampliar e identificar mercadorias baratas acessíveis a uma maior parcela da população. Entre as mercadorias que receberam estas denominações estavam os “livros do povo” e as “livrarias populares” (EL FAR, 2004).

Pfeiffer problematiza o estatuto discursivo dessa dicotomização:

Esta popularidade trouxe junto a crítica às ilustrações dos impressos; elas foram consideradas, por uma parcela formada de intelectuais, como chamariz superficial e medíocre que funcionava para atrair a atenção do leitor, desviando-lhe do mais importante — a qualidade do texto impresso —, escamoteando, deste modo, a falta de qualidade e acabamento dos textos impressos. Deste modo, a “popularidade” começou a ser vinculada também à falta de qualidade: quanto mais um determinado impresso era bem recebido por um público leitor mais generalizado, pior seria a qualidade literária e/ou científica do mesmo. Funciona aí a dicotomização entre um tipo de literatura considerada apenas para lazer e diversão e uma outra que é destinada a uma elite intelectual e científica. O que reincide na produção de sentidos que distinguem “livros bons” de “livros fáceis” (PFEIFFER, 2000, p. 142).

Em nossa compreensão, sob o efeito da organização de uma divisão no seio da sociedade imaginariamente unificada pela língua e pelo direito, essa dicotomização textualiza a contradição da política burguesa que organiza uma desigualdade real (divisão de classes), estruturalmente reproduzida na divisão do próprio material pelo qual o livro é impresso, pelos meios de publicidade, e especialmente pelas séries de etiquetagens<sup>39</sup>. Essa divisão não é *somente* econômica, ela é discursiva, isto é, social e política (em sentido amplo). De fato, como efeito da própria organização do Estado Burguês, os livros populares (e as classes dominadas) não estão em um mundo à parte da fração economicamente dominante<sup>40</sup>, como

<sup>39</sup> Recorremos aqui a Pêcheux (1990) que analisa o jogo das lutas de classes na Europa do século XIX, apontando para a contradição existente entre o imaginário de igualdade frente à língua como condição efetiva da liberdade dos cidadãos e a “desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão no ensino da língua e da gramática” (PÊCHEUX, 1990, p. 11). Em nota de fim de texto, Pêcheux (1990) exemplifica essa divisão política no projeto jacobino de ensino da língua nacional francesa em que a experiência do bilinguismo era reservada à classe dominante, enquanto uma gramática simplificada e truncada, baseada na lógica da frase simples, era fornecida às massas.

<sup>40</sup> A burguesia e o proletariado “são formados e organizados *juntos* no modo de produção capitalista, sob a dominação da burguesia e, em particular, da ideologia burguesa” (PÊCHEUX, 2015, p. 6, grifo do autor).

observa El Far<sup>41</sup>. Entretanto, distanciamos-nos desta autora em relação à afirmativa de que “as obras populares não eram aquelas direcionadas a um público específico, e sim as que recebiam um tratamento editorial interessado em baixar seu custo de produção e dinamizar seu consumo” (EL FAR, 2004, p. 12). Para nós, o efeito imaginário de igualdade assinala ainda mais fortemente essa contradição da ideologia burguesa, materializando um imaginário de leitor engendrado pela luta de classes.

Dentre inúmeros tipos de livros vendidos a baixo custo, El Far estuda mais particularmente os romances classificados como “romances de sensação” e “romances para homens”. Os primeiros eram conhecidos por suas histórias violentas e tramas envolvendo crimes e acontecimentos imprevisíveis e os segundos eram livros com teor pornográfico, sendo obras, normalmente, censuradas às mulheres. No mecanismo de antecipações e projeções produzidas pelo imaginário social (o que uma mulher poderia ler?), esses romances eram percebidos como uma ameaça ao “universo feminino”, pois as mulheres eram “vistas como pessoas frágeis, suscetíveis e facilmente influenciáveis pelos encantos da narrativa. Os temas, dentre outros, giravam em torno de casos de adultério, incesto, homossexualismo e prostituição” (EL FAR, 2004, p. 15). Apesar de serem bastante conhecidos na época, segundo El Far, esses romances foram apagados na história da literatura:

A história da literatura descartou tais livros [“romances de sensação” e “romances para homens”] e elegeu para o seu campo de estudo um conjunto de obras e autores, que nos dias de hoje passam a impressão de ter atuado de maneira isolada, sequencial e triunfante. Porém, ao lidarmos com o universo das letras é preciso perceber que esse quadro era muito mais complexo e difuso. Além dos romancistas, selecionados pela crítica, inúmeros outros atuavam ao mesmo tempo, conseguindo, em muitos casos, difundir seus textos e tendências narrativas com significativo sucesso. Queria sublinhar, com isso, que a experiência da leitura, no Rio de Janeiro daquele período, em nenhum momento se reduziu aos cânones literários e aos escritores adeptos das belas-lettras que atualmente fazem parte dos compêndios literários. Naqueles anos, lia-se Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Raul Pompéia, mas lia-se também uma variedade de outros escritores que buscavam o sucesso por meio de histórias “arrebadoras”, “cheias de mistério”, de “sangue”, em certos casos, ousadas em seus beijos e cópulas apaixonadas. (EL FAR, 2004, p. 24-25).

Ao lado dos “romances de sensação” e “romances para homens” ambos censurados às “mulheres de família”, figuravam cânones atuais como Alencar, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha etc. A maioria deles publicava suas obras em tipografias e posteriormente na Garnier. Segundo El Far, a editora carioca era conhecida por

---

<sup>41</sup> “Por isso, em 1989, um conhecido livreiro fazia propaganda de um dos seus romances, dizendo: ‘A todas as classes desde a mais alta até a mais baixa, que gostarem de ler, que apreciarem um bom romance’” (EL FAR, 2004, p. 12).

apenas publicar a 2ª edição dos livros. Nesse sentido, “caminhava num terreno seguro publicando aqueles que já haviam angariado alguma consagração literária ou prestígio intelectual” (EL FAR, 2004, p. 38). Em relação aos modos de circulação dos romances, El Far afirma que:

A ascensão da escola naturalista e realista reforçou ainda mais a ligação entre ficção e os fatos concretos do cotidiano. Nesse período, muitos escritores, colocando-se no papel de observadores sociais, partiam em busca de temas que pudessem mostrar ao leitor a vida em todas as vicissitudes. [...] Em suma, a disseminação do romance nacional, no interior do processo bem mais amplo de popularização do livro, deu ensejo à criação de tramas de grande sucesso editorial baseadas na realidade local e nos dramas, angústias, tormentos e esperanças daqueles que podiam desfrutar das habilidades de leitura (EL FAR, 2004, p. 111-112).

Apesar de discordamos da distinção da autora entre ficção e “fatos concretos do cotidiano”, a citação de El Far nos mostra a condição de produção e de circulação desses romances. A circulação dessas obras está atada ao funcionamento da autoria dos romancistas. Estes eram postos em um estatuto social de “observadores” da sociedade, sedimentando o efeito de uma pretensa neutralidade em torno de seus escritos, como se pudessem, por meio da literatura, “aprender a realidade tal como ela é”.

Como discursos sobre a prostituta e a prostituição são trabalhados em um espaço de circulação reconhecidamente canônico<sup>42</sup>?

Fazemos, brevemente, um resumo para situar o *corpus* literário de nossa pesquisa. Reiteramos que não pretendemos fazer uma análise conteudística dos elementos narrativos. Apresentamos os temas, as personagens e a trama somente para situar o leitor nas análises posteriores:

Em *Lucíola*, publicado em 1862 por José de Alencar, narra-se o romance de Paulo e da cortesã Lucia (Maria da Gloria), a “mais elegante e bonita corteza do Rio de Janeiro” (ALENCAR, 1862, p. 94). Lucia, no início do romance, é descrita como uma cortesã lasciva e cruel, sendo associada a Lúcifer. À medida que Lucia se envolve amorosamente com Paulo, ela vai se arrependendo de seu passado no mundo da prostituição. Em tom de “confissão”, Lucia conta ao amante que se chamava Maria da Gloria e que se tornou prostituta para sustentar seus familiares que se tornaram economicamente miseráveis após contraírem a febre amarela no ano de 1850. Lucia decide deixar de ser cortesã para viver longe da corte junto

---

<sup>42</sup> “Examinar os argumentos que os homens cultos do período elaboraram para explicar a prostituição pode ser uma boa porta de entrada para se conhecer o *pensamento científico sobre a prostituição*.” (RAGO, 1991, p. 142, grifo nosso).

com Paulo, mas socialmente ainda se sente marcada por seu passado. No final do romance, a personagem tem um trágico destino, morrendo após sofrer um aborto.

*O cortiço*, publicado em 1890 por Aluísio Azevedo, tem como trama a formação e o crescimento do cortiço de João Romão, vendeiro que enriquece financeiramente no decorrer da narrativa. O romance relata diferentes histórias dos diversos personagens que circulam no cortiço. Entre eles, há duas prostitutas: Leonie e Pombinha. A primeira, que no início do romance já é designada como cocote, é madrinha de Jujú, filha de uma lavadeira do cortiço. Jujú é criada pela prostituta na cidade. Por esse motivo, Leonie vai ao cortiço para visitar a família da afilhada. Durante suas visitas ao cortiço, Leonie também mantinha uma relação de amizade com Pombinha, uma filha de lavadeira que era recomendada pelos médicos a trabalhar por ser considerada enfermiça desde a infância. Pombinha era noiva, mas não se casava, pois ainda não tinha entrado na puberdade. Ela costumava ler e escrever as correspondências amorosas dos moradores do cortiço. Após ser seduzida e se relacionar sexualmente com Leonie, Pombinha entra na puberdade e se casa. Depois de um breve casamento frustrado, Pombinha torna-se prostituta e sustenta a mãe com o dinheiro da prostituição.

O romance *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha, foi publicado em 1895. Apesar de ser publicado no início da República, o texto se passa no final do Segundo Império. O romance narra o relacionamento entre os personagens Amaro (Bom-Crioulo) e Aleixo, um jovem grumete. Amaro é um escravo foragido que é recrutado na marinha, ascendendo rapidamente por causa de sua força física. Ao se estabelecerem no Rio de Janeiro, Amaro aluga um quarto da pensão de Carolina (Carola Bunda). Após quase um ano, Amaro é transferido de navio e recebe folgas uma vez por mês. Carolina aproveita as ausências do Bom-Crioulo para seduzir Aleixo, que passa a se relacionar com ela. Ao descobrir a traição do grumete com Carolina, o Bom-Crioulo se vinga, matando o amante.

No tocante à circulação dos romances no século XIX, ressaltamos o lugar polêmico de autoria de Alencar<sup>43</sup>, pois as suas obras tanto eram consideradas como “obras de arte” quanto classificadas como má literatura para as “moças de família”. Em relação ao primeiro aspecto, destacamos a crítica literária da época a respeito dos romances *Lucíola* e *Diva*:

Consideradas como obras de arte, *Lucíola* e *Diva* são duas delicadas miniaturas, dois tipos diferentes de mulher. Uma conserva a pureza da alma no meio da corrupção

<sup>43</sup> Em 1858, Alencar teve problemas com a censura, com o seu teatro “Asas de um anjo” cuja temática também envolvia a prostituição.

do corpo; a outra é igualmente ciosa do imaterial e da fôrma que o reveste. Ella é *Diva* porque é casta. Mas a imagem de ambas não se póde desprender do nosso pensamento: ellas ahi se gravam com profundas raizes, como tudo quanto é bello e virtuoso (SILVA, 1874, p. XI).

Já em relação ao segundo aspecto, a historiadora Del Priore comenta que em 1885 D. Ana Ribeiro de Góis Bettencourt, colaboradora do *Almanaque de lembranças luso-brasileiro*, afirmava que convinha aos pais evitar as “más influências” para as suas filhas, como por exemplo, o “mau teatro”, os “maus romances” e as “más leituras”. De acordo com Bettencourt, era preciso evitar, sobretudo, os romances de José de Alencar “com certas cenas um pouco desnudadas e certos perfis de mulheres altivas e caprichosas [...] que podem seduzir a uma jovem inexperiente *levando-a a querer imitar esses tipos inconvenientes na vida real.*” (BETTENCOURT apud DEL PRIORE, 2005, p. 180, grifo nosso).

Pelo efeito de real (BARTHES, 1970) das descrições do “realismo literário”, escritores como Aluizio Azevedo e Adolfo Caminha adquiriam por seus escritos um estatuto de “psicólogos” e “estudiosos” do “homem”. Nessa perspectiva, o jurista Dr. Viveiros de Castro, a respeito de Adolfo Caminha afirma que: “Caminha, o prometedor romancista nacional, que firmou na *Normalista* seus dotes de observador e de *psychologo*, disse-me que está escrevendo um romance — *Bom Crioulo* — onde *a inversão é largamente estudada a bordo de um navio de guerra.*” (CASTRO, 1934, p. 220, grifo nosso). Consequentemente, as descrições “realistas” eram vistas como potencialmente perigosas para as mulheres, pois “sob o pretexto de estudarem um caso pathologico, de dissecarem um documento humano, descrevem o vicio em todos os seus detalhes physiologicos, em todas as suas particulares obscenas e nuas” (CASTRO, 1934, p. 200). Em outros termos, não apenas os livros eróticos (ou pornográficos) eram vistos como perigosos às mulheres, mas todo complexo campo relacionado à sexualidade. E não eram apenas os médicos, os juristas, os jornalistas e críticos que textualizam esse imaginário da literatura ser potencialmente perigosa, mas também os próprios literatos eram atravessados por esse imaginário social sobre a mulher. Perguntamos como esse imaginário social se inscreve na literatura, há algo que escapa as coerções e normatividades oitocentistas?

Sem ousarmos responder essa questão, problematizamos diferentes movimentos de sentidos em torno narração das “causas” e dos “efeitos” das leituras nas personagens de romances, especialmente ditos “realistas”.

Na obra francesa *Madame Bovary* de Flaubert, a personagem homônima é descrita como influenciada pelas leituras de romances românticos sendo criticada por outros

personagens na obra, como por exemplo, ocorre no diálogo de Charles Bovary com a sua mãe, a respeito da “melancolia” e “irritabilidade” de Emma Bovary:

- Sais-tu ce qu'il faudrait à ta femme? – reprenait la mère Bovary, *ce seraient des occupations forcées, des ouvrages manuels !* Si elle était comme tant d' autres, contrainte à gagner son pain, elle n' aurait pas ces vapeurs-là, qui lui viennent d' un tas d' idées qu' elle se fourre dans la tête, et du désœuvrement où elle vit.  
 - Pourtant elle s' occupe, disait Charles.  
 - Ah!, elle s' occupe! À quoi donc ? *À lire des romans, de mauvais livres, des ouvrages qui sont contre la religion* et dans lesquels on se moque des prêtres par des discours tirés de Voltaire. Mais tout cela va loin, mon pauvre enfant, et quelqu' un qui n' a pas de religion finit toujours par tourner mal.  
*Donc, il fut résolu que l' on empêcherait Emma de lire des romans.* (FLAUBERT, 1929, grifo nosso).

As leituras dos romances por Emma Bovary são postos *transversalmente* como a causa imaginária dos desvios da personagem do que seriam as “ocupações obrigatórias” das mulheres. Em outros termos, Emma Bovary é retratada como ociosa e leitora de “maus livros”, considerados imorais e até mesmo ofensivos à doutrina religiosa dominante. Por outro lado, a descrição caricatural de personagens, a ironia da narrativa e da descrição em torno das personagens pequeno-burguesas, mostra que há algo na literatura que é inapreensível e escapa a ordem de uma mera representação.

Tomando como exemplo Flaubert, Eça de Queirós, escritor português, desenvolve em *O primo Basílio* a tese de que as leituras romanescas levaram a personagem Luísa ao adultério:

O que a levava então para ele?... Nem ela sabia; não ter nada que fazer, a curiosidade romanesca e mórbida de ter um amante, mil vaidadezinhas inflamadas, um certo desejo físico... E sentir-a, porventura, essa *felicidade, que dão os amores ilegítimos, de que tanto se fala nos romances e nas óperas*, que faz esquecer tudo na vida, afrontar a morte, quase fazê-la amar? (QUEIRÓS, 1997, p. 222-223, grifo nosso )

Mais do que uma simples relação de influência literária, ou ainda uma simples tentativa de “reprodução fiel” da realidade, os dois romances textualizam discursos historicamente construídos sobre as mulheres colocando em jogo a problemática do pudor e da moral dos saberes médico e jurídico, ao mostrar, no destino das personagens, as consequências negativas do adultério e da crença na literatura romanesca. É curioso notar, no entanto, que esses livros (*Madame Bovary* e *O primo Basílio*) foram considerados como literatura pornográfica, moralmente perigosa.

Segundo El Far, no Brasil, o mercado editorial classificou livros como *Madame Bovary* e *O primo Basílio* como obras pornográficas:

Não era por acaso, portanto, que *Madame Bovary* (1856), de Gustave Flaubert, e *O primo Basílio* (1878), de Eça de Queirós, foram anunciados nos jornais cariocas da época nas seções de “leitura para homens”. As poucas páginas dedicadas aos encontros adúlteros de Emma com Rodolpho e Léon, seu segundo amante e aos deleites de Luísa com Basílio, recém-chegado de Paris, num quarto de hotel apelidado carinhosamente por ambos de “Paraíso”, bastavam aos livreiros brasileiros para os divulgarem junto com *Os serões do convento* ou as célebres e endiabradas *Memórias de frei Saturnino*. O argumento de que essas obras estariam, na verdade, reafirmando a moralidade pública, exibindo às leitoras as graves consequências sofridas com o rompimento das regras sociais vigentes — utilizado por Flaubert, durante o julgamento de Madame Bovary, e mais tarde pelos escritores realistas e naturalistas, que abusavam das cenas desenvolvidas segundo as tentações da carne —, não teria convencido nossos comerciantes de livros. Afinal, como havia dito Ernest Pinard, o advogado de acusação de Emma Bovary, Emma morreu “não porque foi adúltera, mas porque quis morrer”. Da mesma forma, Luísa só se arrependeu de sua traição depois de arcar com as terríveis chantagens feitas por sua empregada Juliana. Em outras palavras, essas duas mulheres, para além do final trágico, reparador das infidelidades cometidas, teriam aproveitado cada momento de paixão ao lado de seus amantes, o que conferia a essas histórias, na visão corrente da época, seu caráter pornográfico (EL FAR, 2004, p. 195-196).

Observamos que a “licenciosidade” dessas obras no século XIX é transversalmente associada ao imaginário de liberdade e prazer feminino. Nesse sentido, a “punição” e o final trágico das personagens não são suficientes para que as obras não sejam tomadas como obscenas à moral pública, uma vez que o adultério é visto como uma ameaça à ordem da esfera privada do casamento. Além do adultério, a prostituição era considerado um dos temas “perigosos” e “censurados” às mulheres.

Ao analisar a literatura sobre a prostituição do começo do século XX, a historiadora Rago afirma que:

Enquanto as *femmes fatales* dos romances paulistas dos anos 20 são mulheres essencialmente urbanas, ou que se adaptaram às exigências e à velocidade da vida na cidade moderna, como Nenê Romano (Goulart), Cláudia (Cobra), Maria Alice (Caiuby), Kundry (Picchia), as ***prostitutas vitimizadas pelo destino são efeitos da inexperiência e da ingenuidade frente ao mundo urbano***. Falar de sua vitimização pelo destino cruel supõe situá-las, como fazem os autores, no espaço urbano moderno: mundo corrompido pela degeneração dos costumes, pelo relaxamento dos laços familiares e pela indiferença entre os indivíduos atomizados, aí o ser humano perdeu toda a capacidade de autocontrole. A prostituição, nesse caso, decorre de um fenômeno de violenta desterritorialização sofrida pela mulher (RAGO, 1991, p. 212, itálico da autora, negrito nosso).

No final trágico de Lucíola, notamos que há um enquadramento político da personagem na vitimização da prostituição. Na busca moral por “regeneração” de seu passado como prostituta, Lucíola torna-se Maria da Gloria e se afasta da cidade. Porém isso é insuficiente para que a personagem escape do “destino trágico” da morte. Na trama, a cidade é descrita como lugar onde as prostitutas são exploradas por cafetões: “Encontrão-se no Rio de Janeiro homens como o Jacintho, que vivem da prostituição das mulheres pobres e da

devassidão dos homens ricos (ALENCAR, 1862, p. 167)”. Em *O Cortiço*, podemos observar uma descrição análoga em que a sociedade (os clientes do circuito da prostituição) é retratada como “devassa”. Em termos discursivos, consideramos que o efeito de série produzido pela repetição de que a cidade é o lugar da devassidão mostra-nos que a prostituição é associada ideologicamente ao imaginário de degenerescência moral do “mundo urbano” e, por extensão, da “sociedade”. Ainda neste livro, a influência da escrita e da leitura das cartas amorosas dos moradores do cortiço é vista como uma verdadeira influência à prostituição de Pombinha:

Prompta uma carta, subscriptava-a, entregava-a ao dono e chamava por outro, ficando a sós com um de cada vez, pois que nenhum delles queria dar o seu recado em presença de mais ninguém senão de Pombinha. De sorte que a pobre rapariga ia **accumulando no seu coração de donzella** toda a summula daquellas paixões e daquelles ressentimentos, ás vezes mais fêtidos do que a evaporação de um lameiro em dias de grande calor (AZEVEDO, 1890, p. 89, grifo nosso).

Neste trecho, os relatos dos moradores são metaforicamente relacionados ao fedor de um lameiro. Nesse sentido, por causa de um efeito ideológico, associa-se a suscetibilidade de Pombinha à prostituição pela escuta, leitura e escrita de textos considerados “perigosos” ao seu “coração de donzela”. As prostitutas seriam aqui uma vítima da “sociedade adoecida”, violentamente apaixonada.

Assim como em *O Cortiço*, o romance *Bom-Crioulo* de Caminha não “pune” diretamente as personagens com um final trágico, recorrente em obras sobre o adultério feminino. Contudo, em ambas as obras, a prostituição é associada à causa da morte de outros personagens das obras. Em *O Cortiço*, a mãe de Pombinha, D. Isabel adocece e morre por “desgosto”:

A pobre mãe chorou a filha como morta; mas, visto que os **desgostos não lhe tiraram a vida por uma vez** e, como a desgraçada não tinha com que matar a fome, nem forças para trabalhar, aceitou de cabeça baixa o primeiro dinheiro que Pombinha lhe mandou. E, desde então, aceitou sempre, constituindo-se a rapariga no seu unico amparo da velhice e **sustentando-a com os ganhos da prostituição**. Depois, como neste mundo uma creatura a tudo se acostuma, Dona Isabel mudou-se para a casa da filha. Mas não apparecia nunca na sala quando havia gente de fóra; escondia-se; e, se algum dos frequentadores de Pombinha a pilhava de improviso, a infeliz, com vergonha de si mesma, fingia-se criada ou dama de companhia. O que **mais a desgostava**, e o que ella não podia tolerar sem apertos de coração, era ver a **pequena endemoninhar-se com champanha depois do jantar e pôr-se a dizer tolices e a estender-se ali mesmo no collo dos homens. Chorava sempre que a via entrar ébria, fóra d’horas, depois de uma orgia; e, de desgosto em desgosto, foi se sentindo enfraquecer e enfermar, até cahir de cama e mudar-se para uma casa de saude, onde afinal morreu** (AZEVEDO, 1890, p. 342-343, grifo nosso).

Na cena acima, a série de formulações constroem um efeito de causa e consequência de que a prostituição de Pombinha ocasiona a morte da sua mãe (D. Isabel):

“desgostos não lhe tiraram a vida por uma vez”, “O que a mais desgostava [...] era ver a pequena endemoninhar-se com champanha depois do jantar e pôr-se a dizer tolices e a estender-se ali mesmo no collo dos homens”; “Chorava sempre que a via entrar ébria, fóra d’horas, depois de uma orgia” e “de desgosto em desgosto, foi se sentindo enfraquecer e enfermar, até cahir de cama e mudar-se para uma casa de saude, onde afinal morreu”, podemos observar que a narração que descreve em pormenores o cotidiano de D. Isabel e de sua filha reproduz um imaginário moralista da época que associava o prazer das mulheres (sexual ou não) a excessos passíveis de “condenação”, nessa orientação, a personagem Pombinha — descrita como uma “pequena endemoniada” e “ébria”— apesar de “sustentar” a mãe com ganhos da prostituição vai matando-a lentamente por sua “degenerescência moral”.

Já no romance de Caminha, o triângulo amoroso entre Amaro, Aleixo e Carolina desencadeia no assassinato do jovem grumete por Amaro (Bom-Crioulo) decorrente da descoberta da traição do amante com Carolina:

A rua enchia-se de gente pelas janelas, pelas portas, pelas calçadas. Era uma curiosidade tumultuosa e flagrante a saltar dos olhos, um desejo irresistível de ver, uma irresistível atração, uma ânsia!

Ninguém se importava com “o outro”, com o negro, que lá ia, rua abaixo, triste e desolado, entre baionetas, à luz quente da manhã: todos, porém, todos queriam “ver o cadáver”, analisar o ferimento, meter o nariz pela chaga... (CAMINHA, 1956, p. 185).

Pelo viés da Análise de Discurso, Lagazzi (2014) estuda o filme *Era uma vez...* Nesse artigo, a autora compreende o final trágico das personagens não como uma contingência, mas sim como determinação histórica atravessada pela ideologia<sup>44</sup>. Segundo a autora:

Em *Era uma vez...* o conjunto de contingências injustas significa o social no silenciamento das determinações históricas. São contingências da vida do sujeito, o que traz o foco da discussão do social para o indivíduo. A polissemia da cidade, do morro, da violência fica contida na previsibilidade das interpretações que as dicotomias determinam. Ser vítima de contingências é uma questão que reafirma o sujeito dissociado do social. A própria vitimização já é um sintoma do viés subjetivista (LAGAZZI, 2014, p. 164).

Desse modo, o final trágico da trama das prostitutas, mostra-nos como a punição ou castigo a essas personagens (ou a outros personagens, mas ainda sim decorrente das “ações” das prostitutas) textualiza discursivamente a moralidade da época. A vitimização das

<sup>44</sup> “Focar a insensibilidade do social pelo viés das contingências que afetam a vida dos indivíduos é uma maneira de ceder às tentações estabelecidas por Pêcheux no que diz respeito ao equívoco, já que as determinações históricas ficam reféns de intenções subjetivas, localizadas no espaço de um humanismo que oscila entre o bem e o mal” (LAGAZZI, 2014, p. 165).

prostitutas ou das personagens afetivamente ligadas a elas, que, decorrem particularmente aos “finais trágicos”, é um sintoma de uma visada interdiscursiva sobre a questão. Isto é, a via moralista que se inscreve nessa repetição é um *olhar político* sobre a prostituição como um mal, um perigo a ser combatido, evitado e castigado, pela reprovação social e pelo adoecimento (“físico” e “psíquico”). É nessa relação entre a literatura e os discursos sobre a prostituição, especialmente constituídos no campo de complementariedade entre o direito e a vida (a medicina), que gostaríamos de nos ater.

### 3 MULHERES E MULHERES: UMA DIVISÃO LÓGICO-JURÍDICA ENTRE MULHERES HONESTAS E PROSTITUTAS

Esqueci-me dizer que a opera começára; e que as nossas observações podião fazer-se então em céu desnuado. Vi pois a Lucia sentada na frente do seu camarote, vestida com certa galanteria, mas sem a profusão de adornos e a exuberancia de luxo, que ostentão de ordinario as cortezãs; ou porque acreditem que a sua belleza, como as caixinhas de amêndoas, cota-se pelo envolucro dourado; ou porque no seu orgulho de anjos decahidos desejem esmagar a casta simplicidade da mulher honesta, quantas vezes defraudada nessa prodigalidade (ALENCAR, 1862, p. 31).

— Não fujam Suas Mercês, nem temam desaguisado algum, porquanto a Ordem de cavalaria que professo a ninguém permite que ofendamos, quanto mais a tão altas donzelas, como se está vendo que ambas sois.

Miravam-no as moças, e andavam-lhe com os olhos procurando o rosto, que a desastrada viseira em parte lhe encobria; mas como se ouviram chamar donzelas, coisa tão alheia ao seu modo de vida, não puderam conter o riso; e foi tanto, que D. Quixote chegou a envergonhar-se e dizer-lhes:

— Comedimento é azul sobre o ouro da formosura; e demais, o rir sem causa grave denuncia sandice. (CERVANTES, 2010, p. 37).

D. Quixote, delirante, confunde prostitutas com donzelas. O riso descomedido das prostitutas traz à cena uma mistura surpreendente de absurdo e evidência<sup>45</sup>. Esse equívoco irrompe diante de uma estabilidade como estranha confusão entre *dois* mundos, entre dois estados de coisas impermeáveis. A contradição sofrida (a estupidez, a loucura) do cavaleiro errante fende o cristal aparentemente transparente da linguagem e do sujeito. Ao tomar partido pela imbecilidade, isto é, ao tornar-se estranho ao mundo semanticamente normal, a série quixotesca de equívocos abala a divisão “implícita” entre mulheres e mulheres, pelo viés do humor. Afinal, que *efeito de evidência teológica do sentido* (PÊCHEUX, 1981a) separa, em dois mundos, as “altas donzelas” e as “prostitutas”?

Constituído como um efeito de série em longa duração histórica<sup>46</sup>, um efeito de evidência segrega discursivamente mulheres e mulheres: as santas, as donzelas, as esposas, as mulheres honestas e as messalinas, as meretrizes, as rameiras, as prostitutas, as mulheres públicas, da rua, da vida, do mundo... Tudo se passa como se sempre houvesse uma disjunção

<sup>45</sup> Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux (1995) aponta para a relação de vizinhança e não de oposição entre o absurdo lógico e o território das evidências (do mundo semanticamente normal) a partir do conto fabuloso do Barão de Münchhausen e da canção satírica sobre La Palice. Essa relação de vizinhança é trabalhada pelo autor em torno da noção de pré-construído, enquanto retorno do estranho no familiar: “essa mistura surpreendente de absurdo e de evidência, esse retorno do estranho no familiar, já foram encontrados por nós a propósito da noção de *pré-construído* [...] e, na ocasião, devíamos nos limitar a constatar que esse efeito de pré-construído consistiria numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’” (PÊCHEUX, 1995, p. 156, grifo do autor).

<sup>46</sup> Em *Eva e os Padres*, por exemplo, podemos ler em Duby (2013) uma passagem bastante pertinente dessa disjunção discursiva no *Livre de manières* do capelão Étienne de Fougères, ao condenar o uso dos cosméticos como era banal entre os membros da Igreja na Idade Média: “putas se fazem donzelas e feias e enrugadas, belas” (FOUGÈRES apud DUBY, 2013, p. 258).

entre as mulheres consideradas honestas na sociedade e as prostitutas. No entanto, se tomássemos essa asserção ao pé da letra, correríamos o risco elementar de conceber a prostituição como a-histórica. Nesse sentido, a produção de novos campos do saber institucionalizados (a medicina higienista e a antropologia criminal, por exemplo) e a hegemonia do jurídico nas relações sociais no modo de produção capitalista (a forma-sujeito de direito) produzem modos específicos de significar a prostituta e a prostituição. Nessa orientação, Couto (2015) afirma que a forma moderna e contemporânea de conceber a prostituição não pode ser naturalizada e universalizada.

É importante frisar que, de natural, esse imaginário, que ainda hoje impera sobre a prostituição, e consequentemente sobre a prostituta, não tem nada. Ele foi construído, a partir do final do século XVIII, início do século XIX, por diferentes discursos e saberes, principalmente médicos. Antes deste período, a história está repleta de exemplos que mostram outra relação com a prostituição. É o caso, por exemplo, das cidades francesas do século XV, analisadas por Jacques Rossiaud. Como nos mostra este autor, naquelas cidades, as prostitutas não eram tratadas, por exemplo, como mulheres decaídas, não se opoñdo, portanto, à mulher direita, nem à família (COUTO, 2015, p. 55).

Poderíamos afirmar ainda que a prostituta não pode ser compreendida como um mesmo “referente” escondido por detrás de nomes diversos, nas diferentes épocas, assim como nas várias “civilizações”, “culturas” e sociedades. Defendemos, ao contrário, que essa universalização da prostituição é um traço interdiscursivo produzido a partir do século XVIII e XIX, isto é, no modo de produção capitalista e nos discursos de pretensão científica que tentavam colocar uma origem imaginária (a Antiguidade) a seu “objeto”. As breves passagens dos textos médicos e jurídicos citados a seguir, que poderiam ser lidas hoje como anacrônicas, absurdas ou fabulosas, indicam a *tentativa política* de justificar uma intervenção administrativa e científica sobre a prostituição e sobre a sexualidade dita desviante.

a) Perde-se na obscuridade dos tempos a origem da prostituição.

Sem remontar aos primeiros dias da criação, em que as condições sociaes de existencia do primeiro casal autorizavam o commercio illicito como uma necessidade para a propagação da especie: nem tão pouco aos tempos antediluvianos, acerca dos quaes apenas nos consta, pela narrativa de Moysés, que os crimes do homem tinham chegado ao seu apogeu, facto que provocou a punição celeste, passarei ligeiramente em revista, como m’o permitem os documentos historicos, os factos mais memoraveis concernentes á prostituição nos priseos tempos. (MACEDO, 1873, p. 5).

b) E’ na Chaldéa, neste antigo berço das sociedades, que se deve procurar os primeiros vestígios dos vicios e da prostituição contra a natureza [a “pederastia”]. (CASTRO, 1934, p. 211).

Em *Nova escola penal*, o Dr. Viveiros de Castro afirma que o “sentimento de justiça” (segundo o autor, o respeito à vida, à propriedade e ao sentimento da família) só é possível com a “evolução mental do homem”. O jurista argumenta que:

c) Sem respeito da vida humana, sem sentimento de propriedade, elles [os “povos selvagens”] não têm também a noção da família. Na Polynesia, na Melanesia, entre os selvagens da America, nas tribus da Africa, dominam a polygamia e ás vezes a polyandria. O marido julga-se proprietário da mulher, senhor de uma coisa que lhe pertence e não hesita em vendel-a ou trocal-a por um objeto que lhe agrade. Por sua parte a mulher não tinha também a idéa do pudor, que é a principal força de seu sexo (CASTRO, 1894, p. 31).

Em sequência a essa citação, o autor atribui a prostituição como uma consequência da ausência do “sentimento de pudor e de família” nos “povos selvagens” e nas “civilizações antigas”:

d) Em Nova-Cythera, as mulheres faziam sua *toilette* mais intima, na praia, defronte dos estrangeiros e no Kamtichatka tinham ellas seus partos na presença de todo o mundo. Strabão refere um costume de uma das tribus dos Parthas, onde a mulher devia mudar de marido quando tinha dois ou três filhos do mesmo homem. Em Babylonia, a lei determinava a todas as mulheres que fossem pelo menos uma vez na vida ao templo da deusa Mylita se prostituírem aos estrangeiros, mediante um salário por mais módico que fosse. Em Chypre, as moças deviam certos dias ir junto ao mar offerecer, prostituindo-se, sua virgindade a Vénus. Nas ilhas Baleares, povoadas primitivamente por colónias phenicias, as casadas pertenciam na noite de núpcias a Vénus (CASTRO, 1894, p. 32).

Na tese “Da inconveniencia da liberdade ilimitada no exercicio da prostituição”, apresentada na cadeira de Hygiene da Faculdade de Medicina e de Phamarca da Bahia, o Dr. Antonio Joaquim de Sampaio dedica o seu primeiro capítulo à “prostituição, seu histórico e suas especies”:

e) Ao traçarmos a palavra a *Prostituição*, torna-se necessario que se lhe dê uma definição, é o que vamos fazer, não no sentido figurado, mas, no sentido proprio, extendendo a ambos os sexos e tornando clara a idéa de venda. Assim, a prostituição não é mais do que o trafico obsceno do corpo humano.

Vem desde a mais remota antiguidade, pertencendo a todos os tempos, a todos os povos, onde tem sempre revestido as mais estranhas e variadas formas.

Embora seja um grande mal, nunca poderá desaparecer visto que os instinctos viciosos são inatos na especie humana. Todo o organismo social tem uma razão de ser.

[...]

A prostituição masculina existiu, logrando grande desenvolvimento em Roma, principalmente nas grandes capitaes.

[...]

Desde os primeiros tempos da infância dos povos, anterior á toda a religião e á toda lei civil, que a mulher afim de obter do homem uma parte do resultado da pesca ou da caça, consente sem duvida, entregar-se á uma paixão que não sente. E’ a prostituição selvagem exercida pela mulher primitiva inteiramente material e por assim dizer, ainda animalisada.

[...]

Moysés, o sábio legislador não admitindo absolutamente a prostituição sagrada, arrancando os hebreus da sodomia e da bestialidade, como medida de prudência, deu-lhes a liberdade de terem commercio com as meretrizes estrangeiras fora do recinto da cidade. Assim, as cortezãs procuravam as encruzilhadas dos caminhos, armavam as suas barracas, adornavam-se com trajes e atavios deshonestos, queimavam perfumes e ahí exerciam o seu officio. Eis, portanto, a prostituição civil exercida desde a mais remota antiguidade. No tempo de Moysés havia moderação nos prazeres sexuais, o que não aconteceu no tempo de Salomão (SAMPAIO, 1912, p. 3-12).

Dessa série de enunciados médicos e jurídicos, apontamos três regularidades dominantes na retomada “histórica” da prostituição.

Em primeiro lugar, há uma regularidade em tornar “obscura” a “origem” da prostituição, ao passo que se afirma a sua existência desde os “primeiros tempos”, nos mais remotos e diversos povos. Nesse sentido, por meio, particularmente, da preposição “desde”, a prostituição é tomada no intradiscorso como anterior à própria história, à religião e às leis, como se se perdesse “na obscuridade dos tempos”: “a prostituição civil exercida **desde a mais remota antiguidade**”; “**desde os primeiros tempos da infância dos povos**, anterior á toda religião e á toda lei civil”; “vem **desde a mais remota antiguidade**, pertencendo a todos os tempos, a todos os povos”. A invocação do imemorial no relato da “história” da prostituição ata-se a exemplificações etnocêntricas<sup>47</sup> — pois o “mal” é o outro, anterior e exterior à Europa Ocidental — e moralistas de “casos de prostituição” em civilizações antigas e tribos vistas como “exotificadas” ou “não-ocidentalizadas”: “Chaldéa”, “Polynesia”, “entre os selvagens da America”, “nas tribus da Africa”, “Nova-Cythera”, “Kamtichatka”, “tribus dos Parthas”, “Babylonia”, “Chypre”, “colónias Phenicias”. Evocamos o etnocentrismo desses relatos que projetam no outro a compreensão burguesa da prostituição: a “ausência de sentimento de propriedade, pudor e família” que o Dr. Viveiros de Castro aponta só endossa essa afirmação. Nessa orientação indagamo-nos se esse “etnocentrismo não é sempre traído pela precipitação com que se satisfaz com certas traduções ou certos equivalentes domésticos?” (DERRIDA, 2011, p. 152).

Em segundo lugar, há uma regularidade dos enunciados acima de naturalizar a prostituição, entendida, ao um só tempo, como instinto e ofício ou comércio (segundo a lógica burguesa economicista de propriedade e circulação de bens). Neste ponto, o “natural” (o que é

<sup>47</sup> O etnocentrismo é um “centramento numa determinada cultura que se toma como cultura de referência. Do ponto de vista etnocêntrico, o etnólogo lê as outras culturas de acordo com os pressupostos da sua. A Etnologia clássica via a civilização ocidental — a cultura europeia — como a forma mais avançada das sociedades humanas e, por esse motivo, a tomava como cultura de referência, considerando as outras civilizações como primitivas. Com uma nova aquisição teórica e prática no campo das ciências humanas, verifica-se que os povos primitivos só puderam ser assim considerados a partir de pressupostos etnocêntricos” (SANTIAGO, 1976, p. 37).

pretensamente “dado”) vem a complementar-se com o “social”, como se a sociedade fosse um corpo orgânico com funções (e doenças) pré-determinadas: “O marido julga-se proprietário da mulher”; “prostituírem aos estrangeiros, mediante um salário por mais módico que fosse”; “a prostituição selvagem exercida pela mulher primitiva inteiramente material e, por assim dizer, ainda animalizada”; “todo o organismo social tem uma razão de ser”.

Em terceiro lugar, há a regularidade dos enunciados em uma universalização da prostituição reproduzindo uma visão idealista, progressista e etnocêntrica da história, tal como foi se realizando nos discursos institucionalizados do direito e da medicina, no Brasil, durante o final do século XIX. Assim, os valores morais burgueses de família, de propriedade, de pudor são universalizados significando civilizações da Antiguidade e sociedades não-eurocênticas de acordo com o imaginário e o modo de produção capitalista. Assim, os médicos e juristas utilizam argumentos de aparência logicamente estável para interpretar e ler a “história” com um olhar político e ideologicamente determinado pelas condições de produção oitocentista. Nessa orientação, ressaltamos que a prostituição é *enquadrada* e *classificada* com diferentes adjetivações: “prostituição selvagem”; “prostituição sagrada”; “prostituição civil”; “prostituição masculina”. Ou ainda, a expressão: “prostituição contra a natureza (compreendida enquanto ‘pederastia’)”; essas diferentes derivas e paráfrases em torno da prostituição produzem um efeito de sentido de redução do outro ao mesmo, isto é, ao *enquadrar* e *classificar* enquanto prostituição tudo aquilo que escapa à “lógica” etnocêntrica e moral dos discursos higienistas a diferença é como lugar de observação dos médicos e juristas. Estes, por sua vez, interpretam essas diferenças enquanto potenciais “perigos” às/das sociedades ditas “civilizadas”.

Por fim, observamos também, nesses enunciados recortados, que há uma tensão aparente no que se refere aos discursos sobre “o futuro” da prostituição, ora afirmando-se que ela desaparecerá pela “evolução mental do homem”, ora afirmando-se que é um mal inevitável que sempre acompanhará as “civilizações”, ou seja, que “nunca poderá desaparecer visto que os instintos viciosos são inatos na espécie humana”.

Essa tensão aparente justifica, por um ou outro lado, a “necessidade” e a “urgência” de uma intervenção administrativa sobre a prostituição na cidade, seja pelas vias jurídicas (o que o Dr. Viveiros de Castro convoca enquanto “educação moral” dos cidadãos, além da intervenção da instância jurídica para a “correção moral” dos indivíduos), seja pelas vias higienistas (de regulamentação e inspeção sanitária constante das casas de prostituição e das prostitutas pelos médicos).

Ressaltamos que, a constituição desses discursos no século XIX sobre a prostituição não ocorreu de forma espontânea e natural. Esses novos discursos e saberes são sustentados por uma rede de filiação sócio-histórica e inscritos no ponto de encontro da memória com a atualidade (PÊCHEUX, 2008). Quando tratamos a questão da memória do ponto de vista da Análise de Discurso, estamos abordando, sobretudo, “as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (PÊCHEUX, 1999, p. 49-50).

Para Pêcheux, abordar a questão da memória a partir de seus pontos de regularização e desestruturação implica em compreender a memória não no sentido psicologista da “memória individual”, mas sim na direção de um “entrecruzamento” da memória social inscrita em práticas e da memória construída pelo historiador.

Sob essa perspectiva, a memória se reporta não aos traços corticais *dentro* de um organismo, nem aos traços cicatriciais *sobre* este organismo, nem mesmo aos traços comportamentos depositados *por* ela no mundo exterior ao organismo, mas sim a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de *tecidos de índices legíveis*, constituindo um corpus sócio-histórico de traços. (PÊCHEUX, 2014c, p. 142).

Destacamos ainda que um trabalho sobre a memória, do ponto de vista da Análise de Discurso, visa a pensar na linguagem como ponto fundamental de observação. Dessa forma, apesar de manter pontos de aliança com a História, enquanto disciplina de interpretação, a Análise de Discurso possui uma forma específica de trabalhar com a memória, atendo-se aos processos discursivos que são colocados em jogo nas materialidades discursivas. Isto é, “o estatuto social da memória como condição do funcionamento discursivo, a partir da produção e interpretação de redes de traços gráficos ou fônicos<sup>48</sup>” (PÊCHEUX, 2014c, p. 142).

Ao tratar a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa estendida em uma dialética de repetição e regularização, Pêcheux (1999) afirma que a *memória discursiva* seria aquilo que, diante de um texto, restabeleceria os seus “implícitos”, como os pré-construídos e os discursos transversos<sup>49</sup>. Entretanto, o problema consiste

<sup>48</sup> Estamos nos referindo, particularmente, à história das mentalidades: “A memória considerada como corpo/corpus de traços inscritos neste espaço, sob formas extremamente variáveis, remete, assim, à noção de *memória coletiva*, tal qual foi desenvolvida em particular pelos historiadores das mentalidades; os corpos coletivos (cidades, regiões, instituições, associações, nações, Estados, etc.) são os corpos de traços” (PÊCHEUX, 2014c, p. 142).

<sup>49</sup> “Observemos que o funcionamento do ‘discurso-transverso’ remete aquilo que, classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa,

exatamente em “saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da sequência: estão eles disponíveis na memória discursiva como em um fundo de gaveta, um registro do oculto?” (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. (ACHARD, 1999, p. 13).

O “implícito” não pode ser encontrado em parte alguma sob uma forma estável e sedimentada; ele só se (re)constrói em um enunciado determinado como um efeito de uma série, como efeito de uma repetição. Essa regularização discursiva “é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória” (PÊCHEUX, 1999, p. 52). A partir do choque opaco do acontecimento e sob o risco deste não se inscrever na memória ou ser absorvido como se nunca tivesse acontecido, para Pêcheux, há um jogo de forças na memória: de um lado, um jogo de força visa manter a regularização pré-existente com os implícitos que veicula, de outro, um jogo de força visa a “desregulação”, perturbando essa rede de “implícitos”.

O trabalho com a memória em Análise de Discurso nos levou a interrogar a regularidade da distinção entre *mulheres honestas* e *mulheres públicas* (prostitutas) com a qual nos deparamos na leitura de textos médicos, jurídicos, jornalísticos e literários desse período.

No Rio de Janeiro, durante o mês de novembro de 1876, uma circular policial de controle da “exposição das mulheres nas ruas, cafés e janelas de suas casas” (SCHETTINI, 2011, p. 9), principalmente após as 22h, teve grande repercussão nos principais jornais de divulgação geral e diária da corte<sup>50</sup>, em uma imprensa que se autodesignava como “moralizadora e civilizadora” na “cruzada contra a prostituição”: “o que queremos não é a perseguição de *mulheres infelizes*, é que se garanta á *virgem* o á *mulher honesta* o direito de

---

etc. Vemos, ao mesmo tempo, que o que chamamos anteriormente ‘articulação’ (ou ‘processo de sustentação’) está em relação direta com o que acabamos agora de caracterizar sob o nome de *discurso-transverso*, uma vez que se pode dizer que a articulação (o efeito de incidência ‘explicativa’ que a ele corresponde) provém da linearização (ou sintagmatização) do discurso-transverso no eixo do que designaremos pela expressão *intradiscurso*, isto é, o funcionamento do discurso com a relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de ‘co-referência’ que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito) (PÊCHEUX, 1995, p. 166, grifo do autor).

<sup>50</sup> Cf. p. ex., os jornais *Gazeta de Notícias*, *O Globo* (RJ) e *Jornal do Commercio* (RJ), de novembro a dezembro de 1876.

não serem testemunhas obrigadas de uma impudicia patente e brutal<sup>51</sup>”; “torna-se necessario uma medida geral, preservar a parte sã da população do seu pernicioso contacto<sup>52</sup>”. Essa série de debates em espaços de circulação de sentido jornalísticos textualizou uma distinção entre mulheres honestas e prostitutas. Essa série de enunciados em questão que mostraram uma divisão lógico-jurídica (PÊCHEUX, 1981a) entre mulheres e mulheres não funciona de forma autônoma; sua existência concreta depende do que lhe é exterior.

O choque opaco da divisão entre *mulheres honestas* e *mulheres públicas* materializa um efeito de evidência no interior de formulações jurídicas (e médico-legais) atadas às novas formas de organização do espaço público: a modernização e o higienismo. Nesse sentido, sobre a questão do espaço público e em relação aos movimentos de sentido do próprio termo “rua” no final do século XIX, Nunes (2001, p. 102) mostra como a rua começou a “ser nomeada como espaço público, em oposição ao espaço privado (a casa, o trabalho). A partir desse momento, ocorre um degaste da ordem pública, que passa a ser vista como moralmente inferior”. Um exemplo do discurso sobre a “desmoralização” da rua: o Dr. Candido Motta, em 1897, afirma, a despeito das casas de jogos e dos espaços de prostituição na cidade de São Paulo, que “a libertinagem assumiu taes proporções, a desfaçatez das **mulheres publicas** era tal, que tivemos ruas inteiras por onde era impossível o transito de familias e pessoas honestas” (MOTTA, 1897, p. 319, grifo nosso).

O termo “mulher pública”, em relação metonímica com a expressão “espaço público”, é igualmente visto como moralmente inferior. No entanto, a partir do trabalho de Chaves, o próprio sintagma “mulher pública” é linguisticamente polissêmico:

mulher pública como aquela que ‘leva fama’ — de promíscua, prostituta — e da mulher pública como a ‘mulher famosa’ — a intelectual, a que ocupa cargos políticos, a celebridade, a diva —, figuras que aparecem como decorrentes de uma série de fatores, dentre eles, o processo de industrialização, a inserção maciça de mulheres no mercado de trabalho, na produção de conhecimento nas universidades, a constituição dos Feminismos como movimentos políticos, a presença feminina no campo das artes não só como musa, mas como artista, a ocupação de cargos políticos, os meios de comunicação de massa, além do cinema e da publicidade com o intenso investimento simbólico na imagem feminina, enfim, um conjunto de fatores que constituem e reproduzem sentidos para a mulher pública, revelando distintas posições-sujeito (CHAVES, 2015, p. 111).

O que o termo “mulher pública” coloca em jogo é o próprio estatuto e o lugar da mulher na cidade “moderna” ou em vias de “modernização”. Nesse sentido, Chaves (2015)

<sup>51</sup> *Gazeta de Notícias*, 02.12.1876, p. 3.

<sup>52</sup> *Gazeta de Notícias*, 28.11.1876, p. 1.

afirma que com a modernização do espaço urbano no século XIX, há complexa relação entre as mulheres e sua circulação na cidade:

Na Paris do século 19, por exemplo, Flora Tristan, escritora e viajante reclama de certos hotéis no Sul da França que tinham cartazes afixados nas paredes com os dizeres: “*Proibido para mulheres sozinhas*” [...], além de outros espaços de proibição explícita ou velada, como, os cafés, a política, a biblioteca, o gabinete de trabalho do ambiente privado, e a bolsa de valores, onde, impedidas de entrar e restritas aos jardins, algumas mulheres inclusive se travestiam com ternos para participar das negociações do poder econômico. Já a rua, o pequeno comércio e as lavanderias eram espaços amplamente abertos às “mulheres do povo” Não se pode também deixar de lembrar o maciço investimento simbólico que o corpo feminino ganha no século 19, na estatuariedade que adorna a cidade [Paris] tendo a figura de *Marianne* encarnando a república francesa e as musas coroando heróis em praças públicas, além de fenômenos religiosos como o culto à virgem Maria e as beatas como Maria Madalena, e também na publicidade, que se constitui neste *boom industrial* do final do século 19 trazendo a imagem da mulher em polarizações de forte apelo ao consumo: a rainha do lar ou a *femme-fatale*. Enfim, um conjunto de aparições e invisibilidade que mostra que as relações entre as mulheres e o espaço público se situam no cruzamento de numerosas variáveis. (CHAVES, 2015, p. 19-20, grifo da autora).

Observamos que, neste conjunto de aparições e invisibilidade, a circulação das mulheres no espaço urbano se situou neste complexo cruzamento de significações: ora homenageadas como se “adornassem” a cidade, ora proibidas de entrarem em certos locais públicos. A participação da mulher no mercado de trabalho, a sua “livre” circulação nos jardins e a sua “relativa emancipação” foram percebidas de maneira ambígua pela sociedade oitocentista (RAGO, 1991). Nesse sentido, “se de um lado valorizava-se sua incorporação num amplo espaço social, por outro procurava-se instaurar linhas de demarcação sexual definidoras dos papéis sociais bastante claras. No caso da mulher, que ‘honestas’ e ‘perdidinhas’ não se confundissem” (RAGO, 1991, p. 26).

Em meio a essa polarização, enquanto a mulher honesta ou “rainha do lar” era um modelo a ser seguido pelas mulheres da época, a imagem da prostituta vai aparecendo como parâmetro *limite* para a “conduta” feminina no espaço urbano. “Ora, em geral é em referência à entrada da mulher no âmbito da vida pública que a prostituição vai sendo tematizada” (RAGO, 1991, p. 54). A imagem da prostituta se torna o modelo *negativo* da “moral pública”. A sátira humorista fortemente opaca textualiza a imagem da prostituta como aquilo que não se inscreve na ordem da moral.



Fig. 3 — “A Rabeca: *Periodico Caricato, Satyrico e Popular*”, 1870, p.4. A caricatura é acompanhada da seguinte legenda: “A família das *camélias*/ Foge em grande confusão,/ Ante a moral, fria esguia/ De papelucho na mão”.

O desenho publicado em 1870 no jornal “A Rabeca: Periodico Caricato, Satyrico e Popular” textualiza o confronto político da imprensa carioca com a prostituição na cidade. Na imagem, “a família das camélias” (referência a obra *A Dama das Camélias* de Dumas Filho) foge da “moral” associada ao “Diario de Noticias”, este, por sua vez, é retratado como uma condensação da imprensa carioca. Em relação, ao detalhamento das vestes: o homem que segura o jornal é retratado elegantemente vestido, isto é, de acordo com os padrões vigentes da média sociedade. As prostitutas são retratadas usando vestes longas e decotadas enfeitadas com adornos (colares e pulseiras). Os penteados e, particularmente, o crucifixo<sup>53</sup> de uma delas nos trazem por meio de uma rede de memória sócio-histórica o imaginário oitocentista que

<sup>53</sup> Nessa orientação, ressaltamos que há uma relação complexa envolvendo a religião e a burguesia. Ora apoiados em argumentos morais católicos, ora refutando-os, os “administradores” da cidade, os jornalistas e os cientistas higienistas eram vistos como detentores do conhecimento imaginariamente associados a “neutralidade” de um Estado “laico”. Tomemos, por exemplo, o enunciado de Dr Viveiros de Castro citando Gyurkovechky, em que critica o celibato imposto aos sacerdotes católicos: “A Igreja catholica deu prova de um subtil conhecimento da psychologia humana, impondo aos seus padres o celibato e a castidade; quiz por este meio emancipal-os da sensualidade para que se consagrassem exclusivamente á sua missão. Infelizmente o padre que vive no celibato está privado deste effeito enobrecedor que o amôr e por consequente o casamento produzem sobre o desenvolvimento do caracter” (GYURKOVECHKY apud CASTRO, 1934, p.311).

ligava a prostituição às mulheres estrangeiras, nesse caso, as prostitutas desenhadas podem ser caricaturas de mulheres portuguesas e/ou espanholas<sup>54</sup>.

Na caricatura, as prostitutas são atadas ao bairro carioca de S. Jorge, historicamente descrito como zona de meretrício (NOSSO SÉCULO, 1980). Observamos que a grafia do “S” está invertida. O modo de se escrever a letra, pode derivar para diversos efeitos de sentido, entre eles, destacamos que o grafo pode tanto metaforizar uma falta de “domínio” da escrita quanto ser uma textualização de um imaginário de “desordem” e caos do bairro em que até mesmo a letra da placa da rua se inverte por causa de sua “desmoralização”. Outro ponto em que temos um duplo percurso de leitura dessa imagem é diante da imagem de fundo, que interpretamos podendo: a) ser uma janela, uma vez que houve, durante o final do século XIX e início do século XX, um intenso debate sobre a aparição de “mulheres públicas” na janela, vistas como ameaçada à moralidade à ordem pública do Rio de Janeiro e, b) pode ser lida pela caricatura como um quadro, uma pintura ou um retrato. Em ambos os casos, há um entrecruzar do público e do privado postos em uma relação distinta no modo de produção capitalista<sup>55</sup>. A janela é o entremeio, uma vez que ela é, a um só tempo, exterior e interior e o no caso do retrato, haveria uma mistura do ambiente exterior e interior não colocando uma distinção tão delimitada entre a ordem do público e do privado.

Ressaltamos que tanto a caricatura quanto a legenda que a acompanha materializam um embate ideologicamente marcado entre o final do século XIX e o início do XX<sup>56</sup>: a prostituição é colocada como uma “inimiga” da moral vigente. Assim, entra em

<sup>54</sup> “Os médicos e os policiais tinham começado a perceber as *sexualidades perigosas* como uma grande ameaça, desde o final do século 19, com a chegada dos enormes contingentes de imigrantes europeus [...]. Dentre estes, desembarcavam *indesejáveis* de todos os tipos, como notificavam os inspetores de policia: anarquistas, italiano, portugueses e espanhóis; prostitutas e cafetinas francesas e portuguesas; cáftens eslavos acompanhados de *polacas* voluntárias ou forçadas, as chamadas *escravas brancas*, destinadas a suprir o próspero mercado da prostituição nos trópicos. Os esforços para prevenir o desembarque dessas figuras ameaçadoras levaram muitas autoridades a propor soluções radicais, apoiadas pelos jornais que promoviam campanhas morais contra a corrupção.” (RAGO, 2005, p. 97, grifo da autora).

<sup>55</sup> Segundo Del Priore (2011, p. 87-88, grifo nosso), a presença da prostituição era associada a uma dupla ameaça às “mulheres de família pura: “tal ameaça à rainha do lar era feita de duas maneiras — *todo desvio de ação, pensamento ou movimento poderia aproximar e confundir o espaço privado da casa com o espaço público da rua*. A janela como fronteira entre a casa e a rua foi sempre lugar suspeito e perigoso, havendo muita referência na literatura do século XIX às janelas ou aos namoros de janela. A outra ameaça [...] era a de ser substituída pela mulher pública e não desempenhar a contento as tarefas e funções impostas. Existindo como negativo atraente e ameaçador da família, as mulheres públicas foram descritas com todos os vícios, pecados e excesso”.

<sup>56</sup> A partir das leituras históricas de Alain Corbin sobre Parent-Duchâtelet, Couto (2015, p. 14-15) afirma que, na França, “o processo de moralização ocorre já no início do século XIX, quando a prostituição passa a ser controlada por um sistema regulamentarista. Esse sistema partia do princípio de que a prostituição era um “mal necessário”, e como tal, deveria ser confinada em espaços específicos da cidade, a fim de facilitar o controle e a vigilância sobre este mundo. Tal sistema, que emerge apoiado nos discursos médicos do período — tendo como principal expoente o médico Parent-Duchâtelet —, tinha, assim, uma forte preocupação sanitária. No Brasil, entre o final do século XIX e início do XX, São Paulo e Rio de Janeiro, em pleno processo de

“cena” um “combate” à prostituição não somente pela religião, mas também, principalmente, por outras “vozes moralizadoras”, como por exemplo: a imprensa escrita, os juristas, os médicos e os literatos. Inversamente, de acordo com Rago (1991, p. 21), “a prostituição é focalizada tanto como resposta a uma situação de miséria econômica, quanto como transgressão a uma ordem moral acentuadamente rígida e castradora”.

De forma semelhante, em *Lucíola*, a circulação da prostituta em “luxo desmedido” na rua é descrita como um insulto às senhoras honestas que passavam a pé: “enquanto acompanhava com os olhos a cortezá desprezível que se balançava lubrificante no seu novo carro, insultando com o luxo desmedido as senhoras honestas que passavam a pé”. (ALENCAR, 1862, p. 100). Novamente, a desmoralização da rua é discursivamente textualizada através da separação em dois mundos entre “prostitutas” e “mulheres honestas”.

É de se perguntar: Qual é o limite moral que separava a mulher considerada honesta da prostituta enquanto sujeito imoral? Os limites discursivos que englobam dois imaginários distintos estreitam os laços de moralidade entre eles? Que representação moral assume a figura da mulher mãe, deserotizada enquanto mantenedora da ordem, e que nível moral comporta a figura da prostituta, sujeito desviante, errante e perturbador? (COUTO, 2015, p. 15).

Segundo a distinção entre mulheres honestas e prostitutas, os tratados jurídicos e médicos compreendiam a “mulher ‘honestas’” como inscrita no espaço da “interioridade”, “da segurança do lar” e “da função de maternidade”:

como esposa, seu valor perante a sociedade estava diretamente associado à “honestidade” expressa por seu recato, pelo exercício de suas funções no lar e pelos inúmeros filhos que daria ao marido. Muitas mulheres de trinta anos, presas ao ambiente doméstico, sem mais poderem “passear” — “porque lugar de mulher honesta é no lar” —, perdiam rapidamente os traços de beleza (DEL PRIORE, 2011, p. 66).

A prostituta, por sua vez, era interpretada pelo “olhar científico masculino” por sua aparência, suas roupas, seus gestos, isto é, sua “exterioridade”:

[...] Ao contrário da “mulher normal”, constituída como mãe-natureza, totalmente transparente, a prostituta é *opaca* ao olhar científico masculino, podendo ser lida e identificada **apenas por sua aparência: pelos cheiros, roupas, maquilagens, gestos, signos que ocultam qualquer interioridade**. Não é casual a condenação de pura superficialidade que recebem constantemente. “Mulher pública”, a prostituta foi percebida como figura voltada para o exterior, mulher do mundo sem vínculos, nem freios, ao contrário da mãe, toda interioridade, confinada no aconchego do privado. Na superfície de seu corpo, os médicos leram os traços de sua estrutura psicológica: no tamanho dos quadris, na largura da testa,

no comprimento dos dedos decifraram os sinais de uma anormalidade estrutural. Pelo estudo anatômico do corpo, construíram sua identidade e o lugar da manifestação de seu desejo sexual (RAGO, 1991, p. 148, itálico da autora, negrito nosso).

Por meio dessas observações, enquanto a “mulher honesta” é relacionada à “interioridade” e à “natureza” (ligada à maternidade), e, conseqüentemente, à esfera do privado, a prostituta é “lida” e “identificada” pelo corpo, sendo associada à esfera pública sendo imaginariamente vista como superficial.

Na literatura do século XIX, as descrições das prostitutas como “mulheres extravagantes” e de “luxo desmedido” são modos específicos de “ler” as prostitutas e a prostituição. Assim, como em *Luciola*, a prostituta que “insulta moralmente” as mulheres honestas tem como característica o seu “luxo desmedido”, em *O cortiço* e em *Bom-Crioulo*, as vestes das prostitutas são detalhadas em toda a sua extravagância e artificialidade:

- a) Leonie, com a suas **roupas exageradas e barulhentas de cocote á franceza**<sup>57</sup>, levantava rumor quando lá ia e punha expressões de assombro em todas as caras. O seu **vestido de seda** côr de aço, enfeitado de encarnado sangue de boi, curto, **petulante**, mostrando uns **sapatinhos á moda** com um salto de quatro dedos de altura; as **suas luvas de vinte botões** que lhe chegavam até aos sovacos; a sua sombrinha vermelha. Sumida **numa nuvem de rendas côr de rosa** e com um grande cabo cheio de **arabescos extravagantes**; o seu **pantafaçudo chapéu de immensas abas** forradas de veludo escarlate, com um passaro inteiro grudado á copa; as suas **joias caprichosas, scintillantes de pedras finas**; os seus **labios pintados de carmim**; suas **pálpebras tingidas de violeta**; o seu **cabelo artificialmente loiro**; tudo isto contrastava tanto com as vestimentas, os costumes e as maneiras daquela pobre gente, que de todos os lados surgiam olhos curiosos a espreital-a pela porta da casinha do Alexandre (AZEVEDO, 1890, p. 151, grifo nosso).
- b) Quando moça, tinha seus vinte anos, abriera casa na Rua da Lampadosa. Bom tempo! **O dinheiro entrava-lhe pela porta em jorros como a luz do dia**, sem ela se incomodar. **Uma fortuna de jóias, de ouro e brilhante!** Já era gorducha, então: chamava-na Carola Bunda, um apelido de mau gosto, invenção da rua... (CAMINHA, 1956, p. 69, grifo nosso).

Na cena de Azevedo, Leonie tem a sua descrição construída a partir do estereótipo de uma “cocote à franceza”. Segundo Rago (1991), no final do século XIX e no início do XX, a figura da cocote, é construída por meio de um imaginário social que a associava a um objeto de desejo<sup>58</sup> e temor diante da sociedade: “sobre a cortesã europeia, especialmente a ‘francesa’,

<sup>57</sup> “Havia as *cocottes* e as polacas. As primeiras, representavam o luxo e a ostentação. As segundas, substituindo mulatas e portuguesas, representam a miséria. ‘Ser francesa’ significava não necessariamente ter nascido na França, mas frequentar espaços e clientes ricos. Ser polaca significava ser produto de exportação do tráfico internacional do sexo que abastecia os prostíbulos das capitais importantes e... pobre” (DEL PRIORE, 2011, p. 85-86).

<sup>58</sup> “O charme da ‘francesa’ foi construído no imaginário social a partir de dois temas recorrentes: o de sua maior capacidade de sedução e o seu domínio das regras de comportamento civilizado. Simbolizando o mundo das mercadorias as mais modernas, era desejada também pelo status que conferia ao seu proprietário momentâneo.

lançavam-se adjetivações amedrontadas, olhares curiosos, gritos de alerta, pois aparecia como muito mais sedutora e experiente do que qualquer outra” (RAGO, 1991, p. 42-43).

Nesta imagem produzida discursivamente, a personagem Leonie é “lida” por meio de uma formação imaginária dada que a projeta ao que seria uma cocote. Isto é, “identificada” Leonie é enquadrada politicamente ao estereótipo de uma “prostituta rica, fútil e artificial”. Assim, “suas roupas exageradas e barulhentas”: “nuvem de rendas côr de rosa”; “arabescos extravagantes”; seu “vestido de seda petulante”; seus “sapatinhos á moda”; suas “luvas de vinte botões”; seu “pantafaçudo chapéu de imensas abas”; “joias caprichosas, scintillantes de pedras finas”; “seus lábios pintados de carmim” e “seu cabelo artificialmente loiro” textualizam por meio das descrições<sup>59</sup> (e das adjetivações que as acompanham) de suas vestes, maquiagens e adereços não apenas sua “aparência” física, mas segundo o imaginário social da época, a “personalidade” da prostituta.

Em *Bom-Crioulo*, apesar da descrição mais sucinta em relação ao romance de Azevedo, o enunciado “Uma fortuna de joias, de ouro e brilhante!” mostra-nos que a personagem Carola Bunda também é associada ao imaginário de “extravagância” das prostitutas. Diferentemente, das prostitutas Lucia e Leonie, Carola Bunda não é uma “cortesã da alta sociedade carioca”, apesar disso, no enunciado “O dinheiro entrava-lhe pela porta em jorros como a luz do dia” materializa o imaginário social que relaciona a prostituição aos “gastos que a prostituta acarreta”, isto é, transversalmente liga-se o luxo das roupas e joias ao “perigo” de exploração e endividamento:

Não é casual que a condenação da prostituição moderna se faça também através da crítica ao luxo desenfreado e ao desperdício de energias. Há uma forte associação da prostituta, e particularmente, a de luxo, com o gosto utilitarista pela riqueza, com a forma pela qual ela explora o amante endinheirado, conseguindo extrair de suas mãos carros, apartamentos elegantes, roupas finas e muitas joias (RAGO, 1991, p. 196).

Além dos perigos associados aos gastos financeiros, a imagem da prostituta como uma *femme fatale* (“a mulher fatal”)<sup>60</sup> atentava ao risco de um homem ou jovem rapaz se

---

Prostituição e modernidade, nesse sentido, foram intimamente associadas, num momento em que amplos esforços eram mobilizados pelos diferentes setores sociais no sentido de se autorepresentarem como uma sociedade que ingressava numa nova era inaugural, sintonizando seus passos ao ritmo da modernização das demais nações europeias” (RAGO, 1991, p. 44-45).

<sup>59</sup> Mota, (2004, p. 129, grifo da autora), a partir de um viés discursivo afirma que: “Descrever de uma certa forma implica *estar afetado por certos sentidos e não por outros* ou, noutras palavras, o *modo de descrever tem suas determinações sócio-históricas, resultando construções diferentes de um mesmo objeto e de efeitos-leitores*”.

<sup>60</sup> “A ‘mulher fatal’ irrompe na literatura como uma figura dotada de uma supersexualidade, noturna, má, bela, encarnando o primado do instinto sobre a razão. Ameaçadora para a sobrevivência da civilização, ela, que

apaixonar por uma prostituta e vice-versa, pois vistas como “desprovidas de amor”, a paixão por uma cortesã (ou de uma cortesã por um “cliente”) era associada ao “sacrifício” da honra, “dignidade” e do sossego do amante. Nesse sentido, em *Luciola*, Paulo é advertido por Sá a não se apaixonar por Lucia:

Sabes que **terrível cousa** é uma cortezã, quando lhe vem o **capricho de apaixonar-se** por um homem? **Agarra-se a elle como os vermes**, que roem o corpo dos passaros, e não os deixão nem mesmo depois de mortos. **Como não tem amor, e não póde ter**; como a sua inclinação é apenas uma **paixão de cabeça e uma excitação dos sentidos, orgulho de anjo decahido mesclado de sensualidade brutal**; não se **importa de humilhar seu amante**. Ao contrario sente um prazer novo, obrigando-o a **sacrificar-lhe a honra, a dignidade, o socego, bens que ella não possue**. São seus triumphos. Fa-lo instrumento da vingança ridicula, que **todas essas mulheres** prosseguem surdamente contra a sociedade, porque não as applaude. (ALENCAR, 1862, p. 75-76, grifo nosso).

No trecho de Alencar, tem-se um efeito de evidência de que uma prostituta “não tem amor, e não póde ter”, vai significando o sentimento da cortesã como: “terrível cousa”; “capricho de apaixonar-se”; “paixão de cabeça e uma excitação de sentidos”; “orgulho de anjo decahido mesclado de sensualidade brutal”. Nesse sentido, associada a uma femme fatale, a cortesã é descrita como uma figura cruel e vingativa, desprovida de “dignidade” e “honra” que se agarra aos homens como aos vermes. Além disso, acentuamos que na expressão “todas essas mulheres” o pronome “todas” ao ligar-se ao pronome demonstrativo “essas” materializa no próprio fio intradiscursivo a desigualdade real que envolve uma relação de forças na memória, classificando a prostituta como um “estado-de-coisas” determinado que se oporia aos outros “tipos” de mulheres.

A mulher “pública”, a iniciada “nos segredos do vício” da rua, fora da “penumbra silenciosa do lar”, nas “agitações tumultuosas do mundo”, não recobre todo um campo imaginário de perigos e prazeres<sup>61</sup>? Em *O cortiço*, por exemplo, o imaginário de “liberdade da prostituta” é textualizado por meio da fala da personagem Rita Baiana sobre a cocote Leonie:

---

deseja a ruína e a castração de todos os homens pelo puro prazer da destruição, invade o imaginário de poetas, pintores, artistas, assim como de médicos e juristas do período. É o reinado das rainhas cruéis, cortesãs de luxo e grandes pecadoras. Certamente, a “mulher fatal” não nasce na segunda metade do século XIX, mas torna-se um tipo de destaque, contracenando com o herói obscuro, frágil, inferior, minimizado por sua força malévola”. (RAGO, 1991, p. 203).

<sup>61</sup> Se a prostituta é um parâmetro *limite* para as mulheres, a própria imagem de sedução e luxo das prostitutas se tornam um objeto desejante, uma fronteira enigmática para as “mulheres honestas”. Soihet (2003, p. 188), ao estudar a relação entre o corpo feminino e a festa, relata o costume das “moças de famílias” no início do século se fantasiarem de *gigolette* (prostitutas) durante o carnaval: “o carnaval constituía-se numa dessas ‘falhas’. A imprensa, nas duas primeiras décadas do século, invectiva contra a ‘degradação cada vez maior do carnaval’, visando impedir a presença feminina, admissível apenas ás mulheres de má vida. [...]. Sintomaticamente, algumas exibem fantasias consideradas comprometedoras, como a de *gigolette*”.

— Não sei, filha! pregava depois a mulata, no pateo, a uma companheira; seja assim ou assado, a verdade é que ella passa muito bem de bocca e nada lhe falta: sua boa casa; seu bom carro para passeiar á tarde; theatro toda a noite; bailes quando quer e, aos domingos, corridas, regatas, pagodes fóra da cidade e dinheirama grossa para gastar á farta! Emfim, só o que afianço é que esta não está sujeita, como a Leocadia e outras, a pontapés e cachações de um bruto de marido! E’ dona das suas acções! Livre como o lindo amor! Senhora do seu corpinho, que ella só entrega a quem muito bem lhe der na veneta! (AZEVEDO, 1890, p. 53-54).

O enunciado aponta uma contradição: “denuncia-se” o perigo da mulher ser seduzida pelo “mundo” de aparências e futilidades das prostitutas, ao mesmo tempo em que se textualiza a prostituição como lugar de resistência às injunções sociais à mulher: ser “dona das suas acções! livre como o lindo amor! senhora do seu corpinho”, a circulação das mulheres públicas (os passeios, os bailes e teatros que poderiam frequentar), a não sujeição à violência doméstica dos “brutos de marido” e a possibilidade de trabalho.

No entanto, essa “liberdade” atribuída às prostitutas é imaginária, longe de ser reflexo de seus “direitos”, é uma construção discursiva, tendo uma relação específica com o imaginário do que são as “mulheres honestas”. Nesse direcionamento, poderíamos perguntar como se dá a construção discursiva da mulher “honesta”, isto é, a que tem o “pudor de virgem” ou respeita o “pudor do casamento”, aquela que vive “nos segredos das intimidades conjugais” e que “resiste a todas as seduções”<sup>62</sup>?

Segundo *O Nosso Século* (1980, p. 112), era interdito à mulher honesta no fim do século XIX e no começo do XX, contrariar “a natureza feminina”:

Mulher distinta jamais sai de casa sozinha, seja para as compras, seja para o cinema; a companhia do marido, de um irmão, uma senhora idosa ou um filho é indispensável. Fumar ou cruzar as pernas é simplesmente escandaloso. Rir, falar alto ou usar gíria resulta em imediata e implacável condenação. Tocar violão, balançar os braços ao caminhar ou recostar-se na cadeira revelam má educação. E, para, ser considerada bela, é preciso fugir do sol: a alvura da pele deve ser mantida a qualquer custo, e não se pode contar com o disfarce do pó-de-arroz — é malvisto em público. Os lábios e as espáduas devem ser róseos, os cabelos finos e longos, os contornos do corpo redondos e macios, o olhar meigo e atento.

Nas cabecinhas femininas, sob os chapéus de fitas e plumas coloridas, não se espera encontrar muita coisa além de esculpturais penteados obtidos com a ajuda dos ferros de frisar. Pois a missão da mulher é uma só: “fazer os grandes homens”. Como esposa e como mãe. Pretender seguir os passos dos homens, aprender o que eles sabem e disputar suas funções, privando o lar de sua deusa protetora, que conforta nas dores e desfalecimentos, é contrariar a própria natureza feminina, na qual o altruísmo prepondera.

<sup>62</sup> Escreve Viveiros de Castro (1897, p. 25): “Somente a educação, elevando o character, fortificando a nobreza dos sentimentos, despertando os estímulos da honra e da lealdade, faz mulheres honestas e dignas, que resistem a todas as seducções, homens correctos e moralisados, que sabem respeitar a paz domestica e prestar culto á santidade do matrimonio”.

Em *Delitos contra a honra da mulher*, o jurista Dr. Viveiros de Castro (1897, p. 124, grifo nosso) parte da seguinte questão: “Póde uma **mulher casada** dar queixa por crime de estupro contra o marido?”. Para ele, evidentemente que não quando se trata de “cópula natural”: “não houve o crime e sim o exercício de um direito. Casando-se livre e espontaneamente, a mulher sujeita-se às consequências de seu acto, contrahe obrigações a que não póde furtar-se por um capricho ou um arrependimento tardio.” (CASTRO, 1897, p. 124). Em caso de “sodomia conjugal”, o jurista aconselha aos juizes que se analise cada caso com cautela e perspicácia — separando mulheres e mulheres, isto é, as vítimas ávidas e as vingativas —, dado que a própria submissão ao exame médico-legal faria calar o sentimento natural de pudor<sup>63</sup>:

Aconselho, porém, ao juiz que alguma vez se occupar deste delicado assumpto toda perspicacia, todo o cuidado no exame do processo. **A dignidade de uma senhora casada, o recato natural com que envolve os actos mais intimos de sua vida conjugal, evitam com uma força quasi invencivel affronte o escândalo enorme de um processo desta ordem.** Ha vergonhas que não se divulgam, que se abafam no segredo familiar, situações que se regularisam sem a intervenção da justiça por intermedio de parentes e amigos dedicados. Mas quando uma mulher casada, **vencendo todas essas repugnancias naturaes** procura a acção da justiça, presta seu corpo ao exame medico legal dos peritos, atira seu nome á publicidade da imprensa, provoca sobre si commentarios de toda a ordem, o Juiz deve examinar com muita ponderação se neste acto, que excede a coragem do sexo e **faz calar o sentimento do pudor**, ha realmente a indignação revoltada de uma victima ávida de punir o homem que a ultrajou, ou uma explosão do odio, da vingança, da especulação, de qualquer outro motivo inconfessavel. E como provar que foi ella coagida, como esclarecer factos que se passam na intimidade das alcovas? (CASTRO, 1897, p. 127-128, grifo nosso).

A partir dessa série de sedimentações imaginárias, a formulação de que a mulher que se expõe em público não é (ou não deve ser honesta) não tem um funcionamento “autônomo”; essa paráfrase possível é atravessada pela vontade de saber jurídica (e médico-penal) no Brasil oitocentista. Rago (1991, p. 40) afirma que, ao estabelecer nítidas distinções entre as duas figuras femininas, em nosso caso, a mulher honesta e a mulher pública, a sociedade burguesa encontrou nessa polarização um meio para “defender-se da ameaça representada pela prostituta — mulher imaginariamente livre, descontrolada, irracional. Por mais independente que fosse a ‘mulher honesta’, sua liberdade estaria sempre limitada no plano simbólico pela presença da meretriz, dimensão que não constituiu barreira de ação para

<sup>63</sup> “Existia um alto nível de violência nas relações conjugais. Não só violência física, na forma de surras e açoites, mas a violência do abandono, do desprezo, do malquerer. Os fatores econômicos e políticos que estavam envolvidos na escolha matrimonial deixavam pouco espaço para que a afinidade sexual ou o afeto tivesse peso na decisão. Além disso, a mulher casada passava a vestir-se de preto, não se perfumava mais, não mais amarrava seus cabelos com laços ou fitas, nem comprava vestidos novos. Sua função era ser “mulher casada”, para ser vista só por seu consorte” (DEL PRIORE, 2011, p. 65).

o homem”<sup>64</sup>. Segundo a autora, essa representação imaginária da prostituição de uma mulher emancipada, livre das tiranias da domesticidade, produz efeitos nas próprias mulheres que são consideradas “honestas”.

De um lado, os perigos de degenerescência física e moral; de outro, um imaginário de prazeres e liberdades: a construção imaginária da prostituição materializa uma contradição no interior do processo de dominação ideológica.

Alexandre fôra promovido a sargento e empertigava-se ainda mais dentro da sua farda nova, de botões que cegavam; a **mulher, sempre indiferentemente fecunda e honesta, parecia criar bolôr na sua molleza húmida e tinha um ar triste de cogumelo**; era vista com frequencia a dar de mammar a um pequerrucho de pouco mezes, empinando muito a barriga para a frente, pelo habito de andar sempre grávida. A sua commadre Leonie continuava a visitá-la de vez em quando, aturdindo a actual pacatez daquelle cenobio com as suas roupas gritadoras (AZEVEDO, 1890, p. 340, grifo nosso).

Por meio das descrições dos corpos e das vestes das personagens, notamos uma distinção que segrega e divide em “dois mundos” a mulher honesta e a prostituta, segundo o qual a mulher “fecunda” e “honestá” imaginariamente representaria a “função de procriadora”, submissa e infeliz. Já a cocote Leonie é demarcada justamente como o oposto da “mulher honesta”. Em outros momentos do romance, Leonie “uma cocote de trinta mil réis para cima, a Leonie, com sobrado na cidade. Procedencia franceza” (AZEVEDO, 1890, p. 48) é descrita como extravagante e degenerada, sendo colocada em oposição às outras mulheres do cortiço:

E aquellas mulheres [lavadeiras], aliás tão alegres e vivazes, não se animavam defronte della [Leonie], a rir nem levantar a voz, e conversavam a medo, cochichando, a tapar a boca com a mão, tolhidas de respeito pela cocote, que as dominava na sua sobrançeria de mulher loira vestida de seda e coberta de brilhantes (AZEVEDO, 1890, p. 152-153).

O que leva as lavadeiras do cortiço a se silenciar, “a tapar a boca com a mão, tolhidas de respeito pela cocote”, diante da imponência da prostituta? Pela Análise de Discurso, poderíamos apontar que essa fronteira invisível entre as posições dos sujeitos (atravessadas pela disjunção lógico-jurídica entre mulheres honestas e públicas, mas também pela relação de dominância e antagonismo entre classes) são constituídas pelo imaginário social, delimitando e normalizando o sistema de representações, atitudes e gestos possíveis.

<sup>64</sup> “As damas da boa sociedade, mesmo as que animavam os salões literários tinham que se policiar-se para que suas maneiras e sua conversação, pontilhada de francês, obedecessem a rígidos rituais de conveniência. Mas havia mulheres que pintavam o rosto, fumavam e entretinham animadas conversações regadas a vinho, falavam o que lhes vinha à cabeça. E faziam sucesso com essa liberdade excessiva: eram as *cocottes*, as cortesãs, que as mulheres olhavam escandalizadas” (NOSSO SÉCULO, 1980, p. 114).

Em outros termos, pelo imaginário social sedimentam-se efeitos de sentido que normatizam o corpo e as “atitudes” da mulher “honesta” ou “distinta”, impondo-lhe certas “funções” na sociedade.

Essa distinção entre mulheres honestas e prostitutas é textualizada no espaço abstrato do direito, da lei. Não tratamos o sentido jurídico da lei como domínio de aplicação, mas como “uma relação de simulação constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos de dedução conceptual, especialmente a sanção jurídica e a consequência lógica” (PÊCHEUX, 1995, p. 108), isto é, uma simulação do lógico no jurídico. Pêcheux (1981a) afirma que é essencial ao Direito que todo estado de coisa possa ser identificado (a um nome), recorrendo aos dispositivos de produção de nomes como peças de um mecanismo indestrutível que funcionaria na eternidade de uma evidência lógico-jurídica. Isto é, há a construção de um espaço em que esses dispositivos tentam apreender o real, traçando fronteiras para identificá-lo, fazê-lo coincidir com uma descrição definida e genérica, enquadrá-lo e capturá-lo. Como “técnica” de gestão social dos indivíduos, tenta-se “cobrir” as regiões heterogêneas do real em formulações de aparência logicamente estabilizadas:

A multiplicidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira *e* casada, que tenha diploma *e* que não o tenha, que esteja trabalhando *e* que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês *e* que ganhe mais, que seja civil *e* que seja militar, que tenha sido eleito para tal função *e* que não o tenha sido, etc... (PÊCHEUX, 2008, p. 30)

Nesses espaços discursivos, tem-se o efeito de que todo enunciado reflita propriedades estruturais independentes de sua enunciação, segundo um efeito de transparência da linguagem e de uma série de evidências lógico-práticas absurdas: ou é prostituta ou é honesta.

No código criminal, assinado por Dom Pedro I, no final do Primeiro Império (1830), o artigo 222, no “Capítulo II: Dos crimes contra a segurança da honra; Secção I: Estupro”, inscreve-se:

Art. 222. Ter copula carnal por meio de violencia, ou ameaças, com qualquer **mulher honesta**.  
 Penas - de prisão por tres a doze annos, e de dotar a offendida.  
 Se a violentada fôr **prostituta**.  
 Penas - de prisão por um mez a dous annos (BRASIL, 1830, grifo nosso).

No efeito de evidência de uma separação lógico-jurídica entre a mulher honesta e a prostituta, a diferença de punição nessa formulação do Código Criminal — tempo de prisão e pagamento ou não de dote à vítima — forma discursivamente uma segregação, construída pelo “implícito” de que a prostituta não é (não deve ser) uma mulher honesta e, portanto, não tem (e nem deve ter) os mesmos direitos da “mulher honesta”.

No código penal de 1890, na recém-Republica, o mesmo artigo é substituído no capítulo I “da violência carnal; Título VIII: Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor”. No artigo 268, lemos:

Art. 268. Estuprar **mulher virgem ou não, mas honesta**:

Pena ? de prisão cellullar por um a seis annos.

§ 1º Si a estuprada for **mulher publica ou prostituta**:

Pena ? de prisão cellullar por seis mezes a dous annos.

§ 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será aumentada da quarta parte (BRASIL, 1890, grifo nosso).

Seis décadas separam os dois códigos. Ainda se sustenta o imaginário social de que haja uma divisão entre mulheres (virgens ou não, mas honestas) e mulheres (públicas/prostitutas). A pena prevista é diferente de acordo com a “honestidade” da mulher violentada. O Dr. Viveiros de Castro retoma, por meio de citação de Chauveau-Helie, uma “justificação” a respeito da diferença de pena:

Nós entendemos que a corrupção habitual da mulher não é um obstaculo á existencia do crime, porque sua vida licenciosa não póde legitimar attentado algum contra sua pessoa; ella não alienou a liberdade de dispôr de si a lei que pune as violencias estende sua protecção a todos. Comtudo atenua-se a gravidade do crime; **os resultados não são identicos; a prostituta não recebe a affronta que mancha indelevelmente a vida da mulher honesta.** Demais o agente podia não acreditar na seriedade da resistência. Convém portanto decidir com os mestres que o culpado deve ser punido não com a pena do crime mas com uma outra pena; o attentado é evidente, mas **as circunstancias são attenuantes**; o castigo deve descer um grão. (CHAUVEAU-HELIE apud CASTRO, 1897, p. 121-122, grifo nosso).

Enunciado profundamente equívoco: formula-se um imaginário de lei que pune as violências e protege “a todos” (igualdade imaginária), mas para explicar a pena pelo ato do estupro, qualifica a prostituta como uma “circunstância atenuante”<sup>65</sup> (desigualdade real).

<sup>65</sup> Referimo-nos a série de trabalhos de Foucault sobre a formação de um sistema punitivo a partir do final do século XVIII. Segundo Foucault, “as ‘circunstâncias atenuantes’, que introduzem no veredicto não apenas elementos ‘circunstanciais’ do ato, mas coisa bem diversa, juridicamente não codificável: o conhecimento do criminoso, a apreciação que dele se faz, o que se pode saber sobre suas relações entre ele, seu passado e o crime, e o que se pode esperar dele no futuro. Julgadas também por todas essas noções, veiculadas entre medicina e jurisprudência desde o século XIX (os ‘monstros’ da época de Georget, as ‘anomalias psíquicas’ da circular de Chaumié, os ‘pervertidos’ e os ‘inadaptados’ dos laudos periciais contemporâneos) e que, pretendendo explicar um ato, não passam de maneiras de qualificar um indivíduo. (FOUCAULT, 2009b, p. 22).

Além disso, retomando o enunciado de que “as consequências do crime são indeleveis para a vítima”, o Dr. Viveiros de Castro “adverte” os perigos das mulheres que iludem a justiça com finalidade de extorsão e chantagem, mantendo pela relativa à regularização com “implícitos” da evidência lógico-jurídica dessa segregação: “A justiça, porém, não pôde nem deve ocupar-se de **mulheres que voluntariamente se prostituem**, preparam habilmente sua própria violação na esperança do lucro, do interesse, que falhou [...]. Nenhuma *sympathia* inspira taes victimas” (CASTRO, 1897, p. 139, grifo nosso).

Censurando a disposição do código penal, o Dr. Viveiros de Castro critica que os “atentados contra a segurança da honra e a honestidade das famílias” incluam os “atentados contra a honra” das prostitutas. A cadeia de enunciados põe em jogo, na relação Sujeito, Estado, Direito, uma tensão contraditória<sup>66</sup> entre a defesa do direito de prostituir-se e a marginalização desses sujeitos dos “interesses da defesa social”.

Realmente é um absurdo, um contrasenso juridico classificar a violação de uma prostituta entre os delictos que affectam a segurança da honra e a honestidade das familias.

A prostituta, **a mulher que fez commercio de seu corpo**, recebendo homens que a pagam, **não tem sentimento de honra e de dignidade**. Quem della abusa contra sua vontade não lhe prejudica o futuro, não mancha o seu nome, sua reputação. E' certo que a prostituta tem o direito de dispôr livremente de seu corpo, de receber ou recusar o homem que a solicita. Mas **quem ataca esse direito commette um crime, não contra a honra, que não existe, mas contra a liberdade pessoal**, obrigando a victima com violencias e ameaças a praticar um acto que não queria. E como tal factio não revela um character temível, perigoso da parte do delinquente, não causa mal irreparável á victima, **não abala os interesses da defesa social**, poderia ser punido como simples contravenção, exceptuado, bem entendido, o caso em que houvesse sevicias ou ferimentos na victima. (CASTRO, 1897, p. 123-124, grifo nosso).

O enunciado que define a prostituição (por meio da relativa) “a mulher que fez commercio de seu corpo”, funcionando como dispositivo de legitimação da prostituição enquanto trabalho, vem chocar-se à moralidade social dominante (remetendo a uma memória religiosa) segundo a qual a prostituta é definida não pelo excesso (poder circular, fumar, rir), mas pela falta, como a negação da “honra” e da “dignidade”. Pela adversativa, essa desqualificação do sujeito vai sendo produzida no fio discursivo: “quem ataca esse direito, commette um crime, não contra a honra, que não existe, mas contra a liberdade pessoal”.

Para finalizar esse tópico, empreendemos um gesto de leitura de uma dupla deriva equívoca no interior dessa segregação lógico-jurídica: as adúlteras e as prostituídas.

---

A questão consiste, justamente, no ponto em que as “circunstâncias atenuantes” se tratam de uma descrição da própria vítima (o seu passado, sua “honestidade”, a inexistências das “marcas indeléveis” do estupro...).

<sup>66</sup> Segundo Engel (2004), nesse período havia uma tensão duplamente normatizadora entre regulamentar (dominante no saber médico) e reprimir a prostituição.

Apoiado no livro *O crime do Adulterio. Seu passado. Seu Futuro*, de Guilherme Ferrero, o Dr. Viveiros de Castro relata a divisão de três classes de adúlteras: as prostitutas natas, as romanescas e as ocasionais. Atemo-nos à primeira classe:

1ª. **Ha mulheres, verdadeiras prostitutas natas, nascidas para o lupanar, que por um erro de vida casaram-se.** Por um **vicio organico do senso moral**, entregam-se ao adulterio; vivem na familia como teriam vivido no lupanar, sempre dissolutas; illudem seus maridos como teriam illudido os homens que as pagassem; mudam de amantes como mudam de *toilettes*; entregam-se promptamente quando não se offerecem ou provocam. Deliciam-se na pratica de todas as aberrações sexuaes, indifferentes á vergonha de seu marido, ao máo exemplo que dão aos filhos; **sem sentimentos de honra, de pudor e de decoro.** Nem o terror, nem a doçura podem triumphar desta **perversidade innata.** E' inutil applicar a pena de prisão para taes mulheres, porque seria inefficaz, não exerceria a menor influencia moralisadora. São verdadeiras **desclassificadas.** A sociedade deve eliminal-as da familia e restituil-as ao lupanar, ao genero de vida que lhes convem (CASTRO, 1897, p. 290-291, grifo nosso).

Em *A Nova escola penal*, o Dr. Viveiros de Castro, por meio de uma crônica de Olavo Bilac, afirma que o poder social deve estar atento para o futuro das floristas — “infelizes meninas impelidas á prostituição pela cobiça paterna” (CASTRO, 1894, p. 355). Para o jurista, essas meninas, apesar de resistirem, vão progressivamente perdendo ao pudor por causa do contato com “scenas pouco edificantes” e com a “atmosfera viciada” dos teatros e dos restaurantes. Meninas prostituídas pelos pais, conclui: “os pais destas meninas não ignoram o que se passa nesses logares, mas muito propositalmente empregam as crianças na esperança de maior lucro, de mais negocio. E assim sacrificam aos seus interesses e ás suas ambições o futuro delas, com a impassibilidade de um judeu que tudo immola ao dinheiro<sup>67</sup>” (CASTRO, 1894, p. 355). Prostituídas pelos pais ou pelo abandono dos maridos, tem-se uma construção discursiva que as mulheres são prostituídas pela miséria social:

E' certo que a prostituição não é um meio honesto de vida. Mas **ha mulheres que pela educação recebida são incapazes de ganharem o pão quotidiano pelo trabalho, não teem habilitações de espécie alguma.** Exigir dellas que morram de fome para guardar um pacto que o marido violou é impor um sacrificio superior ás forças humanas. Em taes condições não hesito em absolver a mulher, se ficar provado que o marido a abandonou, sem recursos, sem meios de vida, que ella prostituio-se pela miseria e pela fome (CASTRO, 1897, p. 285, grifo nosso).

---

<sup>67</sup> Essa comparação com a “universalidade moral” dos judeus não é um mero acaso: há, nesse período, o saneamento moral e a acusação de uma máfia judaica que atuava diante da “inocente” sociedade carioca (PEREIRA, 2002).

Há mulheres e há mulheres. Uma *ambiguidade* se forma como tensão entre o público e o privado. Trata-se de uma ambiguidade criada pela restritiva sectária<sup>68</sup>, entendida aqui como efeito discursivo, isto é, como ponto de encontro contraditório do linguístico com o ideológico: “Há mulheres, [que são] verdadeiras prostitutas natas, [que são] nascidas para o lupanar, que por um erro de vida casaram-se” e “ha mulheres que pela educação recebida são incapazes de ganharem o pão quotidiano pelo trabalho, não teem habilitações de espécie alguma [e por isso são prostituídas]”. O sentido historicamente constituído é posto pelo imaginário social que polariza a “meretriz vitimada pelas condições econômicas adversas” e a *femme fatale* “associada à cortesã poderosa e cruel” (RAGO, 1991, p. 21).

As personagens Pombinha e Lucíola (Maria da Glória) materializam essa deriva opaca entre mulheres e mulheres. Nesse sentido, após o casamento, Pombinha tenta “conservar-se” como “mulher honesta”:

Pobre Pombinha! **no fim dos seus primeiros dois annos de casada já não podia suportar o marido; todavia a principio, para conservar-se mulher honesta,** tentou perdoar-lhe a falta de espirito, os gostos razos e a sua risonha e fatigante palermice de homem sem idéal; ouviu-lhe, resignada, as confidencias banaes nas horas intimas do matrimonio; attendeu-o nas suas exigencias mesquinhas de ciumento que chora; tratou-o com toda a solitudine, quando elle esteve a decidir com uma pneumonite aguda; procurou afinar em tudo com o pobre rapaz: não falou nunca em coisas que cheirassem a luxo, a arte, a esthetica, a originalidade: **escondeu a sua mal educada e natural intuição** pelo que é grande, ou bello, ou arrojado, e fingio ligar interesse ao que elle fazia, ao que elle dizia, ao que elle ganhava, ao que elle pensava e ao que elle conseguia com paciencia na sua vida estreita de negociante rotineiro; mas, de repente, zás! faltou-lhe o equilibrio e a misera escorregou, cahindo nos braços de um bohemio de talento, libertino e poeta, jogador e capoeira. (AZEVEDO, 1890, p. 340-341, grifo nosso).

Há um efeito de evidência de uma divisão lógico-coercitiva, uma separação entre o que é (e o que deve fazer) uma “mulher honesta” e o que é “uma natural intuição” para a prostituição. Dessa forma, assim como a classificação “prostituta nata” na qual o enunciado de Viveiros de Castro está sustentado, a personagem Pombinha não consegue se manter casada por ter uma “tendência orgânica” à prostituição. A personagem de Alencar se dá diferentemente. Lucíola ao narrar seu passado ao amante Paulo, conta que após a família adoecer e não ter outros meios de se sustentar financeiramente, recorre à ajuda de um vizinho que se torna seu primeiro cliente:

<sup>68</sup> Retomamos o termo de Pêcheux (2014a, p. 136, grifo do autor): “pode-se passar da *explicativa ecumênica* ‘esta luta, certamente, nós a apoiamos como todas as lutas, já que ela mostra a vontade dos assalariados...’ à *restritiva sectária*, traçando uma fronteira entre *as lutas que...* e as outras (das quais se dirá eventualmente que elas desencorajam ou iludem os trabalhadores)”.

Uma tarde perdi a coragem; meu irmão estava na agonia, minha mãe despedira-se de mim, e Anna, minha irmãzinha, já não dava accôrdo de si. Passou um vizinho. Fallei-lhe; elle me consolou, e disse-me que o acompanhasse a sua casa. **A innocencia e a dôr me cegavão: acompanhei-o.** [...]

Elle tirou do bolso algumas moedas de ouro, sobre as quaes me precipitei, pedindo-lhe de joelho que m'as desse para salvar minha mãe; mas senti os seus labios que me tocavão, e fugi. Oh! Não posso contar-lhe que luta foi a minha: tres vezes corri espavorida até á casa, e diante daquela agonia sentia renascer a coragem, e voltava. **Não sabia o que queria esse homem;** ignorava então o que é a honra e a virtude da mulher: o que se revoltava em mim era o **pudor offendido.** Desde pois que os meus véos se despedaçarão, cuidei que morria; não senti nada mais, senão o contacto frio das moedas de ouro que eu cerrava na minha crispada. [...]

**O dinheiro ganho com a minha vergonha salvou a vida de meu pai** e trouxe-nos um raio de esperança. Quase que não me lembrava do que se tinha passado entre mim e aquelle homem; **a consciencia de me ter sacrificado por aquelles que eu adorava,** fazia-me forte. (ALENCAR, 1862, p. 164-165, grifo nosso).

Os enunciados “A innocencia e dôr me cegavão: acompanhei-o”; “Não sabia o que queria esse homem”; “pudor offendido”; “O dinheiro ganho com a minha vergonha salvou a vida de meu pai”; e “a consciencia de me ter sacrificado por aquelles que eu adorava” inscrevem a personagem Lúcia/Maria da Glória no imaginário da prostituída pela miséria social, isto é, a vítima da pobreza e “imoralidade” da sociedade.

No caso de Lúcia/Maria da Glória, é interessante notar que a personagem “prostituída”, mesmo depois de se prostituir, ainda mantém um “casto e ingenuo” perfume:

O que pôrem continuava a surprender-me ao ultimo ponto, era **o casto e ingenuo perfume que respirava em toda a sua pessoa.** Uma ocasião, sentados no sofá, como estavamos, a golla de seu roupão azul abrio-se com um movimento involuntario, deixando ver o contorno nascente de um seio branco e puro, que o meu olhar avido devorou com ardente voluptuosidade. Acompanhando a direção desse olhar, **ella enrubeceu como uma menina** e fechou o roupão; mas **doce e brandamente,** sem nem uma affectação pretenciosa.

Tal é a **força mystica do pudor,** que o homem o mais ousado, desde que tem no coração o instincto da delicadeza, não se anima a amarrotar bruscamente esse **véo subtil que resguarda a fraqueza da mulher.** Si a resistencia irrita-lhe o desejo, **o enleio casto, a leve rubescencia que veste a belleza como de um santo esplendor, influe magico respeito.** Isto quando se ama; quando a attracção irresistivel da alma emudece os escrúpulos e as susceptibilidades. O que não será pois quando apenas um desejo ou um capricho passageiro nos excita? Então, ousar é mais do que uma ofensa, é um insulto cruel. (ALENCAR, 1862, p. 16-17, grifo nosso)

No trecho, podemos observar pela série de associações — “casto e ingenuo perfume”; “enrubeceu como uma menina”; “doce e brandamente”; “força mystica do pudor” ; “véo subtil que resguarda a fraqueza da mulher”; “enleio casto”; “leve rubescencia” “santo esplendor” — relacionam a personagem Lúcia à castidade, ao pudor e a ingenuidade, estas “características” imaginariamente ligadas as mulheres honestas. Diferentemente de Pombinha, a “honestidade” de Lucia é retratada enquanto uma característica “natural”: “casto e ingenuo perfume **que respirava em toda a sua pessoa**”.

Nessa cadeia de formulações jurídicas e literárias do final do século XIX, vemos um embate entre o orgânico e social (e também entre a moral, enquanto silenciamento do prazer no imaginário da mulher honesta, e a prostituição, enquanto lugar de resistência): perversidade inata *ou* efeito da “degenerescência moral” da sociedade. Apesar do efeito ideológico de evidência lógico-jurídica “a prostituta é ‘a mulher que fez commercio de seu corpo’”, a construção discursiva da “mulher pública” (prostituta), mobiliza, na rede de não ditos e de equívocos, o efeito imaginário desse “estado-de-coisa”, a “mulher honesta”, que também é inscrita, por sua vez, na esfera dos perigos e dos prazeres. Ressaltamos que esse embate entre o “orgânico” e “social”, longe de fixar oposições estanques, possibilita uma complementaridade contraditória na tentativa *política de classificação e de enquadramento* ao espaço, ao corpo e ao dizer das mulheres, de maneira específica, e a sexualidade, de forma geral.

Segundo Rago (1991, p. 147), o embate jurídico oitocentista, embasado em teorias evolucionistas e positivistas, assim como também por Krafft-Ebbing e Lombroso, ao tentar enquadrar e determinar *formas de contenção ao desejo feminino* por meio de argumentos biologizantes não atingiam apenas as prostitutas, mas também a sexualidade feminina de forma geral: “na verdade, mais do que a prostituta, as teorias biologizantes que procuravam entender a sexualidade feminina e definir seu lugar na sociedade atingiam a mulher em geral, reafirmando explícita ou implicitamente o mito de sua inferioridade biológica natural” (RAGO, 1991, p. 147). Veremos, a seguir, como a disjunção lógico-jurídica entre “mulheres honestas” e prostitutas sustenta e vem a se complementar com os discursos médicos sobre a prostituição, que a significam enquanto “doença social”.

### **3.1 Classificar, fiscalizar e regulamentar: prostituição pública e clandestina**

A prostituição é para a moralidade o que o esgoto é para a hygiene, mas ambos precisam de rigorosa lavagem (O BRAZIL-MEDICO, 1890, p. 88-89).

O nascimento de uma medicina do espaço social (FOUCAULT, 1998) foi não somente uma tentativa de “olhar cientificamente” para a sexualidade<sup>69</sup>, mas também uma tentativa de administrar os perigos das sexualidades “desviantes” (ENGEL, 2004) na cidade.

---

<sup>69</sup> Del Priore, em *Histórias Íntimas*, livro sobre a história da sexualidade no Brasil, relata que “o historiador pouco sabe como se comportavam, na cama, homens e mulheres. Mas sabe que os médicos, sobretudo os do século XIX eram fascinados por sexo. A ciência permitia contrariar sutilmente certos interditos. Só ela autorizava olhar para intimidade dos corpos. [...] Em tempos de linguagem censurada, as *teorias médicas eram as únicas autorizadas a falar sobre prazer e sexualidade.*” (DEL PRIORE, 2011, p. 77-78, grifo nosso).

O projeto de higienização da cidade, juntamente com o processo de modernização, é uma questão, ao mesmo tempo, política e moral:

Fixando os limites entre a *normalidade* e a *doença* no campo da sexualidade, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normatização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social. Observando a prostituição através de lentes reveladoras de cada uma destas dimensões, o médico constrói as categorias básicas de classificação: a *perversão* (a doença física); a *depravação* (a doença moral); e o *comércio do corpo* (doença social). (ENGEL, 2004, p. 69-70, grifo da autora).

Sob o imaginário de “perigo” e de degenerescência moral das ruas, a circulação das mulheres na cidade se torna “objeto” diante dos olhos dos gestores “técnicos” do espaço social (juristas, policiais, médicos) que produzem, em seus enunciados, uma série de relações ideológicas de “implicação”: “meninas de quinze anos vão sozinhas aos *ateliers* de costuras, voltam á noite sós para casa, tentadas, perseguidas. Já o Dr. Ferraz de Macedo, [...], observava que **por este motivo** as costureiras fornecem um dos mais numerosos contingentes da prostituição clandestina” (CASTRO, 1897, p. XVII, grifo nosso). Entre a evidência e a opacidade, a prostituta é tomada enquanto sujeito e enquanto objeto, segundo os termos da dualidade sujeito/objeto produzida pela ideologia jurídica (“forma-sujeito de direito”).

Mas, afinal, o que se torna “objeto” diante desses olhares “técnicos”? Na medida em que “todo mundo sabe” o que é uma prostituta, a própria prostituição é tomada enquanto uma evidência, como se a linguagem pudesse representar os sujeitos e refletisse no dizível o existente (GADET; PÊCHEUX, 2010). A linguagem poderia se “passar pelo real, a representá-lo sem distâncias, a constituir um equivalente dele” (GADET; PÊCHEUX, 2010, p. 98)? Em outros termos, quais são as condições de produção que sustentam a classificação médico-higiênica da prostituição e como esta funciona a partir de um ponto de vista discursivo?

Pela eficácia imaginária da ideologia, as evidências que fazem com que ‘todo mundo saiba’ o que é um soldado, um operário, uma fábrica ou uma prostituta “fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queriam dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados” (PÊCHEUX, 1995, p. 160, grifo do autor). Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Althusser (1974, p. 95) ao discutir a categoria da ideologia jurídica de “sujeito de direito” e a questão da evidência a ela ligada, afirma que “todas as evidências, incluindo as que fazem que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua uma significação’ (portanto, as evidências da ‘transparência’ da linguagem) [...] é um efeito

ideológico, o efeito ideológico elementar”. No jogo dos efeitos ideológicos de todo discurso, inclusive no científico, a ideologia impõe tais evidências como evidências:

Aliás, é próprio da ideologia impor (sem o parecer, pois que se trata de “evidências”) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer*, e perante as quais temos a inevitável reação de exclamarmos (em voz alta ou no “silêncio da consciência”): “é evidente! É isso! Não há dúvida!”

Nesta reação, exerce-se a função de *reconhecimento* ideológico que é uma das duas funções da ideologia como tal (sendo o seu inverso a função de *desconhecimento*<sup>70</sup>). (ALTHUSSER, 1974, p.95-96, grifo do autor).

A ilusão, enquanto desconhecimento do real, é sustentada pelo reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito (universal), entre os sujeitos e os próprios sujeitos, e, por fim, o reconhecimento de cada sujeito por si mesmo (ALTHUSSER, 1974). É nesse processo de reconhecimento ideológico que o sujeito “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa, ou seja, das determinações que o constituíram como sujeito, como se fosse sempre-já sujeito. Tal processo de *assujeitamento ideológico* produz a base mesma para se compreender como funciona o *pré-construído*, referindo-se tanto às evidências, as coisas que todo mundo supostamente sabe, quanto àquilo que todo mundo sabe (pelo efeito de evidência) em um “contexto situacional” dado. O efeito de transparência da linguagem funcionaria, nesse direcionamento, pelas relações jurídico-ideológicas entre a evidência da constatação e a “norma” identificadora (o que a prostituta é e o que ela deve ser), como se tudo se passasse em um mundo lógico-jurídico em que o “direito de vender o corpo” das mulheres públicas implicasse na perda da “liberdade de dá-lo a quem quiser”:

Ah! **esquecia-me que uma mulher, como eu, não se pertence; é uma coisa publica, um carro da praça, que não póde recusar quem chega.** Estes objetos, este luxo, que comprei muito caro também, porque me custarão vergonha e humilhação, nada disto é meu. Si quisesse da-los roubaria aos meus amantes presentes e futuros: aquelle que os aceitasse seria meu complice. **Esqueci que, para ter o direito de vender o meu corpo, perdi a liberdade de da-lo a quem me aproouver!** O mundo é logico! Applaudia-me si eu reduzisse á miseria a familia de algum libertino; era justo que pateasse si eu tivesse a loucura de arruinar-me, e por um homem pobre! Emquanto abrir a mão para receber o salario, contando os meus beijos pelo numero das notas do banco, ou medindo o fogo das minhas caricias pelo peso do outro; emquanto ostentar a impudência da cortezã e fizer timbre da minha infamia, um homem honesto póde rolar-se nos meus braços sem que a mais leve nodoa manche a sua honra; mas si pedir-lhe que me aceite, si lhe suplicar a esmola de um pouco de affeição, oh! então o meu contacto será como a lepra para a sua dignidade, e a sua reputação. O homem honesto deve repellir-me! (ALENCAR, 1862, p. 97, grifo nosso).

<sup>70</sup> “O efeito do real sobre si mesmo, na medida em que ele produz aquilo que chamamos a ‘forma-sujeito’, fornece-impõe a ‘realidade’ ao sujeito sob a forma geral do desconhecimento [...]. Não causa surpresa o fato de que – em função do que precede – esse *desconhecimento* seja fundado sobre um *reconhecimento*” (PÊCHEUX, 1995, p. 170).

Nesse sentido, se a mulher pública é aquela que “não se pertence” (uma “coisa pública”, “um carro de praça”), aquela que “vende” ou “faz commercio” de seu corpo, é porque funciona aí um efeito ideológico de evidência lógico-prática pela qual a prostituição é constituída como um estado-de-coisa dado: “as pessoas *que fazem commercio de seu corpo*”<sup>71</sup> — formulação materializada tanto em documentos da instituição médica, quanto da instituição médico-penal. Nessa orientação, os *pré-construídos* de “prostituição” e os *discursos transversos* que o colocam em jogo vêm chocar-se a uma rede de formulações opacas “a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de ‘saber do que se fala’” (PÊCHEUX, 2008, p. 55).

Nos discursos médicos tomados como regulamentaristas ou como abolicionistas<sup>72</sup> sobre a regulamentação da prostituição, por exemplo, podemos ler uma série de definições irremediavelmente contraditórias, opacas e equívocas:

O Dr. Portella<sup>73</sup> refere-se ao que disse o Conselheiro Carlos Frederico acerca da intervenção da policia com o fim de reprimir a prostituição clandestina: **o orador entende por mulher prostituta a que tem relações sexuais com mais de um homem**; sendo assim, é facil comprehender a impossibilidade de fiscalisar **esta prostituição**; e depois, tristes de nós, se a policia interviesse n’este assumpto: **hoje seria prostituta a visitada**, amanhã por vingança, desconfiança ou outro motivo banal seria qualquer de nossas familias. (O BRAZIL-MEDICO, 1890, p. 89, grifo nosso).

Para o sujeito da enunciação (PÊCHEUX, 1995), é impossível fiscalizar a prostituição porque não se tem como saber quem é prostituta. Contudo, ao mesmo tempo, o médico parte da própria evidência do que é uma prostituta. Tal contradição irrompe na luta contra a evidência ideológica, efetuada pela negação e, principalmente, revertida ao próprio terreno da evidência, apresentando sempre os traços linguísticos nessa “inversão”. Nesse sentido, se a mulher prostituta é a que tem relações sexuais com mais de um homem, não

<sup>71</sup> “O ato de vender o corpo apresenta-se como um outro aspecto que distingue a prostituta nos textos examinados. Apesar de designada, muitas vezes, como ocupação, officio e commercio, a prostituição é vinculada à *ociosidade* e contraposta a *trabalho*. Assim, considerada uma atividade remunerada ilegítima, é inserida na categoria de desordem social que, compreendendo desde a noção de delito até a noção de crime, classifica a prostituta entre os tipos considerados socialmente doentes, tais como o mendigo, o vagabundo, o vadio, o capoeiro, o jogador, o bêbado, o ratoneiro, o estelionatário, o ladrão, o malfeitor e o criminoso” (ENGEL, 2004, p. 94).

<sup>72</sup> Não entraremos nessa querela, contudo, indicamos a leitura de Antunes (1999) e Engel (2004) para uma análise do tema no discurso da medicina higienista. O debate sobre a regulamentação ou abolição da prostituição dos médicos e políticos do século XIX difere radicalmente da polêmica atual sobre a regulamentação da prostituição enquanto trabalho legitimado.

<sup>73</sup> Nesse espaço de circulação de sentidos, os debates médicos tem a fala relatada, marcando o funcionamento da autoria de forma específica e diferente de outros espaços de circulação como as teses médicas.

somente Marcela, mas também Virginia<sup>74</sup>; não somente Leonie ou Pombinha, mas também Rita Baiana<sup>75</sup>, entre outras personagens; todas elas poderiam ser classificadas como prostitutas se se tomasse ao “pé da letra” a série de classificações médico-higienistas e médico-penais produzidas no século XIX. No entanto, ainda tomando essas classificações “ao pé da letra”, Leonie, Pombinha ou Lucíola, por exemplo, não seriam tão “perigosas” quanto às outras segundo os discursos médicos, já que representam uma parte da prostituição mais “visível” e, por isso, mais passível de fiscalização e regulamentação do que as outras. O problema fundamental que daí suscita é que não se pode mais reconhecer, entre os sujeitos, o “objeto” que a medicina higienista “científica” tentava constituir.

Para negar a própria contradição que irrompe na tentativa de construção do unívoco, isto é, a prostituição enquanto conceito e objeto das “técnicas” de gestão social dos indivíduos, a medicina higienista construiu classificações<sup>76</sup> e mapeamentos da prostituição separando a prostituição pública da prostituição clandestina<sup>77</sup>. Tais classificações são mais ou menos estáveis, mas, de toda forma, heterogêneas.

Do ponto de vista discursivo, o quadro de “aumento” ou “diminuição” das doenças venéreas (particularmente, da sífilis), a “veracidade” das descrições e classificações da prostituição do Rio de Janeiro, a “autenticidade” dos mapeamentos dos bairros cariocas de maior ou menor circulação de “prostitutas” e “pederastas” não correspondem à “realidade”, mas são discursos determinados por condições de produção específicas. Isso não significa que as doenças venéreas sejam mero produto imaginado pela medicina. A partir dos apontamentos da historiadora Magali Engel, consideramos impossível ler o arquivo sobre a prostituição, que foi associada imaginariamente, na medicina do século XIX, às doenças venéreas e/ou à

<sup>74</sup> Personagem da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Virginia é casada com Lobo Neves, mas é amante de Brás Cubas.

<sup>75</sup> Personagem de *O Cortiço*, Rita Baiana se envolve amorosamente com Firmo e Jerônimo.

<sup>76</sup> “Basicamente, era preciso caracterizar todos os desvios para se criar uma estratégia justificada. Tudo o que não resultasse em coito disciplinado era errado! E ficava subentendido que os casais tinham que jurar fidelidade acima de tudo. Para falar do assunto, os médicos usavam a desculpa da “higiene sexual”. Assim, o escabroso tornava-se asséptico”. (DEL PRIORE, 2011, p. 78).

<sup>77</sup> Parent-Duchâtelet empregou essa distinção em seu livro *De la prostitution dans la ville de Paris, considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration*, publicada em 1857, em que compreende a prostituição clandestina como aquela « qui s'exerce dans l'ombre, qui fuit l'éclat et la publicité, qui se cache sous les formes les plus variées, et qui ne soutient que par la ruse, la fourberie et le mensonge. Cette sorte de prostitution, dont une foule de personnes ne soupçonnent pas même l'existence, est, sous le rapport des mœurs et de son influence pernicieuse, bien autrement grave que la prostitution publique ; c'est elle qui corrompt et pervertir l'innocence, et qui, revêtant les apparences les plus honnêtes, paralyse l'autorité, la brave à chaque instant, et propage impunément la contagion la plus affreuse et l'immoralité la plus grande » (PARENT-DUCHATELET, 1857, p. 471). Em *Traité élémentaire d'hygiène privée et publique*, Becquerel (1864, p. 780) afirma que « la prostitution clandestine est plus dangereuse encore que la prostitution publique, car elle se soustrait à toute surveillance de la part de l'autorité, et se présente avec un faux aspect d'honnêteté qui séduit plus d'un adolescent et plus d'un étranger. Elle comprend également plusieurs classes de femmes ».

“pederastia”, como se esse arquivo fosse independente das posições de enunciação (SOUZA, 1997) em que os discursos foram produzidos, isto é, segundo o olhar e a fala dos médicos.

Pela trajetória do tema da prostituição nos meios acadêmicos da medicina podemos observar a presença de uma tendência no sentido de associar *prostituição* a *moléstias venéreas*. Tal aspecto apresenta-se como um dado fundamental não só para que o estudo da prostituição pudesse ser plenamente absorvido nos espaços de produção do conhecimento médico, mas também para que se *legitimasse* uma atuação *saneadora* do médico. Os defensores da regulamentação sanitária da prostituição no Rio de Janeiro [...] justificavam a sua posição, baseando-se, sobretudo, na afirmação do crescimento dos índices de moléstias venéreas (particularmente da sífilis) na cidade. **Não estamos querendo dizer com isto que a sífilis foi um mero produto da imaginação dos médicos, mas sim que a dimensão que ela teria assumido no Rio de Janeiro do século passado ficou registrada, historicamente, através do olhar e da fala do médico.** Assim, não podemos deixar de observar que, enquanto para os defensores da regulamentação da prostituição os índices sífilíticos não paravam de aumentar na cidade, o Dr. Costa Ferraz (contrário à medida) notava em sua clínica uma “sensível diminuição” dos casos de sífilis. (ENGEL, 2004, p. 64, itálico da autora, negrito nosso).

A prostituição, em sua *relação transversa* com a sífilis<sup>78</sup>, os mapas de “pederastas” ou “prostitutas” da cidade são, antes de tudo, construções discursivas atravessadas pelo político, pelo imaginário e pelo ideológico.

Inscrito na rede de filiação com os higienistas franceses como Tardieu (1858), Becquerel (1864), Parent-Duchâtelet (1857), o Dr. Ferraz de Macedo (1873, p. 62) produziu, em sua tese de doutorado em medicina intitulada *Da prostituição em geral, e em particular em relação á cidade do Rio de Janeiro: profilaxia da syphilis*, um mapa classificativo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, separando a prostituição em pública e clandestina e dividindo-a em classes, gêneros e espécies.

---

<sup>78</sup> Segundo Engel (2004) e Antunes (1999), em 1845, Herculano Augusto Lassance Cunha apresentou sua *Dissertação sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro*. No mesmo mês, Dr. Miguel Antônio Heredia de Sá defendeu na mesma Faculdade a tese *Algumas considerações sobre a cópula, onanismo e prostituição, em especial na cidade do Rio de Janeiro*. Os dois trabalhos foram, de acordo com Engel, os primeiros que trataram, na medicina brasileira, a prostituição e a sífilis como objetos privilegiados de análise. A escolha de tais temas não feito sem reservas (sem justificações de toda espécie). “Observe-se, entretanto, que por mais ‘feio e ‘ignóbil’ que pudesse ser o espetáculo da prostituição, o médico [Cunha] se dispunha a ser um espectador atento, ainda que ruborizado (ENGEL, 2004, p. 56)”. O tema da prostituição foi aos poucos ganhando terreno no saber médico, de forma que no final do século XIX era uma espécie de lugar-comum na medicina do espaço social.

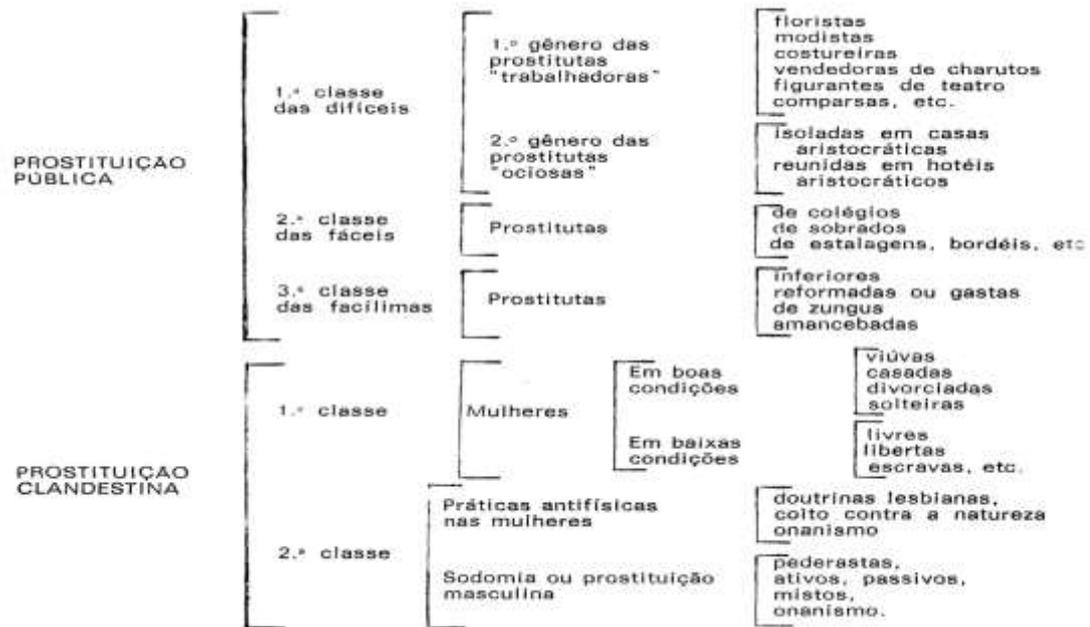


Fig. 4 — mapa classificativo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro (MACEDO, 1873, p. 62).

No mapa classificativo de Ferraz de Macedo, assim como na pormenorização de cada classe, gênero ou espécie por ele traçada, a problemática central não consiste em ver a classificação como uma fonte de informação que corresponderia à realidade histórica da prostituição carioca, mas, sobretudo, como um efeito do ideológico — a divisão e luta de classes, as relações de produção e os efeitos da dominação de gênero — no linguístico, em uma linguagem que pela evidência vai capturando sujeitos e os enquadrando aos nomes. O quadro parece-nos hoje bastante obsoleto, certamente classificando o que era considerado “abjeto” para a sociedade como prostituição, o que nos suscita uma série de questões: quais as mulheres e os homens que não estão incluídos nessa classificação? Por que as classes economicamente “privilegiadas” ocupam a classe das “difícilimas” (prostituição pública) ou a 1.ª classe em boas condições da prostituição clandestina? O que esse grafo diz sobre a sexualidade da mulher e do homem, e por que essa sexualidade dita “desviante” (as lésbicas, a masturbação, os homossexuais etc.) é classificada como prostituição?

No processo classificatório, a separação, no quadro apresentado, entre público e clandestino, constituída no interdiscurso, vem demarcar uma fronteira entre a evidência da “degradação das ruas” e o perigo imaginário de “degradação moral” dos lares. Da circulação das mulheres nas ruas (envolvendo notadamente a questão das trabalhadoras da cidade), às intimidades da alcova, a prostituição precisava se tornar visível aos olhares clínicos, enquanto um conceito e um elemento “concreto”. Tornar-se visível, para controlar, limpar, exterminar.

Tal problemática, exterior ao quadro e às descrições produzidas por Ferraz de Macedo, liga-se, estritamente, aos debates sobre a regulamentação da prostituição emergentes e que tomaram um amplo espaço de discussão desde a República.

Mesmo diante de um espaço mais ou menos estável, mas não menos polêmico, sobre a regulamentação da prostituição na medicina (a divisão entre prostituição pública e clandestina, por exemplo, é amplamente recorrente nesse espaço polêmico de discussão), Ferraz de Macedo coloca as “trabalhadoras” como “prostituição pública”, na contracorrente da medicina higienista. Mas não o faz sem hesitação e equívocos: “um grande número de mulheres que exercem a essa profissão pertencem à clandestinidade e muitas à honestidade mesmo” (MACEDO, 1873, p. 95). Como objeto de um procedimento administrativo lógico-científico, a “ciência” (a medicina higienista) se identifica a uma coerção social, falhando a partir do próprio gesto de classificação.

Para Engel, a noção de “clandestinidade” recobre a definição da prostituição que se exerce ocultamente sob a capa das atividades (costureira, florista, parteira, lavadeira etc.<sup>79</sup>): “vista como máscara acobertadora do vício, a profissão reconhecida como trabalho se opõe à prostituição, que adquire um novo significado expresso na associação à ideia do não-trabalho” (ENGEL, 2004, p. 94). Nesse ponto, foi difícil não associar a pressuposta periculosidade da entrada da mulher como força produtiva e de sua circulação na rua, sem irmãos, nem marido, nem pai que a acompanhe, sem fazer um novo exame dos “riscos” e “desvios” que isso produz. A circulação das mulheres, como lugar de resistência, era, notadamente, desviante em relação ao modelo da família nuclear higienista, único lugar reconhecidamente moral e higiênico para a medicina da época (ENGEL, 2004).

A educação moderna, que retirou a mulher da penumbra silenciosa do lar para as agitações tumultuosas do mundo, abrindo-lhe horisontes desconhecidos, iniciando-a nos segredos do vício, despertando-lhe curiosidades indiscretas, saciando-a de emoções, tornando-a cedo gasta e *blasée*. (CASTRO, 1934, p. 199).

O Dr. Viveiros de Castro prossegue com uma citação do médico higienista Chevalier, para sustentar que tal condição tem levado às mulheres à “Lesbos<sup>80</sup>”. Acusando a

<sup>79</sup> Destacamos que durante o século XIX e no início do século XX, tem-se um imaginário que relaciona estritamente o teatro (e metonimicamente as atrizes) como lugar de depravação e prostituição. Lembremos, por exemplo, Aurélia e Rachel de Gérard de Nerval e Marcel Proust, respectivamente.

<sup>80</sup> “*A virgo casta et intacta*, diz o dr. Chevalier, vae-se tornando em nossa época uma raridade. A moça moderna é um ser complexo, sem innocencia, sem pudor, sem timidez, sem ingenuidade. Sua ignorancia é cheia de adivinhações; do amor, tem tudo experimentado, salvo a realidade physiologica. Dahi a partir para Lesbos — *Navigatio in Maniliam* —, não vae muito longe. O passo tanto mais depressa transposto quando se mistura a este conjuncto de excitações a seducção do fructo prohibido e uma vaga e doentia necessidade de ostentação. Attrahe sahir do burguezismo dos gozos permittidos, desdenhar as alegrias mediocres do amôr natural, ser uma

degenerescência moral do mundo e da educação moderna, o Dr. Viveiros de Castro classifica as causas do “tribadismo”.

De acordo com o jurista, uma dessas causas do “tribadismo” é a literatura moderna. Para ele, os romancistas “sob o pretexto de estudarem um caso pathologico, de dissecarem um documento humano, descrevem o vicio em todos os seus detalhes physiologicos, em todas as suas particularidades obscenas e crúas” (CASTRO, 1934, p. 200). Por um efeito de “implicação”, o autor sustenta que esses tipos de romances são perigosos por “despertar” na mulher curiosidades terríveis, assim:

Duas amigas se encontraram, fallam do romance que ambas leram, experimentam ao vivo a sensação que o escriptor tão ardentemente descreveu, gostam do ensaio, transmittem adiante a descoberta, iniciam outras no segredo.  
E Sapho assim vae conquistando adeptos, propagandistas de seu culto<sup>81</sup> (CASTRO, 1934, p. 200-201).

Segundo Castro (1934, p. 200) “na nossa litteratura temos sobre o tribadismo uma pagina bem crúa, mas de um estylo colorido e vibrante”. Citando o *Cortiço*, como um dos livros que “despertam” curiosidades terríveis nas mulheres. O jurista descreve o romance como “livro que ha de sobreviver a muitas gerações, o primeiro romancista nacional, Aluizio de Azevedo, contou em phrases de uma sonoridade de bronze e de uma opulencia de marmore, a conquista de uma moça, ainda virgem e pura, por uma franceza dissoluta” (CASTRO, 1934, p. 200). A cena aludida por Viveiros de Castro se refere às seduções de Leonie (cocote francesa) à Pombinha que é descrita como uma vítima da prostituta. Em uma visita de Pombinha e sua mãe (Dona Isabel) à casa de Leonie, a cocote espera Dona Isabel dormir para seduzir a jovem:

O passeio à casa de Leonie fizéra-lhe muito mal. Trouxe de lá impressões e **intimos vexames**, que nunca mais se apagariam por toda a sua vida. [...]  
Depois da refeição, Dona Isabel, que não estava habituada a tomar vinho, sentio vontade de descansar o corpo; Leonie franqueou-lhe um bom quarto, com boa cama, e, mal percebeu que a velha dormia, fechou a porta pelo lado de fóra, para melhor ficar em liberdade com a pequena.  
Bem! Agora estavam perfeitamente a sós!  
— Vem cá, minha flôr!... disse-lhe, puxando-a contra si e deixando-se cahir num divan. Sabes? Eu te quero cada vez mais!... Estou louca por ti!

---

excepção. O vicio torna-se moda pelo seu verniz de epicurismo elegante, porque é *chic*” (CHEVALIER apud CASTRO, 1934, p. 199-200).

<sup>81</sup> Em uma relação parafrástica, podemos relacionar a formulação de Castro (“E Sapho vae conquistando adeptos, propagandistas de seu culto”) com o sintagma “doutrinas lesbianas” da 2ª classe de prostituição clandestina de Ferraz de Macedo, inclusive em ambos os autores há também uma ligação com o segredo e a clandestinidade.

E devorava-a de beijos violentos, repetidos, quentes, que sufocavam a menina, enchendo-a de espanto e de um **instintivo temor** cuja origem a **pobrezinha**, na sua simplicidade, não podia saber qual era.

A cocote percebeu o seu enleio e ergue-se, sem larga-lhe a mão.

— Descansemos nós também um pouco... propôs, arrastando-a para a alcova.

Pombinha assentou-se, constringida, no rebordo da cama, e toda perplexa, **com vontade de afastar-se**, mas sem animo de protestar, por acanhamento, tentou reatar o fio da conversa, que ellas sustentavam um pouco antes, á meza, em presença de Dona Isabel. Leonie fingia prestar-lhe atenção e nada mais fazia do que afagar-lhe a cintura, as coxas e o collo. Depois, como que distrahidamente, começou a desabotoar-lhe o corpinho do vestido.

— Não! Para que? ... Não quero despir-me...

[...]

— Deixa! **segredou-lhe** a outra, com os olhos envesgados, **a pupilla tremula**.

**E, apesar dos protestos, das supplicas e até das lagrimas da infeliz**, arrancou-lhe a ultima vestimenta, e precipitou-se contra ella, a beijar-lhe todo o corpo, a empolgar-lhe com os labios o roseo bico do peito.

[...]

— Que mal faz?... Estamos brincando...

— Não! não! balbuciou **a victima, repellindo-a** (AZEVEDO, 1890, p. 193-195, grifo nosso).

Na cena de Azevedo, por meio da textualização da vitimização de Pombinha, (como, por exemplo, nos léxicos “pobrezinha”, “pupilla tremula”, “victima”), observamos que o espanto e o “instintivo temor” às investidas de Leonie materializa a relação como uma “prática anti-física” recoberta na esfera da intimidade e do segredo. Na sequência, vemos que apesar da resistência de Pombinha, ela sucumbe diante da “luxúria” “ferocidade” e “irracionalidade” da prostituta metaforicamente associada a uma égua<sup>82</sup> “doida de luxúria” e “irracional”:

Pombinha arfava, reluctando; mas o atrito daquelas duas grossas pomas irrequietas sobre o seu mesquinho peito de donzela impubere, e o roçar vertiginoso daquelles cabellos asperos e crespos nas estações mais sensitivas da sua feminilidade, acabaram por foguear-lhe a polvora do sangue, **desertando-lhe a razão ao rebate dos sentidos**.

Agora, espolinhava-se toda, cerrando os dentes, fremindo-lhe a carne em crispações de espasmo; ao passo que a outra, por cima, **doida de luxúria, irracional, feroz, revolteava, em corcovos de egoa, bufando e relinchando** (AZEVEDO, 1890, p. 195, grifo nosso).

O “tribadismo” vai sendo construído no saber médico e jurídico enquanto uma categoria para a classificação da sexualidade feminina ligada à animalidade e ao instinto. As

<sup>82</sup> Essa animalização da prostituição e da sexualidade não é exclusividade de uma escola literária dita naturalista. Alencar, considerado como romântico, também associa a prostituta a uma jumenta: “quando a mulher se desnuda para o prazer, os olhos do amante a vestem de um fluido que cega: quando a mulher se desnuda para a arte, a inspiração a transporta a mundo ideaes, onde a materia se depura ao halito de Deos: quando porém a mulher se desnuda para cevar, mesmo com a vista, a concupiscencia de muitos, há nisto uma profanação da belleza e da creatura humana, que não tem nome. **E’ mais do que a prostituição: é a brutalidade da jumenta ciosa que se precipita pelo campo, mordendo os cavallos para despertar-lhes o tardo apetite**” (ALENCAR, 1862, p. 57-58, grifo nosso).

cenas eróticas de Azevedo endossam essa posição, mostrando a inter-relação entre a circulação dos saberes construídos anteriores e o discurso dito literário. Não é casual que a relação sexual de Pombinha com a prostituta seja uma “iniciação sexual” à prática da prostituição, dado que “perde”, juntamente com a “virgindade”, o “sentimento de pudor” após ser dominada sexualmente (apesar das resistências) pela prostituta. O discurso sobre a perda do pudor e da honestidade das mulheres ata-se a um imaginário de perversão e inversão dos “instintos sexuais”, colocando em jogo, pelo não dito, a imagem da mulher honesta, mas também formando no imaginário social uma noção de família heterossexual normativa (fundamentalmente, legitimada pela instituição do casamento).

Fora do núcleo familiar normalizado pelo jurídico e medicalizado pelo higienismo, a prostituição é vista como um mundo de práticas “antifísicas”, escapando ao núcleo ideal do prazer comedido. A tese do prazer comedido, desde Parent-Duchâtelet, atravessou, por uma rede de filiação com os higienistas franceses, a visão da medicina higienista sobre a questão da prostituição e da sexualidade de forma geral. O paradoxo centra-se que esse lugar considerado, do ponto de vista médico do século XIX, como excessivo e imoral, é também tomado como um “mal necessário”, a prostituta (considerada imunda como os esgotos) é necessária para a higiene pública:

Estritamente vinculada às ideias de *prazer excessivo* e *não-reprodução*, a prostituição é inserida pelo médico no espaço da sexualidade pervertida. Desse modo, a prostituta é classificada — ao lado do libertino, do pederasta, do onanista, do sodomita, da lésbica e da ninfomaníaca — entre os tipos que apresentam um comportamento sexual desviante, segundo os critérios médicos de avaliação. A noção de desvio utilizada na elaboração dessa tipologia traz explícita a percepção da sexualidade doente como uma distorção da natureza, e, assim, a perversão sexual, qualificada de antifísica e de antinatural, é identificada como doença do organismo. (ENGEL, 2004, p. 72).

Nesse sentido, “a medicina legal começava a desenhar o perfil do ‘antifísico’: um tipo humano relacionado a determinadas formas de animalidade, dentre as quais as relações homoeróticas. Imediatamente, a homossexualidade se tornava alvo de estudos clínicos” (DEL PRIORE, 2011, p. 94). A questão que imediatamente se põe, em termos de discurso, é que a prostituição não estava somente *ao lado* da “pederastia”, do “onanismo”, do “tribadismo” ou de outras práticas consideradas como “antifísicas”, mas estes também, em certos direcionamentos, constituíam metonimicamente uma *parte* da prostituição, como no mapa classificativo da prostituição na cidade do Rio de Janeiro de Macedo (1873) e na relação de Pombinha e Leonie citados anteriormente. Essas classificações que associavam a sexualidade desviante diretamente com a prostituição não se referem somente à sexualidade feminina, mas

também aos “onanistas” (masturbação) e aos “pederastas ativos e passivos”. Nesse sentido, não foi sem surpresa que nos vemos diante de um rico material sobre a prostituição, o romance *Bom-Crioulo*. Inicialmente, acreditamos que encontraríamos na personagem Carola Bunda uma série de discursos exteriores e anteriores sobre a prostituição em sua relação com a cidade. A partir da série de leituras do nosso arquivo, podemos ver que a homossexualidade, na época encarada como “inversão do instinto sexual” em período anterior aos discursos sobre o “homossexualismo”, era associada diretamente à prostituição, definida como “comércio ilícito do corpo”. E o *Bom-Crioulo* marca essa série de debates médicos e jurídicos.

Nesse romance, em um espaço de reclusão dos homens em um navio a bordo (da marinha), o lugar é visto como propiciador das “inversões” sexuais. Se uma instituição de reclusão possibilitaria um “ambiente” de propagação das doenças, a medicina higienista acreditou encontrar, por analogia, em tais espaços um ambiente que possibilitaria os “desvios sexuais” (ENGEL, 2004). Nesse sentido, em uma das primeiras cenas desse livro, um grumete, apático “magro, muito amarelo, rosto liso, completamente imberbe” (CAMINHA, 1956, p. 11) é castigado pelo ato “onanista”, descrito no livro como o mais vergonhoso dos atentados: ele foi “surpreendido, por outro marinheiro, a praticar **uma ação feia e deprimente do caráter humano**. Tinham-no encontrado sozinho, junto á amurada, em pé, **a mexer com o braço numa posição torpe, cometendo, contra si próprio, o mais vergonhoso dos atentados**” (CAMINHA, 1956, p. 15, grifo nosso). Retomando a classificação de Ferraz de Macedo, o onanismo também era considerado como um atentado vergonhoso, estando enquadrado em sua classificação da “pederastia” ou “prostituição clandestina masculina”.

Em *Os anormais*, Foucault afirma que a partir do século XVI, têm-se na penitência, confissão e controle da masturbação, especialmente em seminários, exércitos e colégios, uma forma de correção da sexualidade:

Houve, a partir do século XVI, em torno desses procedimentos da revelação penitencial, uma identificação do corpo com a carne, se vocês preferirem, uma encarnação do corpo e uma incorporação da carne [...]. O que quer dizer, concretamente, que a masturbação vai ser a forma primeira da sexualidade revelável, o discurso de vergonha, de controle, de correção da sexualidade, começa essencialmente na masturbação. Mais concretamente ainda, esse imenso aparelho técnico da penitência quase só teve efeito, é verdade, nos seminários e nos colégios, isto é, nesses lugares em que a única forma de sexualidade a controlar era, evidentemente a masturbação.

Temos um processo circular, que é bem típico dessas tecnologias de saber e poder. Os policiamentos mais detalhados da nova cristianização, a que começa no século XVI, trouxeram instituições de poder e especializações de saber que tomaram forma nos seminários, nos colégios; em suma, em instituições que se destaca, de uma maneira privilegiada, não mais a relação sexual entre os indivíduos, não as relações sexuais legítimas e ilegítimas, mas o corpo solitário e desejanste. [...]

Na mesma época, isto é, nos séculos XVI-XVII, vemos crescer no exército, nos colégios, nas oficinas, nas escolas, todo um disciplinamento do corpo, que é o disciplinamento do corpo útil. Aperfeiçoam-se novos procedimentos de vigilância, de controle, de distribuição no espaço, de anotação, etc. Temos todo um investimento do corpo por mecânicas de poder que procuram torná-lo ao mesmo dócil e útil. Temos uma nova *anatomia política do corpo*. Pois bem, se em vez do exército, das oficinas, das escolas primárias, etc, examinarmos essas técnicas de penitência, o que se praticava nos seminários e nos colégios que se formavam a partir deles, veremos surgir um investimento do corpo que não é o investimento do corpo útil, que não é um investimento que se faria no registro das aptidões, mas que as faz no nível do desejo e da decência. Temos, diante da anatomia política do corpo, uma *fisiologia moral da carne*.

[...] Eu gostaria de mostrar a vocês duas coisas: como essa fisiologia moral da carne, ou do corpo encarnado, ou da carne incorporada, veio se somar aos problemas da disciplina do corpo útil no fim do século XVIII; como se constituiu o que poderíamos chamar de uma medicina pedagógica da masturbação e como essa *medicina pedagógica da masturbação levou esse problema do desejo de volta ao problema do instinto, esse problema do instinto que é precisamente a peça central da organização da anomalia*. Portanto é essa masturbação assim recortada na revelação penitencial no século XVII, essa masturbação que se torna problema pedagógico e médico, que vai trazer a sexualidade para o campo da anomalia. (FOUCAULT, 2001, p. 243-245, grifo nosso).

De acordo com Foucault (2001), no final do século XVIII e durante todo o século XIX, a masturbação (masculina e feminina<sup>83</sup>) é ligada a uma espécie de arqueologia da anomalia em que a figura do onanista se encontra ao lado figura do monstro e a do incorrigível<sup>84</sup>. Segundo o autor, é na família em que ocorria desde a infância, o maior campo de atuação na vigília contra a masturbação. Ainda, de acordo com Foucault, acreditava-se que o onanismo agrupava vários sintomas, isto é um acúmulo de diversas doenças:

Temos o que poderíamos chamar de ficção da doença total. Regularmente, nesses textos de cruzada [contra o onanismo] vocês vão encontrar a descrição fabulosa de uma espécie de doença polimorfa, absoluta, sem remissão, que acumularia em si todos os sintomas de todas as doenças possíveis ou, em todo caso, uma qualidade

<sup>83</sup> No tocante às diferenças entre o controle à masturbação dos meninos e das meninas, Foucault (1979, p. 266) afirma que as diferenças começam a acentuar depois do século XIX quando o corpo da mulher passa a ser “objeto” médico privilegiado: “no século XVIII, o problema do sexo masculino, e a disciplina do sexo era colocada em prática nos colégios de meninos, nas escolas militares, etc. Depois, a partir do momento em que o sexo da mulher começou a adquirir importância médico-social, com os problemas correlatos da maternidade, do aleitamento, etc., a masturbação feminina adquire importância. Parece que no século XIX foi ela que prevaleceu. No fim do século XIX, em todo caso, as grandes operações cirúrgicas tiveram as meninas por objeto. Eram verdadeiros suplícios: a cauterização clitoriana com ferro em brasa era, senão corrente, ao mesmo relativamente frequente na época”.

<sup>84</sup> Foucault (2001, p. 78) afirma que no decorrer do século XIX, há uma subversão da importância recíproca dessas três figuras: “Em fins do século XVIII, ou todo caso no curso do século XVIII, a figura mais importante, a figura que vai dominar e que, precisamente, vemos emergir (e com que vigor!) na prática judiciária do início do século XIX, é evidentemente a do monstro. O monstro é que é o problema, o monstro é que interroga tanto o sistema médico como o sistema judiciário. [...]. Depois, pouco a pouco, é a figura mais modesta, mais discreta, menos cientificamente carregada, a que aparece como mais indiferente ao poder, isto é, o masturbador ou, se quiserem, a universalidade do desvio sexual, é isso que vai adquirir uma importância cada vez maior. É ela que, no fim do século XIX, encobrirá as outras figuras, e no fim das contas, é ela que deterá o essencial dos problemas que giram em torno da anomalia”.

considerável de sintomas. Todos os sinais da doença vêm se superpor no corpo descarnado e de devastado do jovem masturbador (FOUCAULT, 2001, p. 301).

Nessa orientação, a descrição de sua apatia e fraqueza não é acidental, ela está atada ao imaginário de que o homem tornava-se fraco ao desperdiçar o sêmen<sup>85</sup>: “Herculano acabava de cometer um verdadeiro crime não previsto nos códigos [disciplinares da Marinha], um crime de lesa-natureza, derramando inutilmente, no convés seco e estéril, a seiva geradora do homem” (CAMINHA, 1956, p. 16).

Nessa cena, ao lado de Herculano, Amaro também era castigado. Seu “crime” e sua “doença”, no entanto, era bem diversa. Punido no começo do livro por “mau comportamento” e relatadas às “causas” de suas “faltas” e “excessos” (contrários ao imaginário de prazer comedido), o Bom-Crioulo é também “castigado” pela “natureza anômala”:

Ao pensar nisso Bom-Crioulo sentia uma febre extraordinária de erotismo, um delírio invencível de gôzo pederasta... Agora compreendia nitidamente que só no homem, no próprio homem, êle podia encontrar aquilo que debalde procurara nas mulheres.

Nunca se apercebera de **semelhante anomalia**, nunca em sua via tivera a lembrança de perscrutar suas tendências em matéria de sexualidade. As mulheres o desarmavam para os combates do amor, é certo, mas também não concebia, por forma alguma, **esse comércio grosseiro entre indivíduos do mesmo sexo**; entretanto, quem diria!, o fato passava-se agora consigo próprio, sem premeditação, inesperadamente. E o mais interessante é que aquilo ameaçava ir longe, para mal de seus pecados... Não havia jeito, senão ter paciência, **uma vez que a “natureza” impunha-lhe esse castigo.**

Afinal de contas era homem, tinha suas necessidades, como qualquer outro: fizera muito em conservar-se virgem até aos trinta anos, sendo muitas vezes obrigado a cometer excessos que os médicos proibem. De qualquer modo estava justificado perante sua consciência, tanto mais quanto havia exemplos ali mesmo a bordo, para não falar em certo oficial de quem se diziam cousas medonhas no tocante à vida particular. Se os brancos faziam, quanto mais os negros! E’ que nem todos têm fôrça para resistir: a natureza pode mais que a vontade humana... (CAMINHA, 1956, p. 60-61, grifo nosso).

---

<sup>85</sup> Segundo a historiadora Del Priore (2011, p. 78-79), a medicina oitocentista afirmava que “o mais intenso dos prazeres acompanhava-se do exercício da mais perigosa das funções orgânicas. O espasmo masculino, voluptuosidade suprema, necessitava, segundo os médicos, de uma gestão severa e atenta. Pois a emissão do líquido seminal extraía o que havia de mais puro no sangue, impondo um esforço intenso. Certo doutor Alexandre Meyer chegava a comparar a perda de 30 gramas dessa substância à hemorragia de 1200 gramas de sangue. Era urgente evitar o desperdício. Saber economizar prolongava a vida. As obras médicas funcionavam como manuais de gestão espermática. Em cada página encontrava-se o temor do desperdício. Se a termodinâmica ensinava que o calor se transformava em energia, da mesma forma, o prazer levava à perda da vitalidade. Daí os inúmeros debates na época consagrados aos efeitos benéficos ou maléficos da continência masculina. Ou ainda a gritaria contra a masturbação e a devassidão pré-nupcial”.

No romance de Caminha, temos a associação imaginária da “pederastia” ou “sodomia”<sup>86</sup> com a prostituição, tal como é textualizada na classificação de Macedo e no discurso médico oitocentista. O enunciado “esse comércio grosseiro entre indivíduos do mesmo sexo” se mantém em uma relação parafrástica com a definição jurídica de prostituição “a mulher que fez commercio de seu corpo”. Contudo, apesar das semelhanças, não é com o mesmo “olhar” que se diz sobre a prostituição pública e clandestina e, nesta, sobre a prostituição masculina e feminina. Nesse sentido, por exemplo, o discurso sobre a regulamentação da prostituição feminina era transversalmente ligado à profilaxia da sífilis e à extinção de tal “grosseiro comércio”.

Quando o terror panico da existencia da syphilis nas prostitutas publicas deixar de invadir a mocidade do Rio de Janeiro; quando o imenso numero das fingidas prostitutas clandestinas deixar de existir, para estas serem obrigadas a declarar-se publicas; quando, por consequencia, baixar o numero das fingidas barregãs e crescer o das cantoneiras: certamente que se terá desilludido a sociedade e dado um passo mais para a civilização; e é incontestavel, ainda, que se terá ferido gravemente a serpe terrivel da sodomia!... (MACEDO, 1873, p. 121)

Ferraz de Macedo considera que a prostituição clandestina masculina<sup>87</sup> deve “incluir aqui *todas as aberrações da natureza* nas praticas lascivas de homem com homem unicamente [‘pederastia ativa, passiva ou mista’], ou deste em solidão, isoladamente [‘onanismo’]” (MACEDO, 1873, p. 115, grifo meu). O médico afirma ainda que “é palpitante a necessidade da intervenção da policia, seja por que modo fôr, para limitar a progressão constante desta chamma devoradora que vai dominando occulta e insensivelmente uma boa parte do coração da sociedade!” (MACEDO, 1873, p. 119).

---

<sup>86</sup> Os dois termos, pederastia e sodomia, valem diferentemente de palavras como “homossexualismo” (em estudos médicos, desde o começo do século XX) e “homossexualidade” (que combatem as acepções de “doença” que o termo anterior pode suscitar). Apesar de constituir uma zona marginal nos debates sobre a regulamentação da prostituição e nos estudos médicos e jurídicos sobre o tema, os discursos sobre a prostituição clandestina colocam em jogo uma série de efeitos de evidência sobre o que o século XIX considerou como “pederastia”. Até o ponto em que conhecemos sobre o assunto, só no século XX, em 1906, há um estudo médico dedicado especificadamente a este tema elaborado por Pires de Almeida intitulado *Homossexualismo (a libertinagem no Rio de Janeiro), estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital*. Esse estudo se trata de uma republicação de um memorial sobre a prostituição na cidade do Rio de Janeiro feito por este autor e publicado em diversos números da revista *O Brazil-Medico* (ANTUNES, 1999).

<sup>87</sup> Em relação à rede de memória dos higienistas franceses é interessante observar que nem Becquerel, nem Parent-Duchâtelet incluíam a “prostituição masculina” no quadro da prostituição clandestina. Observa-se, no entanto, que, no tratado elementar da higiene pública, Becquerel (1864) justapõe a prostituição clandestina ao verbete “pederastia”, considerando-a como uma doença que se expande do Oriente desde a antiguidade, e que se assemelha ao que foi a lepra, se propagando em toda “civilização ocidental”. Parent-Duchatelet (1857), por sua vez, afirma que a prostituição clandestina é um “mal real” que propiciaria a propagação da sífilis, fazendo da pretensa “dificuldade de reconhecimento” deste tipo de prostituição um fato que imaginariamente destruiria os esforços administrativos de controle e profilaxia da sífilis.

Já o jurista Dr. Viveiros de Castro (1934), diferentemente do Dr. Ferraz de Macedo, afirma que há casos de “inversão congenita, psychica”: “O pederasta vive, sente, pensa, quer, age differentemente do resto dos homens. Seu vicio tem como resultado fatal uma alteração da personalidade psychica [...]” (CASTRO, 1934, p. 228). Nesse sentido, ao questionar sobre a possibilidade penal de punição da “pederastia”, o autor afirma que:

uma distinção importante deve ser feita. Quando se trata de debochados, de viciados, uns procurando excitante para a virilidade enfraquecida, outros **vivendo do torpe commercio de seu corpo**, a repressão penal deve-se fazer sentir energica e forte, principalmente contra aquelles que corrompem menores. Mas quando se trata de uranistas, isto é, de individuos attingidos de inversão congenita ou psychica **a punição seria uma verdadeira crueldade, porque elles não podem furtar-se a estas inclinações, elementos integrantes de sua personalidade.** (CASTRO, 1934, 233, grifo nosso).

Segundo o jurista, a “pederastia congênita” faz com homens (geralmente ciumentos) de todas as classes sociais procurem à prostituição masculina que é classificada em três espécies pelo autor:

A paixão os domina a tal ponto que não recuam diante consideração alguma para satisfazê-la, expõem-se ao roubo, ao assassinato. Uns procuram ao acaso, pelas ruas, pelos bordéis, seus cúmplices; outros tomam exclusivamente um efebo como amante, o installam mais ou menos luxuosamente segundo seus meios, pagam todas as suas despesas, mostram-se ciumentos.

Para a satisfação desses ignóbeis vícios ha ao lado da prostituição feminina a prostituição masculina, constituindo uma sociedade organizada, com sua lingua, seu pessoal, sua hierachia, seus habitos, sua criminalidade, sua solidariedade, sua psychologia. Os prostituidos se dividem em tres categorias — 1.ª os insubmissos, 2.ª os entretidos, 3.ª os que perseguem os transeuntes se offerecendo (*raccrocheurs*) (CASTRO, 1934, p. 225-226).

Apesar dessa série de afirmações e negações em torno do que era denominado como “causas hereditárias” da pederastia, tanto Ferraz de Macedo quanto Viveiros de Castro apontam os internatos e o exército, locais de reclusão de homens em “idade viril”, como lugares onde os “individuos do mesmo sexo e dos mesmos appetitoes [são lançados] fatalmente na desmoralisação, é gerar o vicio contra a natureza tão seguramente como a febre typhoide” (CHEVALIER apud CASTRO, 1934, p. 282). Condições de cativo e ociosidade: “visitae uma prisão qualquer e vereis as paredes, os livros, os leitos cheios de inscripções de amor criminoso” (CASTRO, 1934, p. 284). E ainda: “explicaram este estado [pederastia] nos operarios pelo trabalho excessivo das officinas, habitação em alojamentos insalubres, debocre [sic] precoce, alcoolismo prematuro, nos collegiaes pela *surmenage* intellectual, onanismo e vida sedentária” (CASTRO, 1934, p. 224). Para Macedo, pela reclusão, na classe militar a

falta de meios e tempo é associada *transversalmente* à “causa social” da “sodomia ativa masculina”:

Quanto aos sodomitas activos, são fornecidos especialmente da classe militar, do commercio e dos artistas. **Na classe militar**, ou seja **por falta de tempo**, ou **por falta de meios**, a sodomia tem tomado tal desenvolvimento que raros são aquelles militares que della não façam uso. **Nos artistas e comerciantes** cousa que mais a sustenta e desenvolve é, sem duvida alguma, **1º o horror á syphilis**, **2º o dispendio monetario, por causa das esportulas mais ou menos avultadas, exigidas pelas prostitutas**. (MACEDO, 1873, p. 116, grifo nosso).

Nesse espaço de confrontos da medicina, percebemos que os discursos sobre a prostituição são amplamente sustentados pelo efeito de evidência de uma disjunção entre prostituição pública e prostituição clandestina: “apesar da inexistência da regulamentação sanitária da prostituição nas cidades brasileiras, os médicos adotam esta classificação para fixar a linha divisória entre *o explícito* e *o obscuro*, conferindo elasticidade e amplitude à ideia de prostituição” (ENGEL, 2004, p. 73, grifo da autora). Essa distinção “implícita” entre prostituição pública e prostituição clandestina atravessa os enunciados médico-higienistas, desde os modos de classificar e descrever a prostituição no Rio de Janeiro até as propostas e os projetos higienistas de saneamento da sociedade. Nesse direcionamento, o debate sobre a regulamentação da prostituição, sustentado pela divisão entre prostituição pública e clandestina e associando transversalmente estas à sífilis e “anomalias sexuais”, é um lugar fundamental de observação desses processos discursivos em jogo.

Esses modos de classificação da prostituição e da sexualidade dita “desviante” como doença física e psíquica vão atando-se a discursos sobre a cidade, como se a própria fosse um lugar generalizado de doenças.

#### 4 A CIDADE ESTÁ DOENTE

A policia não póde prohibir tambem que as meretrizes de profissão se entreguem ao seu commercio. Mas não deixa que ellas apareçam núas á janela, e muito menos; consente que venham fazer no meio da rua, á luz meridiana, o que fazem no interior das casinhas de porta e janella. Com um milhão de raios! quem tem a desgraça de possuir dentro do organismo um cancro incuravel, — não podendo extirpal-o, trata ao menos de o esconder, por hygiene, por decência, por pudor! (BILAC, 1894, p. 1).

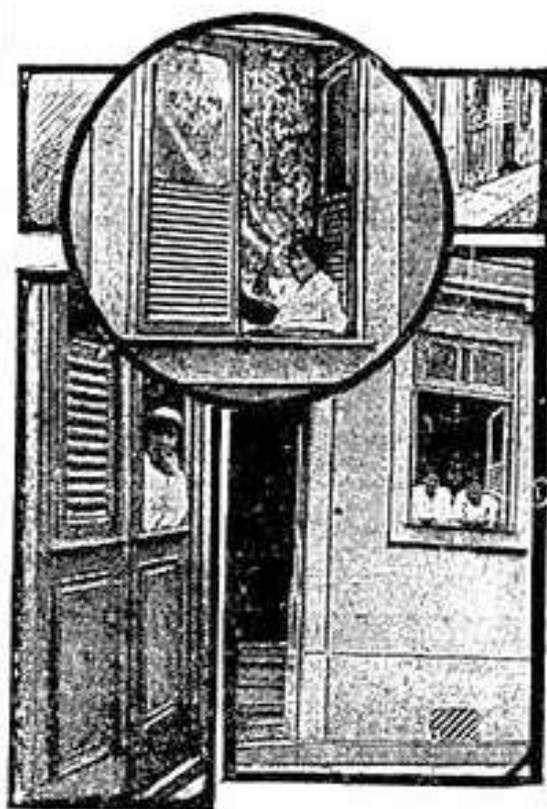
No dia 21 de janeiro de 1910, o jornal carioca *A Noite* publicou uma denúncia sobre a prostituição da cidade do Rio de Janeiro na seção “O Décoro da Cidade” na matéria intitulada “A ostentação cynica do vicio”<sup>88</sup>. Segundo a matéria, “bairros de família” são ameaçados pela presença das prostitutas na janela.

O assumpto é por demais escabroso para que seja tratado com a necessaria liberdade, para que seja uma impressão exacta da verdade. E’ elle como uma **grande chaga cancerosa** que se tivesse de expor, para bem dar uma idéa do mal terrivel que corroe e mais. E’ preciso entretanto que a sua feição seja nítida, para que, exhibida tal qual é, possa despertar naquelles que têm a responsabilidade do **tratamento do enfermo, que neste caso é a sociedade**, um mais acurado exame do qual seja sugerido um methodo mais pratico de tratamento. **O caso é da prostituição.** E’ da policia de costumes que falamos. (A NOITE, 1910, p. III, grifo nosso).

Seguida pelo relato em que se metaforiza a prostituição como uma doença, uma “chaga cancerosa” que ameaça a “saúde da cidade”, o jornal denuncia que o “meretricio mais baixo, mais imoral, mais nauseante” passa a “invadir as ruas apenas até então habitadas por familias, não só do centro da cidade, como a de S. Pedro, Avenida Passos e outras, como as do trecho chamado Cidade Nova, e ainda mesmo internando-se pelos arrabaldes” (A NOITE, 1910, p. III), apresentando “apenas as que o nosso repórter photographico apanhou, a esmo, hoje pela manhã. Note-se que foi pela manhã” (A NOITE, 1910, p. III).

---

<sup>88</sup> Em outra perspectiva, esse exemplo também foi estudado por Pereira (2002) em sua tese.



*Os bairros recentemente infeccionados  
— Quadros das ruas Affonso Cavalcanti  
e Laura de Araujo, até agora habitadas  
só por famílias...*

Fig. 5 — A ostentação cynica do vicio (A NOITE, 1910, p. III).

Em uma cadeia parafrástica, tanto no relato jornalístico quanto na imagem de uma prostituta que o acompanha têm-se uma metáfora que relaciona a cidade como um organismo<sup>89</sup>, um *corpo doente*, em que a prostituição é associada à doença social (ENGEL, 2004). Essa série parafrástica começa a circular e legitimar o próprio campo da medicina higienista, dado que era “necessária” uma profilaxia da doença e uma limpeza dos sujeitos do espaço urbano, limpeza de sua visibilidade e circulação nas ruas. Da existência das doenças na cidade, a exemplo da febre amarela e da sífilis, passa-se a conceber a cidade como o lugar da própria doença e a prostituição como foco da “mazela” social. Nessa cadeia parafrástica, o “mesmo” do sentido cristalizado abre-se ao jogo da *metáfora*, por meio das contradições, perturbações e falhas que se instalam em seu interior<sup>90</sup>.

<sup>89</sup> Na relação entre organismo e organização nos discursos sobre a cidade, Wanderley (2001, p. 83) afirma: “o Estado cuida/trata do corpo social, da ecologia urbana, os organiza, assim como a política de saúde cuida do corpo de seus cidadãos, os “organisma”, e urbaniza e/ou ecologiza seu espaço”.

<sup>90</sup> Em *Papel da memória*, Pêcheux (1999, p. 53) afirma que o efeito de opacidade corresponde a um ponto de divisão entre o “mesmo” (a paráfrase) e a metáfora. Nesse sentido, a recorrência do enunciado pode caracterizar “uma divisão da identidade material do item: sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição

Discutindo as medidas para a criação de uma polícia de costumes para fiscalizar a prostituição na cidade de São Paulo no começo do século XX, o Dr. Candido Motta expõe as regras que deveriam ser distribuídas às mulheres públicas que incluíam desde o número de prostitutas que poderiam habitar em um mesmo domicílio particular até os modos como deveriam se trajar nas janelas, nas ruas e nos teatros. Nesse artigo, o Dr. Candido Motta afirma que “as casas dessas mulheres são baixas, de modo que quem passa na rua é sempre testemunha das cenas de imoralidade, que alli se desenrolam” (MOTTA, 1897, p. 313). À beira das portas e das janelas, continua o Dr. Candido Motta, as mulheres públicas provocavam a “todos que passavam, sem distincção de classe, de posição, de idade, e sem o mínimo respeito para com as familias visinhas ou transeuntes” (MOTTA, 1897, p. 313). A acusação recorrente das “cenas de imoralidade” nas janelas coloca em jogo uma série de não-ditos em suas formulações: a mulher pública não era uma margem ou uma exterioridade à sociedade burguesa, como desejava a vontade de saber jurídica e médica oitocentista, ela funcionava a partir de seu próprio interior, em seu “centro”:

Agora, as duas cocotes, amigas, inseparaveis, terriveis naquella inquebrantavel solidariedade, que fazia dellas **uma só cobra de duas cabeças, dominavam o alto e o baixo Rio de Janeiro**. Eram vistas por toda a parte onde houvesse prazer; á tarde, antes do jantar, atravessavam o Catette em carro descoberto, com a Jujú ao lado; á noite, no theatro, em camarote de bocca, chamavam sobre si os velhos conselheiros desfibrados pela politica e avidos de sensações extremas, ou arrastavam para os gabinetes particulares dos hoteis os sensuaes e gordos fazendeiros de café, que vinham á corte esbodegar o farto producto das safras do anno, trabalhadas pelos seus escravos. Por cima dellas duas passára uma geração inteira de devassos. (AZEVEDO, 1890, p. 343, grifo nosso).

A problemática da circulação das prostitutas na cidade mobiliza um paradoxo constituído em torno dessa questão: ao mesmo tempo em que se sedimenta um olhar sobre as zonas de meretrício, ou seja, lugares da cidade visto como “focos” de prostituição, doença e marginalidade, afirma-se que a prostituta circula “pelo alto e baixo Rio de Janeiro”, atravessando a Capital Federal. Tratando-se de um objeto paradoxal, a prostituição não se reduz a uma divisão lógica de objetos estáveis com fronteiras fixas.

Na perspectiva discursiva, consideramos os discursos sobre a cidade não como um reflexo de uma representação de uma “realidade” histórico-social pré-determinada. A cidade é

---

vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase”. Em *Metáfora e interdiscurso*, o autor compreende a metáfora “fundamentalmente como uma *perturbação* que pode tomar a forma do lapso, do ato falho, do efeito poético, do *Witz* ou do enigma. A metonímia apareceria ao mesmo tempo como uma tentativa de ‘tratar’ esta perturbação, de *reconstruir* suas condições de aparecimento, um pouco como um biólogo reconstrói conceptualmente o processo de uma doença para intervir sobre ela” (PÊCHEUX, 2014d, p. 160, grifo do autor).

trabalhada em sua relação com os sujeitos e com a linguagem, em seus efeitos de evidência, em suas sedimentações e em suas derivas, dado que a cidade é tomada enquanto um sítio de significação (ORLANDI, 2001, 2004). Nessa orientação, reiteramos que não buscamos descobrir, por exemplo, se de fato as mulheres “flagradas” eram prostitutas, ou se os bairros indicados eram realmente zonas de prostituição, mas sim como discursivamente a cidade foi atravessada pelo imaginário de degradação e doença, cuja maior causa, para a medicina da época, seria as próprias prostitutas.

O discurso médico incorporaria como temáticas básicas todos os assuntos que se vinculassem à situação definida como desordem geral da cidade, buscando compreendê-la, explicá-la e tratá-la como *doença*. [...] Assim, a *cidade doente* surge como objeto construído pelo saber da medicina e privilegiado na prática do médico (ENGEL, 2004, p. 48, grifo da autora).

Para Orlandi (2001), o imaginário da cidade como desordem é inscrito na ordem da sedimentação dos sentidos e de um “olhar” totalitário sobre a cidade, barrando o efeito metafórico das “falas desorganizadas”:

Já podemos, então, adiantar que consideramos que resistir à metáfora é entregar-se ao imaginário. E, na cidade, o investimento da urbanização sendo da instância do imaginário são muitos os modos que este investimento apresenta de barrar a metáfora. Um deles, pelo planejamento que simula uma cidade organizada. De seu lado, imiscuindo-se nesses processos de negação e denegação, os sujeitos urbanos encontram formulações, modos de se dizer, que desorganizam o espaço burocrático (do) urbano. Atravessam esses processos que os prendem e metaforizam. (ORLANDI, 2001, p. 11).

Segundo esse imaginário de desordem da cidade acarretada pelo “quadro pavoroso da syphilis” associado à prostituição, nos debates higienistas sobre a regulamentação da prostituição, produz-se um efeito de causa e consequência em torno do argumento de que o aumento de sífilis atingia imerecidamente as “castas esposas” e as “inocentes criancinhas”:

Nesta longa campanha teve por muitas vezes ocasião de pintar o quadro pavoroso de syphilis, **não só da merecida**, apesar de dizerem que cada um deve ser punido por onde peccou, como, sobretudo, **da immerecida**, em que **as castas esposas** são inffecionadas por seus maridos, as innocentes criancinhas pelas amas, os médicos, os cirurgiões, os parteiros no desempenho de sua profissão, etc. etc; descreve com grande elevação de vistas os estragos sempre crescentes de tão terrível molestia, correndo com valioso contingente para a mortalidade das crianças, para o depauperamento da mocidade, e influindo poderosamente na produção de grande numero de abortos: **ao lado disto, a ofensa á moral, ao pudor, pela exhibição constante destas mulheres, que se apresentam em publico e por toda a parte.** (O BRAZIL-MEDICO, 1890, p. 22, grifo nosso).

Nesse enunciado, recortado da revista *O Brazil-Medico*, temos uma separação entre as mulheres e mulheres, entre aquelas (prostitutas) que merecem ser punidas pela sífilis e aquelas (castas esposas) que imerecidamente são atingidas pelas moléstias. Assim como na matéria jornalística de *A noite*, “a exibição constante destas mulheres, que se apresentam em publico e por toda parte” era vista como uma ameaça pela medicina higienista. Neste caso, o argumento de aparência médica está atado à moral dominante. O imaginário da cidade desorganizada justificava a intervenção das técnicas médicas sobre a cidade.

Ainda na instância do imaginário, assim como a medicina higienista, a literatura oitocentista liga os discursos sobre a prostituição diretamente às doenças. Lucíola, Carola Bunda e Leonie são descritas como mulheres de grande beleza, mas também são significadas pela doença. Em *o Bom-Crioulo*, Carola Bunda após ficar doente é descrita como “pobre cadela sem dono”:

Depois estêve muito doente, saíram-lhe feridas pelo corpo, julgou não escapar. E, como tudo passa, ela nunca mais pôde reerguer-se, chegando, por desgraça, ao ponto de empenhar jóias e tudo, porque ninguém a procurava, porque ninguém a queria — pobre cadela sem dono... Passou misérias! até quis entrar para um teatro como qualquer cousa, como criada mesmo. Foi nessa época, num dia de carnaval (lembrava-se bem!), que começou a melhorar de sorte. Um clubezinho pagou-lhe alguns mil-réis para ela fazer de Vênus, no alto de um carro triunfal. Foi um escândalo, um “sucesso”: atiraram-lhe flôres, deram-lhe vivas, muita palma, presentes — o diabo! Durante quase um ano só se falou na Carola, nas pernas da Carola, na portuguêsã da Rua do Núncio. (CAMINHA, 1956, p. 69).

O funcionamento da descrição da prostituta materializa o efeito paradoxal de que a prostituição seria inscrita entre o território da sensualidade e da doença. Carola é relacionada a uma rua dita como zona de meretrício, atando sujeito e cidade no enunciado “Durante quase um ano só se falou na Carola, nas pernas da Carola, **na portuguêsã da Rua do Núncio**”. De acordo com Orlandi (2001, p. 11), “no território urbano, o corpo dos sujeitos e o corpo da cidade formam um só, estando o corpo do sujeito atado ao corpo da cidade, de modo que o destino de um não se separa do destino do outro”. Em outro enunciado de *O Bom-crioulo*, as prostitutas e os bairros cariocas são entrelaçados em discursos sobre a criminalidade e a violência na e da cidade:

Assaltaram-lhe idéias horrorosas de crimes, de homicídios, de sangue; relembra casos que tinham alvoroçado o Rio de Janeiro, casos de ciúme, de traições... Na **Rua do Senhor dos Passos** um sargento esfaqueara uma **pobre “mulher da vida”**; encontrara-a com outro... A polícia correu ao lugar do sinistro, mas o assassino, como era noite, evadira-se, deixando o cadáver da rapariga crivado de golpes, rubro de sangue. Lembrava-se também de outro caso medonho; fôra **na Rua dos Arcos**: o assassino cortara a mulher em bocados como esquarteja uma rês. O povo correria em

massa para ver o espetáculo; dizia-se até que a vítima era uma **espanhola de alto bordo chamada Lola**. (CAMINHA, 1956, p. 148-149, grifo nosso).

Para Orlandi (2001, p. 14), “onde o social é silenciado, nessa organização social urbana que não compreende (aprende) a realidade citadina em constante movimento, emerge a violência: se o conflito é social, a violência individualiza”. Por um efeito de real da representação literária (BARTHES, 1970) na relação de mapeamento e descrição de assassinatos nas “zonas de meretrício” cariocas constroem-se cristalizações que atam sujeitos e lugares, como por exemplo: Rua do Senhor dos Passos/ “mulher da vida”; Rua dos Arcos/“espanhola de alto bordo chamada Lola”. É como se, pela eficácia imaginária, a violência e os “bairros de prostituição” fossem indissociáveis. Além de sedimentar a relação entre ruas e prostitutas, há uma associação direta da “degeneração”/“vício” da prostituta com “degeneração”/“vício” cidade.

Nessa orientação, por um efeito de implicação (um efeito de causa e consequência, isto é, *discurso transversal*), o envelhecimento precoce era ligado as “práticas desviantes”<sup>91</sup>, aos “excessos” e a “devassidão” (DEL PRIORE, 2011). Em *Luciola*, Paulo argumenta que apesar de ser “jovem” no corpo, a cortesã Lucia tem a “alma envelhecida”:

Eu compreendo-a perfeitamente. E’ uma **moça gasta para os prazeres; ainda joven no corpo, mas velha n’ alma**. Quando se atira a esses excessos de depravação, é estimulada pela esperança vã de um gozo que lhe foge; atordoa-se, embriaga-se e esquece um momento: depois vem a reacção, o nojo, das torpezas em que rojou, a irritabilidade de desejos que a devorão e que não póde satisfazer: nestas ocasiões tem sua velleidades de arrependimento: a consciencia solta ainda um grito fraco: a cortezá revolta-se contra si mesma. Isso passa no dia seguinte. Eis o que é Lucia: **daqui a algum tempo o habito fará della o mesmo que tem feito das outras: envelhecerá o corpo; como já envelheceu a alma**. (ALENCAR, 1862, p. 74-75, grifo nosso).

Nesse enunciado, o envelhecimento é posto como a consequência de uma “vida gasta de prazeres”. O imaginário de envelhecimento e desgaste não é apenas sedimentado no funcionamento da descrição das personagens, mas na própria representação da Capital Federal, como se a cidade fosse, assim como as prostitutas, um lugar de perigos e prazeres. Nas palavras da personagem de Sá, amigo do protagonista Paulo: “— Somos ambos moços, Paulo; porém sou mais velho tres annos de idade, e oito annos de Rio de Janeiro. A côrte é um paiz onde se envelhece depressa” (ALENCAR, 1862, p. 75). Descrita em *Bom-Crioulo*, como

<sup>91</sup> A relação entre envelhecimento precoce e a considerada “sexualidade desviante”, pode ser exemplificada, no livro erótico da época *Amar, gozar, morrer*. Segundo Del Priore (2011, p. 94), o romance narrava a relações sexuais de Amélia e sua mãe adotiva, uma jovem condessa que por “apesar de ter apenas 25 anos, por força de tantos prazeres, vê os cabelos ficarem brancos, o peito, mirrado, os braços, descarnados. Estava perto do ‘sopro da morte’”.

“terra dos diabos” (CAMINHA, 1956, p. 45), a cidade do Rio de Janeiro era textualizada nos efeitos contraditórios dos discursos sobre a modernização, como se, ao um só tempo, as “anomalias do instinto sexual”, a prostituição e a “libertinagem” acompanhassem o “progresso” da cidade. Citemos, por exemplo, o seguinte enunciado do jurista Dr. Viveiros de Castro: “Ah, é preciso dizel-o bem claramente: si estas torpezas acompanham de perto a civilização de uma cidade, deve-se confessar que a sociedade fluminense civiliza-se com uma rapidez espantosa!” (CASTRO, 1934, p. XIII). No olhar para a cidade doente que contraditoriamente se colocava como índice da própria civilização, há o atravessamento pela divisão ideológica de classes, de forma que as habitações coletivas da cidade eram postas como locais propensos, ao mesmo tempo, à “devassidão” e à doença.

Uma das últimas cenas de *O Cortiço* materializa diferentes discursos exteriores à obra que relacionam imaginariamente a “miséria social” à “degenerescência moral da sociedade”, segundo os termos do higienismo. Nesta cena, narra-se o fim da personagem Piedade e sua filha (apelidada como Senhorinha). Piedade é descrita como uma portuguesa moradora do cortiço São Romão que, após ser abandonada pelo marido, começa a beber e se endivida. Despejada, ela se muda para outro Cortiço (Cabeça de Gato):

E a misera, sem chorar, foi refugiar-se, junto com a filha, no Cabeça de Gato que, à proporção que o São Romão se engradecia, mais e mais ia se rebaixando acanhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjecto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro regeitava, como se todo o seu idéal fosse conservar inalteravel, para sempre, o verdadeiro typo da estalagem fluminense, a legitima, a legendaria; aquella em que ha um samba e um rôlo por noite; aquella em que se matam homens sem a policia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuaes em que irmãos dormem misturados com as irmães na mesma lama; paraíso de vermes; brejo de lodo quente e fumegante. Doente brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 1890, p. 345).

Na descrição e na comparação dos dois cortiços, há todo um imaginário que relaciona o lixo, a lama, a falta de saneamento, com a afirmação de que haja uma “degenerescência moral dos sujeitos” que ali habitam: “doente brota a vida brutalmente, como de uma podridão”. Rago (1985, p. 164) afirma que “na ordem do discurso médico-sanitarista, a doença adquire a dimensão de problema econômico, político e moral, e a miséria se torna o novo veículo de contágio”, a exemplo dos discursos sobre as casas de habitação coletiva, os cortiços (tomado inclusive como uma adjetivação em si mesma pejorativa, “um cortiço cada vez mais cortiço”) eram vistos como um “veículo de contágio”, pela pobreza e pela falta de saneamento do local. Além de descrever o lixo do local, Azevedo toma o lugar como um

viveiro de larvas sensuais, imoral (dado que irmãos e irmãs dormem juntos na lama)... um “paraíso de vermes”.

Trabalhada pelas categorias médico-penais mais elementares da moralidade (FOUCAULT, 2001) e visto como lugar de periculosidade higiênico-moral, à miséria social é colocada como fator determinante na causa da “promiscuidade”, da “propagação de doenças” e, não nos esqueçamos, da própria prostituição. Segundo Rago (1991, p. 142), os tratados médicos e jurídicos produzidos na segunda metade do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX “atribuíam o florescimento da prostituição inicialmente à miséria econômica da mulher”.

O jurista Dr. Viveiros de Castro, por exemplo, relaciona pobreza à prostituição, argumentando que a miséria e a fome coagem as mulheres que não tem meios de se sustentar a se prostituir. Há uma deriva no século XIX entre “as mulheres que se prostituem” e “as mulheres que são prostituídas” (não somente por castens, mas também pela própria miséria social). Lucíola toma esse direcionamento de sentidos: “Meus pais chorarão sua filha morta; mas já não se envergonhavam de sua *filha prostituida*”. Por meio de uma paráfrase sintática<sup>92</sup> há aqui um jogo em torno da oposição da ideologia jurídica entre responsabilidade e a vitimização, como se a “miséria social” justificasse a “inocência” da personagem diante da prostituição.

De forma semelhante, em sua “classificação e etiologia” do que chama de “psicopatias do instinto sexual”, o Dr. Viveiros de Castro (1934, p. 288) atribui uma complementariedade contraditória entre a “degenerescência hereditária” e a “influência das causas sociais”: “si a degenerescencia hereditaria é o principal fator das psychopathias do instinto sexual, não se pode comtudo negar a **influencia das causas sociaes**”. A complementariedade do biológico, do moral e do social torna-se um instrumento perverso que tem como funcionamento a classificação da prostituição e a sexualidade, complementariedade esta inscrita na relação de forças entre classes. Nesse sentido, o jurista considera que a miséria é o fator “natural” que suscitaria imaginariamente a imoralidade.

constitue [...] por suas consequências um destes elementos que se pode chamar **natural**. Com effeito, nesta acumulação forçada dos membros de uma familia no mesmo quarto, onde falta o estrictamente necessario, a promiscuidade dos sexos é

<sup>92</sup> Segundo Léon e Pêcheux (2014, p. 169-170, grifo nosso): “Aquilo que é chamado de paráfrase sintática pelos linguistas coloca em relação duas sequências (falamos de sequências e não de frases, na medida em que um adjetivo pode parafrapear uma relativa) cujo conteúdo lexical é idêntico e onde a variação se situa no nível da estrutura sintática. Essa identidade lexical conduz, frequentemente, a considerar essas duas sequências como semanticamente equivalentes. Ora, nossa hipótese consiste em dizer que entre duas sequências a variação sintática introduz uma **diferença de sentido**, diferença que nós chamamos de ‘espelhamento’”.

fatal. Paes, mães, filhos e filhas, vivem em uma deplorável confusão. Nenhum vexame, nenhum pudor reina nestes logares. Os paes não respeitam e nem se preocupam com a presença de seus filhos; a mais revoltante imoralidade é cousa habitual nestas famílias (CASTRO, 1934, p. 288, grifo nosso).

Em *O cortiço*, o imaginário de miséria social que liga o cortiço como “propagador de doenças” e “promiscuidade” se ata ao imaginário de “desamparo” e “personalidade frágil” da mulher. Assim, há uma relação transversa que coloca a prostituição como algo ocasionado em “cadeia”:

Pombinha abria muito a bolsa, principalmente com a mulher de Jeronymo, a cuja filha, sua protegida predilecta. Votava agora, por sua vez, uma *sympathia* toda especial, idêntica a que noutro tempo inspirára ella propria á Leonie. **A cadeia estava preparando uma nova prostituta naquella pobre menina desamparada, que se fazia mulher** ao lado de uma infeliz mãe ébria. (AZEVEDO, 1890, p. 344, grifo nosso).

A partir de um efeito de repetição do determinismo sócio-biologicista, a narrativa constrói um pré-construído de “prostituída” enquanto consequências das determinações psicológicas, biológicas e sociais. Nesse sentido, a filha de Jeronymo, por meio das “adversas condições sociais” e dos “privilégios” e “proteções” de Pombinha, se tornará prostituta em um “paradigma” estruturalmente construído.

Lembremos, novamente, a análise de Lagazzi (2014) em *Era uma vez...: se no filme, a contingência e o foco no sujeito apagam os problemas reais de ordem social, aqui, o determinismo (sem espaço a qualquer contingência) encaminha à tragédia final das personagens. Esse “destino” enfatiza um discurso igualmente humanista: a leitura determinista do naturalismo foca na denúncia de um sistema: as “pobres meninas desamparadas” são vistas como futuras prostitutas, clamando por uma intervenção administrativa e política.*

Para finalizar, observamos que, na multiplicidade de discursos que emergem no século XIX sobre a relação entre a prostituição e a cidade (doente) no espaço do direito, da medicina e da literatura, há uma tentativa de construção do unívoco, tomando, pelo efeito de transparência da linguagem, a prostituição enquanto “objeto” propiciador da desordem e da insalubridade da cidade. No entanto, no interior dessa série de sedimentações imaginárias, os sentidos derivam para outros lugares, afirmados no intradiscorso, mas opacos diante dos olhares dos gestores “técnicos” da “cidade doente”. No ponto de encontro do imaginário social com o real da língua e da história, os gestos “administrativos” de classificação,

organização, representação e fiscalização da prostituição falham, dado que os “conceitos” de prostituição/prostituta, *em si e por si* mesmos, são inatingíveis.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

— [...] A lama deste tanque é o meu corpo: enquanto a deixão no fundo e em repouso, a agua está pura, e límpida! (ALENCAR, 1862, p. 157).

— Porque não me appareces?... Não tens que receiar: minha casa é muito socegada... Já lá tem ido familias!... (AZEVEDO, 1890, p. 156).

— Tu és o meu santo, ó pequenino, dizia ela; tu és a minha única felicidade neste velho mundo tão cheio de misérias... (CAMINHA, 1956, p. 154).

Para finalizar a dissertação, terminamos com trechos das “falas” das prostitutas dos romances analisados. Personagens, que por meio das “vozes autorizadas” dos literatos, textualizaram a “voz” e o “lugar de enunciar” da posição-sujeito prostituta. Essas “vozes” são construídas por meio de paradoxos, como por exemplo, lama/agua pura, e límpida e felicidade/misérias, assim como também marcam um efeito de evidência em relação à oposição entre o espaço público (a prostituta e a casa de prostituição) e o privado (familias). Destacamos que essas “vozes” tanto são atravessadas pelos saberes jurídico e médico-higienistas na tentativa impossível de a literatura apreender e representar o real, quanto materializam algo que falha, que escapa a uma mera reprodução. Na dissertação, foi de suma importância problematizar a relação entre Análise de Discurso e a literatura, uma vez que lida e interpretada por uma abordagem discursiva, a literatura não é nem um “domingo poético do pensamento” e nem um simples transporte literário da “realidade”, dos “comportamentos” ou da “mentalidade” da sociedade carioca do século XIX.

Ao iniciarmos nossos primeiros gestos de leitura em nosso arquivo sobre a prostituição, colocamos em questão qual era o lugar que a prostituta ocuparia na cidade. Por meio de dois *flagrantes*, textualizamos que a relação entre prostituição e cidade retomava uma série de debates, como a oposição entre a “mulher honesta” e a prostituta, os modos de circulação das mulheres na cidade e o enquadramento político da prostituição.

Nesse imenso arquivo de leitura, a partir de uma perspectiva discursiva que põe em questão os efeitos de evidência e os sentidos postos, restituindo a opacidade aos textos, os enunciados analisados nos trouxeram uma série de problemas: a prostituição, tal qual lemos nos relatos do Dr. Viveiros de Castro, do Dr. Ferraz de Macedo, nas denúncias dos jornais e nas descrições literárias de Alencar, Azevedo e Caminha e de tantos outros, longe de ser uma exata restituição da realidade da prostituição, são construções históricas marcadas pelo imaginário social oitocentista no modo de produção capitalista.

Nesse imaginário, deparamo-nos principalmente com a separação entre mulheres (“honestas”) e mulheres (“públicas”) e com os modos de enquadramento da sexualidade dita “desviante”. No tocante à separação entre mulheres e mulheres, há um imaginário moralizante que tinha nessa segregação uma forma evidente de olhar para as mulheres enquanto um estado-de-coisas determinado. Nessa distinção, por meio de uma série de efeitos de evidência — como nas obras do Dr. Viveiros de Castro, nos códigos penais e nas descrições literárias em torno da imagem da prostituta — a “mulher honesta” era associada à esfera do privado, da intimidade silenciosa do lar em contraponto à prostituta, ligada à rua e ao “luxo desmedido”. Nessa oposição notamos marcadamente o imaginário de perigos e de prazeres envolvendo a prostituta. Essa parêntese (perigo/prazer) devia ser classificada, enquadrada e controlada pelos médicos higienistas. Vista como excessiva, a prostituição não estava somente ao lado da sexualidade dita “desviante”, mas, em certos movimentos de sentidos, constituíam metonimicamente uma parte da prostituição, isto é, era por meio da prostituição que os saberes tentavam apreender tudo o que escapasse a sexualidade “normal”. Desse modo, nos mapas classificativos produzidos por médicos da época, há formulações profundamente equívocas em que a prostituição se torna uma espécie de “síntese” dos “males” sociais e sexuais. Nesse sentido, fizemos uma análise de enunciados das personagens Herculano e Amaro, para problematizar que o investimento moral higienista não somente tentou normatizar, mas também, em certos momentos, procurou classificar a sexualidade masculina, quando esta não correspondia aos padrões impostos pela sociedade do século XIX, principalmente na condenação ao “onanismo” e à “pederastia”, ligados imaginariamente às “perversões dos instintos sexuais”.

No último capítulo, levando em conta as tentativas de administração das mulheres na cidade e os modos de enquadramento da sexualidade dita “desviante”, analisamos como a cidade do Rio de Janeiro, em processo de modernização, foi metaforicamente associada a um corpo doente, a “doença” relatada nos textos analisados é descrita como “prostituição”. Nesse capítulo, observamos os aspectos perversos da modernização que, sustentados sob o imaginário de perigo da sífilis e da “imoralidade” e das “obscenidades” das prostitutas nas janelas, tentam administrar e regulamentar a prostituição e conseqüentemente a sexualidade.

Por fim, retomamos Souza (1997) e sua afirmação de que é preciso se perguntar não somente pelos lugares de enunciação histórica dos sujeitos, mas pelas formas discursivas de suas ausências, de seus silêncios.

## REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-22.
- ALENCAR, José de. **Luciola: um perfil de mulher**. Rio de Janeiro: Typographia Franceza de Frederico Arfvedson, 1862.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.
- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: UNESP, 1999.
- A OSTENTAÇÃO CYNICA DO VICIO. **A noite**, Rio de Janeiro, p. III, 21 jan. 1910.
- A RABECA**: Periodico caricato, satyrico e popular. Rio de Janeiro, ano 1, n. 7, p. 4, 1870.
- ASSUMPTOS DO DIA. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 28 nov. 1876.
- AZEVEDO, Aluizio de. **O cortiço**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890.
- BARTHES, Roland. A morte do autor. In: \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. 2. ed. São Paulo: 2004. p. 57-64.
- \_\_\_\_\_. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- \_\_\_\_\_. El efecto de realidad. In: BARTHES, Roland; BOONS, Marie-Claire; BURGELIN, Olivier et al. **Lo verosímil**. Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1970. p. 95-102.
- BECQUEREL, Louis Alfred. **Traité élémentaire d'hygiène privée et publique**. 3. ed. Paris : Libraire de la faculté de médecine de Paris, 1864.
- BRASIL. **Código Criminal de 1830**. (Ed. diplomática eletrônica). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 30 ago. 2015.
- BRASIL. **Código Penal de 1890**. (Ed. diplomática eletrônica). Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em 30 ago. 2015.
- CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Simões, 1956.
- CASAS TOLERADAS. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 02 dez. 1876.

CASTRO, Viveiros de. **Attentados ao pudor**: estudo sobre as aberrações do instinto sexual. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934.

\_\_\_\_\_. **A nova escola penal**. Rio de Janeiro: Typographia da Empreza Democratica, 1894.

\_\_\_\_\_. **Os delictos contra a honra da mulher**: Adulterio. Defloramento. Estupro. A sedução no Direito Civil. Rio de Janeiro: Montenegro, 1897.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote**: livro primeiro. Porto Alegre: LP&M, 2010.

CHAVES, Tyara Veriato. **Da Marcha das Vadias às Vadias da Marcha**: Discursos sobre a mulher e o espaço. 2015. 145f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CHKLOVSKY, Vktor. A arte como procedimento. In: EIKHENBAUM, Boris et al. **Teoria da literatura: formalistas russos**. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 39-56.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. História do rosto: Expressar e calar as suas emoções (do século XVI ao início do século XIX). Lisboa: Teorema, 1988.

COUTO, Varlei Rodrigo do. **Mariposas da Noite, Amantes da Escuridão**: Prazer e erotismo na prostituição feminina em Pouso Alegre- MG (1960-1980). 2015. 168f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. (v.3).

DELUY, Henri; PÊCHEUX, Michel. Entrevista com Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em Análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011. p. 77-94.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DUBY, Georges. Eva e os Padres. In: \_\_\_\_\_. **As damas do século XII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 253-380.

- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- EL FAR, Alessandra. **Páginas da Sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FEDATTO, Carolina Padilha. **Um saber nas ruas**: o discurso histórico sobre a cidade brasileira. 2011. 183 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- FELMAN, Shoshana. **Writing and Madness**. California: Stanford University, 2003.
- FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Paris: Librairie de France, 1929. Disponível em : <<https://beq.ebooksgratuits.com/vents/Flaubert-Bovary.pdf>> . Acesso em: 10 mar. 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.
- \_\_\_\_\_. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. O que é um autor? In: \_\_\_\_\_. **Estética, literatura e pintura, música e cinema (Ditos e Escritos III)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a. p. 264-298.
- \_\_\_\_\_. **O nascimento da clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009b.
- FREUD, Sigmund. Das Unheimliche. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas**: De la historia de una neurosis infantil: El hombre de los lobos y otras obras: 1917-1919. 2. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2007. p. 217-251 .
- GADET, Françoise. Tricher la langue. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean Marie; PÊCHEUX, Michel (Orgs.). **Matérialités discursives**. Lille : Presses universitaires de Lille, 1981. p. 117-126.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. 2. ed. Campinas: RG, 2010.

HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João, 2007. p. 13-32

JAKOBSON, Roman. **A geração que esbanjou seus poetas**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LAGAZZI, Suzy. O recorte e o entremeio: condições para a materialidade significativa. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (Org.). **Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: RG, 2011. p. 401-410.

\_\_\_\_\_. Quando os espaços se fecham para o equívoco. In: **Revista Rua** (edição especial – 20 anos/2014), Campinas, 2014. p. 155-167.

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1998. 121f. Tese. (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

\_\_\_\_\_. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e textualidade**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 81-103.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso: Michel Pêcheux (textos selecionados por Eni Orlandi)**. Campinas: Pontes, 2014. p. 163-173.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **La femme criminelle et la prostituée**. Paris : Ancienne Librairie Germer Baillié, 1896.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. As representações da cidade no discurso literário: a rua de Clarice Lispector. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001. p. 175-180.

MACEDO, Francisco Ferraz de. **Da prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Academica, 1873.

MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARANDIN, Jean-Marie. Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine. **Langages**, Paris, n. 55, p. 17-88, 1979.

MARIANI, Bethania. Políticas de colonização linguística. **Letras**, Santa Maria, v. 1, p. 73-82, 2006.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. São Paulo: Parábola, 2007.

MOTA, Ilka de Oliveira. **O corpo no imaginário social: uma análise da textualização do corpo feminino no espaço discursivo da “Brazil sex magazine: uma revista 100% nacional”**. 2004. 169f. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

MOTTA, Cândido. Prostituição. Polícia de costumes. Lenocínio. **Revista da faculdade de direito de São Paulo**, São Paulo, p. 307-322, 1897.

NOSSO SÉCULO: **1900/1910**. A era dos Bacharéis. São Paulo: Abril, 1980. 260 p.

NUNES, José Horta. **Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários**. 1996. 267f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

\_\_\_\_\_. O espaço urbano: a “rua” e o sentido público. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas: Pontes, 2001. p. 101-110.

**O BRAZIL-MEDICO**: revista semanal de medicina e cirurgia, Rio de Janeiro, ano 4, n. 1-3, p. 22-23, jan. 1890.

**O BRAZIL-MEDICO**: revista semanal de medicina e cirurgia, Rio de Janeiro, ano 4, n. 4-7, p. 88-89, fev. 1890.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A desorganização cotidiana. **Escritos**, Campinas, n. 1, p. 3-10, 1998.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6.ed. Campinas: UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em aberto.** Brasília, n. 61, p. 52-59, 1994.

\_\_\_\_\_. Tralhas e troços: O flagrante urbano. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Cidade atravessada:** os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001. p. 9-24.

PARENT-DUCHÂTELET, Alexandre-Jean-Baptiste. **De la prostitution dans la ville de Paris :** considérée sous le rapport de l'hygiène publique, de la morale et de l'administration. Paris : Libraires de l'académie impériale de médecine, 1857.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 61-162.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas, v. 19, p. 7-24, 1990.

\_\_\_\_\_. Efeitos discursivos ligados ao funcionamento das relativas em francês. In: \_\_\_\_\_. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux (textos selecionados por Eni Orlandi). 2. ed. Campinas: Pontes, 2014a. p. 131-140.

\_\_\_\_\_. Especificidade de uma disciplina de interpretação (análise de discurso na França). In: \_\_\_\_\_. **Análise de discurso:** Michel Pêcheux (textos selecionados por Eni Orlandi). 2. ed. Campinas: Pontes, 2014b. p. 227-230.

\_\_\_\_\_. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In: \_\_\_\_\_. **Análise de discurso:** Michel Pêcheux (textos selecionados por Eni Orlandi). Campinas: Pontes, 2014c. p. 141-150.

\_\_\_\_\_. L'énoncé : enchâssement, articulation et déliasion. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Colloque Matérialités Discursives.** Lille: Presses universitaires de Lille, 1981a. p. 143-148.

\_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura:** da história no discurso. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

\_\_\_\_\_. Ouverture du colloque. In: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel (org.). **Colloque Matérialités Discursives.** Lille: Presses universitaires de Lille, 1981b. p. 15-19.

\_\_\_\_\_. Ousar pensar e ousar se revoltar: ideologia, marxismo, luta de classes. **Décalages**, v. 1, n. 4, p. 1-22, 2015.

\_\_\_\_\_. Metáfora e interdiscurso. In: \_\_\_\_\_. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux (textos selecionados por Eni Orlandi). Campinas: Pontes, 2014d. p. 151-161.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento? 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Pontes, 1995.

PEREIRA, Cristiana Schettini. **“Que Tenhas teu corpo”**: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002. 329f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos. **Bem dizer e retórica**: um lugar para o sujeito. 2000. 185f. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

QUEIRÓS, Eça. **O primo Basílio**. São Paulo: O Estado de S. Paulo/Klick, 1997.

RAGO, Margareth. Amores lícitos e ilícitos na modernidade paulistana ou no bordel de Madame Pomméry. **Teoria & Pesquisa**, São Carlos, v. 47, p. 93-118, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Do cabaré ao lar**: a utopia da sociedade disciplinar. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAMPAIO, Antonio Joaquim de. **Da inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição**. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1912.

SANTIAGO, Silviano (Coord.) **Glossário de Derrida**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

SCHETTINI, Cristiana. Viver a tolerância: polícia, municipalidade e trabalho sexual no espaço urbano portenho (1870-1880). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH)**, São Paulo, p. 1-16, jul. 2011.

SILVA, Francisco Innocencio da. Os criticos do Sr. José de Alencar. In: ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Typographia Allemã, 1874.

SILVEIRA, Verli Fátima Petri da. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins.** 2004. 331f. Tese (Doutorado em Letras) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOIHET, Rachel. A sensualidade em festa: representações do corpo feminino nas festas populares no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O Corpo feminino em debate.** São Paulo: Unesp, 2003. p. 177-198.

SOUZA, Pedro de. **Confidências da carne: o público e o privado na enunciação da sexualidade.** Campinas: UNICAMP, 1997.

TARDIEU, Ambroise. **Étude médico-légale sur les attentats aux mœurs.** 2. ed. Paris : Libraires de l'académie impériale de médecine, 1858.

WANDERLEY, Claudia. O corpo, a cidade: repetição. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano.** Campinas: Pontes, 2001. p. 83-88.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Lugares de enunciação e discurso. In: **Revista LEITURA**, n. 23. Maceió: EDUFAL, 1999.